

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

FELIPE SANCHES

Leitura, Escrita e Oralidade: perspectivas decoloniais da Biblioteconomia colombiana

São Paulo
2023

FELIPE SANCHES

Leitura, Escrita e Oralidade: perspectivas decoloniais da Biblioteconomia colombiana

Versão Corrigida

Trabalho de conclusão de curso em
Biblioteconomia apresentado ao Departamento
de Informação e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Ivete Pieruccini

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Sanches, Felipe

Leitura, Escrita e Oralidade: perspectivas decoloniais
da Biblioteconomia colombiana / Felipe Sanches;
orientadora, Ivete Pieruccini. - São Paulo, 2023.
132 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Departamento de Informação e Cultura / Escola de
Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia

1. Leitura. 2. Escrita. 3. Oralidade. 4.
Decolonialidade. 5. Biblioteconomia. 6. Colômbia 7. Biblioteca
I. Pieruccini, Ivete. II. Título.

CDD 21.ed. - 020

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

Nome: Sanches, Felipe

Título: Leitura, Escrita e Oralidade: perspectivas decoloniais da Biblioteconomia colombiana
Trabalho de conclusão de curso em Biblioteconomia apresentado à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Nome: _____

Instituição: _____

Nome: _____

Instituição: _____

Nome: _____

Instituição: _____

A todos meus companheiros e companheiras,
em especial do Cursinho Popular Elza Soares,
que me ensinam o valor e lutam ao meu lado
por uma Educação Pública de qualidade.

Agradeço à professora doutora Ivete Pieruccini, que desde meus primeiros semestres da graduação instiga-me a pensar as relações da Biblioteconomia com a Educação. Pacientemente orientou este trabalho, incentivando-me a seguir meus interesses, e a explorar publicações científicas de outro país. Suas ponderações foram indispensáveis para estruturar e desenvolver o texto que segue.

Agradeço também a todos aqueles que me acolheram durante o longo processo de produção desta monografia, principalmente à Leticia, que esteve ao meu lado por muitas horas contínuas e tanto escutou-me falar sobre minha pesquisa.

RESUMO

Analisa-se o conceito de Leitura, Escrita e Oralidade (LEO) que vem se desenvolvendo na Biblioteconomia colombiana. Exploram-se as relações conceituais apresentadas pela pesquisadora Natalia Duque Cardona, partindo da compreensão da Biblioteca como dispositivo cultural, que se articula com as ideias de linguagens políticas da leitura, mecanismos de desigualdade e, finalmente, práticas de LEO como tecnologias do poder. Em consonância com o discurso intercultural decolonial aventado pela autora, discute-se também a colonização da América Latina como condição para a compreensão da situação de marginalização da oralidade em relação à cultura letrada. Através dessa análise histórica, em que se destacam as expressões da linguagem anteriores à invasão, evidenciam-se características dialógicas da narração oral, bem como a presença de discursividades complementares, contextualizadas e materiais que, a depender dos autores consultados, podem ser entendidas como formas de escrita, livros, documentos ou arquivos orais. Parte-se, então, para a análise de experiências nas universidades e de políticas públicas a nível nacional e municipal que foram construídas sob o conceito de LEO. Indicam-se, por fim, possibilidades de expansão dos estudos sobre LEO no Brasil.

Palavras-chave: leitura; escrita; oralidade; decolonialidade; Biblioteconomia; Colômbia; biblioteca.

ABSTRACT

Analyzes the concept of Reading, Writing and Orality (LEO), which has been developing in Colombia's Library Sciences. The conceptual relations put forward by Natalia Duque Cardona are explored, starting from the comprehension of the Library as a cultural apparatus, which articulates itself with the ideas of political languages of reading, inequality mechanisms and, finally, LEO practices as technologies of power. In line with the intercultural decolonial discourse proposed by the author, discusses also Latin America's colonization as a condition for comprehending the marginalized status of orality in relation to written culture. Through this historical analysis, in which expressions of language previous to the invasion are focused on, the dialogical characteristics of oral narration are evidenced, as well as the presence of complimentary, contextualized and material discursivities that, depending on the referred author, can be understood as forms of oral writing, books, documents or archives. Goes on, then, to discuss experiences in universities and public policies at a national and municipal level that were based on the concept of LEO. Finally, indicates possibilities for expanding the study of LEO in Brazil.

Keywords: reading; writing; orality; decoloniality; Library Sciences; Colombia; library.

RESUMEN

Se analiza el concepto de Lectura, Escritura y Oralidad (LEO) que viene desarrollándose en la Bibliotecología colombiana. Se exploran las relaciones conceptuales presentadas por la investigadora Natalia Duque Cardona, a partir de la comprensión de la Biblioteca como dispositivo cultural, que se articula con las ideas de lenguajes políticos de la lectura, mecanismos de desigualdad y, finalmente, prácticas de LEO como tecnologías de poder. En conformidad con el discurso intercultural decolonial postulado por la autora, se discute también la colonización de América Latina como condición para la comprensión de la situación de marginalización de la oralidad con relación a la cultura letrada. A través de este análisis histórico, donde se destacan las expresiones del lenguaje anteriores a la invasión, se evidencian características dialógicas de la narración oral, así como la presencia de discursividades complementares, contextualizadas y materiales que, dependiendo de los autores consultados, pueden ser entendidas como formas de escritura, libros, documentos, o archivos orales. Continúa, entonces, para el análisis de experiencias en las universidades y de políticas públicas de nivel nacional y municipal que fueron construidas con el concepto de LEO. Se indican, al fin, posibilidades de expansión de los estudios sobre LEO en Brasil.

Palabras-clave: lectura; escritura; oralidad; decolonialidad; Bibliotecología; Colombia; biblioteca.

LISTA DE SIGLAS

CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CI	Ciência da Informação
CLEO	<i>Centro de Lecturas, Escrituras y Oralidades</i>
ECA	Escola de Comunicações e Artes
ELN	<i>Ejército de Liberación Nacional</i>
FARC	<i>Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia</i>
FFLC	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
LEO	Leitura, Escrita e Oralidade
LEOBE	<i>Política Nacional de Lectura, Escritura, Oralidad y Bibliotecas Escolares</i>
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, <i>Queer</i> , Intersexuais, Assexuais e demais identidades
PCLEO	<i>Politica Ciudadana de Lectura, Escritura y Oralidad</i>
PNLEO	<i>Plan Nacional de Lectura, Escritura y Oralidad</i>
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 A TRILHA DA PESQUISA.....	10
2 OS PROBLEMAS DA INTEGRAÇÃO LATINOAMERICANA.....	12
2.1 As raízes europeias da Biblioteconomia.....	20
2.2 Breve histórico da Colômbia.....	27
3 LEITURA, ESCRITA E ORALIDADE - LEO.....	46
3.1 A questão da oralidade.....	51
3.1.1 As sociedades de oralidade.....	58
3.2 Relações conceituais da Biblioteca com a LEO.....	71
3.2.1 Biblioteca enquanto dispositivo cultural.....	75
3.2.2 Linguagens políticas da leitura.....	80
3.2.3 Mecanismos de desigualdade.....	88
3.2.4 LEO como tecnologias do poder.....	95
4 EXPERIÊNCIAS DE LEO NA COLÔMBIA.....	99
4.1 Políticas públicas de LEO.....	102
5 POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÃO À BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA.....	108
6 CONCLUSÃO.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	116

1 A TRILHA DA PESQUISA

O objetivo de um trabalho do escopo de uma conclusão de curso é, a nível de graduação, introduzir o estudante aos processos e rigores da pesquisa científica. Aderir a um certo grau de escrutínio, esperado da produção acadêmica, não é sinônimo de um enrijecimento quanto aos temas, ambições e caminhos que podem ser seguidos no processo de produção, no entanto. A bem da verdade, demonstrou-se surpreendente o percurso que foi se traçando durante esta pesquisa, passando por uma gama de temas variados em localização geográfica, histórica e epistemológica — aproveitando-se de publicações situadas em campos do conhecimento além da Biblioteconomia, como História, Filosofia, Linguística e Educação. A palavra para “pesquisa” em espanhol, *investigación*, parece conotar melhor este processo, em que o autor investiga, explora, com certa liberdade o que lhe interessa, aprofundando-se em que e o quanto julgar necessário, a fim criar uma linha argumentativa qualificada.

A *investigação* que está exposta nesta monografia tem como pano de fundo o campo da Biblioeducação, que vem sendo construído principalmente por docentes da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) há algumas décadas, como uma área do conhecimento que reconhece o esvaziamento simbólico e aceleração da produção informacional da chamada *sociedade da informação*, e “pretende oferecer, portanto, chaves, bússolas cognitivas que permitam aos navegantes não só navegar, mas apropriar-se crítica e criativamente da *cultura da informação*, escolher caminhos” (Perrotti, 2016, p. 11). Um aspecto fundamental, que faz parte do movimento de afirmação da Biblioeducação como disciplina científica, é a preocupação com as condições de apropriação social da informação; essencialmente, as formas com que os usuários das bibliotecas atribuem significados à informação. Somando este preceito à convicção pela qualidade acadêmica e importância social e política da Ciência latinoamericana, desenhou-se um trabalho de conclusão de curso que de alguma forma explorasse esses vieses da Biblioteconomia nos países vizinhos ao Brasil. Desta forma, também seria possível contribuir com o esforço necessário de integração e interação da produção desta região, que sofre historicamente — e de forma sistêmica, como se verá à frente — com a desarticulação e distanciamento entre suas nações e territórios.

Como sugere a constatação acima, pouquíssimo da produção científica da Biblioteconomia latinoamericana é apresentado durante o curso de graduação na ECA. Assim, foi necessário realizar um sobrevoo teórico como tarefa para identificação geral do que se produz, quem o faz — ou seja, pesquisadores e universidades —, por que meios a produção circula — quais são os periódicos e quais instituições os publicam —, e quais linhas de

pesquisa são desenvolvidas nos programas de pós-graduação. Se em um primeiro momento este procedimento envolveu dois países, Chile e Colômbia, os quais foram escolhidos pelo grau *sutilmente* maior de penetração na Biblioteconomia brasileira, rapidamente verificou-se a riqueza da produção colombiana, proveniente tanto das práticas nas Bibliotecas quanto do campo teórico vinculado às instituições universitárias; no Chile, entretanto, não se encontrou um campo acadêmico tão aprofundado, visto que não há programas de Doutorado em Biblioteconomia ou Ciência da Informação (CI), fator intimamente ligado à produção de conhecimento científico e desenvolvimento nacional em uma área do conhecimento — necessidade já identificada por Rementería Piñones (2008, p. 11 et seq.) há mais de uma década e que, ao que parece, ainda não foi sanada.

Inicialmente, para a localização de periódicos científicos publicados nos países em questão, utilizou-se principalmente as bases de dados *e-prints in library & information science* (e-LIS) e *Red de revistas científicas de Acceso Abierto* (Redalyc), tendo em vista que ambas têm indexadas um número significativo de publicações latinoamericanas da área da Biblioteconomia. A partir da definição de um tema específico de pesquisa, partiu-se para a busca por textos específicos, aproveitando-se das referências bibliográficas do *corpus* central e de textos complementares aos temas explorados.

Seguindo este processo de afunilamento do escopo da pesquisa, foi possível identificar o conceito de Leitura, Escrita e Oralidade (LEO)¹ como uma categoria significativa na Biblioteconomia colombiana, que já é discutida na academia há alguns anos, e mais recentemente vem sendo utilizada como princípio fundante de reformulações de políticas públicas e sistemas de bibliotecas. Como se verá ao longo deste documento, a adoção do conceito de LEO, mais do que mudanças em produtos e serviços das bibliotecas, exige um reposicionamento epistemológico da Biblioteconomia, de forma que esta *investigación* chega a remontar às formas de reprodução do conhecimento e registro do pensamento nas sociedades pré-coloniais, em especial os povos que habitaram os territórios da Mesoamérica e dos Andes. Pensar formas outras de existência da Biblioteca, das suas funções, dos seus objetos, e da sua relação com o território é, como será apresentado abaixo, parte fundamental da discussão que ocorre em torno da LEO na Colômbia.

¹ *Lectura, Escritura y Oralidad*, em espanhol.

2 OS PROBLEMAS DA INTEGRAÇÃO LATINOAMERICANA

Espanha e Portugal [...] contaram com uma grande abundância de mão de obra *servil* na América Latina. A escravidão dos indígenas foi sucedida pelo transplante em massa de escravos africanos [...], as zonas florescentes sempre coexistiram com as decadentes, no ritmo dos apogeu e das quedas das exportações de metais preciosos ou açúcar, e as zonas de decadência abasteciam de mão de obra as zonas florescentes. Essa estrutura persiste até nossos dias [...], as classes dominantes da sociedade colonial latino-americana não se voltaram jamais para o desenvolvimento econômico interno. Terras-tenentes, mineradores e mercadores tinham nascido para cumprir outra função: abastecer a Europa de ouro, prata e alimentos. Os caminhos transportavam a carga numa só direção: até o porto e os mercados de ultramar. Esta é também a chave que explica [...] o fracionamento da América Latina: nossos centros de produção não estavam conectados entre si, formavam um leque com o vértice muito distante (Galeano, 2018, p. 189-190, grifo do autor).

Eduardo Galeano explica com primazia em sua obra “Veias abertas da América Latina” as condições de formação das nações latinoamericanas, profundamente marcadas pelas chagas do colonialismo: os Estados europeus desenvolveram suas colônias neste território visando a extração e exportação de recursos, utilizando de formas brutais de exploração que persistem cinco séculos depois como estereótipos desigualdades sociais e econômicas. Uma característica fundamental das condições de desenvolvimento na América Latina apontada por Galeano é o estabelecimento das infraestruturas nacionais em razão da lógica do abastecimento dos países ricos — isto é, das nações que acumularam sua riqueza através dessa mesma exploração. Em outras palavras: a lógica colonial formou países que, ao invés de favorecerem um desenvolvimento regional capilarizado, formam canais de escoamento do extrativismo mineral e vegetal. Na Colômbia, esta organização geográfica não foi diferente: “as cidades estiveram durante séculos separadas por caminhos tortuosos e montanhas intransitáveis” (Hylton, 2010, p. 45).

Mesmo ao estabelecerem-se Estados nacionais independentes, as elites locais — que em grande parte continuaram sendo os mesmos grupos das elites coloniais — constituíram seu poder através de atividades de exportação da produção primária, mantendo a lógica colonial: desenvolvimento interno subordinado aos interesses externos. Basta ver, a fim de exemplo, as elites cafeeiras, na Colômbia, do departamento — unidade territorial colombiana análoga ao que se chamam de estados no Brasil — de Antioquia e, no Brasil, de São Paulo, durante o século XIX e início do século XX. As regiões de maior elevação topográfica reuniram as condições ideais para o plantio do café na Colômbia, a partir de 1870, com

fazendas em departamentos como Santander, Cundinamarca, e Antioquia, onde alcançou maior êxito financeiro² — no final da Primeira Guerra Mundial, em 1918, a Colômbia já se configurava como o segundo maior exportador cafeeiro do mundo, atrás apenas do Brasil —; a maior parte do lucro com o café não se deu pela concentração de terras nas mãos de latifundiários monocultores, no entanto, formou-se uma elite bancária *antioqueña* que financiava, comprava a exportava a produção dos pequenos produtores (Hylton, 2010, p. 55-56): “dessa maneira, os colombianos ingressaram permanentemente na economia capitalista mundial sob a liderança dos elementos de sua elite” (Hylton, 2010, p. 59). A economia paulista seguiu padrões de submissão comparáveis, de acordo com Martins (1797, p. 77), uma vez que “a forma essencial de capital que subordinava a produção agrícola era [...] a do capital comercial, na estrita racionalidade do capital que opera fundamentalmente na movimentação da safra agrícola”.

A falta de interesse econômico em integrar territórios alheios à esteira de acumulação de capital, somada às dificuldades relacionadas à heterogeneidade de relevo e clima, foram fatores decisivos no desenvolvimento da Colômbia, da mesma forma que inibiram a criação de redes que conectassem as diversas regiões e países da América Latina. Hylton (2010, p. 45) ressalta que “a péssima conexão viária e o isolamento geográfico” dificultaram a concentração de poder em um Estado central, desencadeando uma dinâmica fragmentada na qual “delegando autoridade aos dirigentes partidários locais, os latifundiários, os comerciantes e os advogados de Bogotá ajudaram a intensificar, em vez de mitigar, as divisões e as desigualdades regionais” (Hylton, 2010, p. 46) — a debilidade do Estado e a disputa pelo poder atravessam a história colombiana de forma significativa, e serão analisados mais profundamente abaixo.

Os problemas integrativos da América Latina não provêm meramente da matriz econômica colonial e da geografia, no entanto. Pode-se dizer que a colonização manifestou-se de uma forma mais insidiosa: através da imposição das formas de pensamento europeias — ou “ocidentais” —, efetuou-se um epistemicídio dos mais heterogêneos sistemas de pensamento dos povos que já ocupavam o território. Para Menezes (2021, p. 131-132), essas populações foram submetidas à condição “de não-ser, não-poder e não-saber. [...] [em que são negadas] a alteridade e a legitimidade dos sujeitos de conhecimento, das suas maneiras de organização social e dos seus modos de conhecer”.

² A fins de ilustração, pode-se consultar o Mapa 1 e o Mapa 3 no capítulo 2.2, que abordam respectivamente: a divisão político-administrativa; e elevação do território da Colômbia.

Esta violência epistêmica, é necessário dizer, não se concretizou apenas pela introdução do pensamento europeu e dizimação dos povos indígenas da América Latina, ainda que a redução desta população, e a constituição demográfica das sociedades coloniais expressem parte do problema. No momento do desembarque dos europeus, estima-se que o território colombiano estava ocupado por cerca de três a quatro milhões de habitantes — o que pode ter sido até 16 vezes menor que a população coetânea do território mexicano —, cifra que foi bruscamente reduzida para em torno de 600 mil pessoas ao início do século XVII, e aproximadamente 130 mil pessoas no final do século XVIII (Jaramillo Uribe, 1995, p. 25-26): de acordo com um documento censitário produzido em 1789, esse grupo compunha pouco mais de 16% da população total da Colômbia, que ultrapassava 826 mil pessoas (Jaramillo Uribe, 1995, 31-32); já no Censo de 2018, apenas 4,4% dos colombianos se autoidentificam como indígenas (Departamento Administrativo Nacional de Estadística, 2019). A pesquisadora Natalia Duque Cardona oferece a imagem de um evento histórico como uma possibilidade de compreender quais outras forças atuaram, além do desaparecimento de seus indivíduos, na colonização das formas de pensamento autóctones, partindo do reconhecimento da submissão da leitura e da escrita a mecanismos de desigualdade — esses mecanismos causais, ou de produção, das desigualdades materiais, existenciais e vitais, propostos por Therborn (2010), terão uma seção dedicada à sua discussão³ por serem fundamentais na compreensão do conceito de LEO, mas basta por ora elencar as três técnicas de dominação praticadas no relato a seguir: o distanciamento; a hierarquização; e a exclusão (Duque Cardona, 2019). A autora narra as ações de um missionário enviado pela Coroa espanhola à civilização maia, na metade do século XVI, que

destruiu mais de 5000 ídolos e objetos sagrados, códices e 27 rolos contendo hieróglifos. Depois deste saqueio criou um alfabeto que correspondia os símbolos maias ao espanhol, e a partir disso tentou realizar práticas de tradução e interpretação⁴ (Duque Cardona, 2019, p. 183, tradução nossa).

A ação do bispo não foi uma prática isolada, podendo-se constatar também a destruição do arquivo da cidade indígena de Texcoco em 1521 pelos aliados de Hernán Cortés, e as ordens religiosas — como os franciscanos — que destruíram templos e ídolos,

³ Cf. capítulo 3.2.3.

⁴ “destruyó más de 5 000 ídolos y objetos sagrados, códices y 27 rollos con signos jeroglíficos. Después de este saqueo creó un alfabeto que hacía corresponder los símbolos mayas al español, y a partir de este intentó proveer prácticas de traducción e interpretación” (Duque Cardona, 2019, p. 183).

confiscaram pinturas⁵ que julgaram ser pagãs, e queimaram tudo o que consideraram suspeito ou cerimonial (Gruzinski, 1991). Voltando o olhar ao primeiro relato, sob a lente dos mecanismos de desigualdade, incidiu-se no distanciamento ao separar o povo maia dos seus códigos estabelecidos; na hierarquização através da imposição da tradução da escrita original à linguagem alfabética, acarretando em uma inevitável perda dos significados originais; e exclusão pela destruição dos suportes físicos em que se manifestava o conhecimento daquela população (Duque Cardona, 2019). Foi por meio, então, da combinação da destruição dos sujeitos, dos suportes simbólicos, e da adaptação do conhecimento autóctone às estruturas ocidentais, que se deu a colonização epistêmica — dos saberes e das cosmogonias — na América Latina.

Os efeitos dessa ação colonizadora já poderiam ser notados na produção cartográfica dos povos nahuas, no território em que se situa hoje o México, ao final do século XVI, conforme relata Gruzinski (1991). Aos símbolos tradicionais, adicionaram-se representações da nova realidade como colônia: igrejas, *haciendas*, moinhos de água, currais. “Não obstante, o enriquecimento dos repertórios não podia ocultar a lenta degradação das formas”⁶ (Gruzinski, 1991, p. 49, tradução nossa): o autor explica que, impostas as tradições dos mapas europeus, as representações gráficas indígenas foram paulatinamente sendo simplificadas, de forma que nas duas últimas décadas do século, o glifo para “rio”, por exemplo, havia se convertido em uma simples linha; e o signo para “montanha”, antes marcadamente estilizado, tornou-se algumas indicações imprecisas e irreconhecíveis (Gruzinski, 1991, p. 49). Outro aspecto da cartografia indígena deturpado foi a relação de significados que eram atribuídos às cores pelos nahuas, em que cada tom indicaria noções de escala, atributos da terra, limitações e continuidades — a cor e o desenho originários nahua que eram utilizados para representar a água simbolizavam, fundamentalmente, a deusa das águas correntes, *Chalchiuhtlicue* —; e estas relações simbólicas foram se perdendo com a colonização espanhola (Gruzinski, 1991, p. 49-50). Perto da passagem para o século XVII, as cores serviam quase que exclusivamente “para sugerir a paisagem tal como a percebemos, como se os pintores tivessem trocado sua percepção do entorno [da realidade] por uma visão ocidentalizada”⁷ (Gruzinski, 1991, p. 50, tradução nossa).

⁵ As “pinturas” das sociedades ameríndias não têm a mesma função simbólica que as ilustrações da sociedade ocidental, mas estavam estritamente ligadas à oralidade e aos significados individuais dos símbolos pictográficos. Cf. capítulo 3.1.1.

⁶ “Sin embargo, el enriquecimiento de los repertorios no podría ocultar la lenta degradación de las formas” (Gruzinski, 1991, p. 49).

⁷ “para sugerir el paisaje tal como lo percibimos, como si los pintores hubiesen trocado su percepción del entorno por una mirada occidentalizada” (Gruzinski, 1991, p. 50).

Todos esses elementos compõem um retrato da hegemonização do pensamento ocidental, imposto violentamente a partir do momento da colonização, no território da América Latina. Sales e Garcez (2021, p. 185-186), comentando a produção da socióloga Gaytán Zamudio, sistematizam o *modus operandi* do epistemicídio que vem sendo discutido até aqui: se trata de "uma violência objetiva que opera tanto no processo de invisibilização e exclusão de quem é oprimido, quanto na demasiada visibilização e afirmação de quem é opressor, dando vez, assim, a uma realidade condicionante de dominação colonial". É evidente, portanto, que o colonialismo, em suas formas de perpetuação contemporâneas — Rivera Cusicanqui (2010) o classifica como colonialismo interno-externo, em que as próprias estruturas de poder nacionais reforçam a lógica clientelista, de dependência e dominação do Sul global pelo Norte — continua a pautar a produção de conhecimento latinoamericano, tanto na forma de pesquisa científica quanto no desenvolvimento tecnológico, representando desmedidamente pensamentos e sujeitos relativos à condição de opressores⁸. Pode-se sintetizar esse problema rememorando a estrutura tecnológica que se implantou na região durante o apogeu das exportações do café, e que ainda se perpetua:

Os símbolos da prosperidade são os símbolos da dependência. Recebe-se a tecnologia moderna como no século passado [retrasado] se receberam as ferrovias, a serviço dos interesses estrangeiros que modelam e remodelam o estatuto colonial destes países (Galeano, 2018, p. 344).

Rivera Cusicanqui (2010, p. 63, tradução nossa) sugere analisar o funcionamento dos centros de produção do conhecimento científico, as universidades, sob esta perspectiva crítica: “a estrutura ramificada do colonialismo interno-externo tem centros e subcentros [...], que conectam a certas universidades, correntes disciplinares e modas acadêmicas do norte, com seus equivalentes no sul”⁹. Ainda que possam existir polos de conhecimento assentados em um viés decolonial, mesmo dentro deste modelo de universidade, fica evidente o enraizamento destas instituições nos moldes do pensamento ocidental ao analisarem-se alguns casos concretos. É o caso da *Pontificia Universidad Javeriana*, fundada pela Companhia de Jesus em 1623, e que está entre as instituições de ensino superior mais relevantes da Colômbia (Pontificia Universidad Javeriana, 2023). Discutidos os efeitos da colonização sobre as formas de pensamento originárias do território latinoamericano, é impossível

⁸ Possibilidades de enfrentamento a esse problema representacional são apresentadas dentro das linguagens políticas crítica emancipatória e intercultural decolonial, cf. capítulo 3.2.2.

⁹ “La estructura ramificada del colonialismo interno-externo tiene centros y subcentros, [...] que conectan a ciertas universidades, corrientes disciplinares y modas académicas del norte, con sus equivalentes en el sur” (Rivera Cusicanqui, 2010, p. 63).

dissociar esta instituição do seu contexto histórico — e ponderar, conseqüentemente, como este pretexto afeta seus discursos institucionais e sua produção acadêmica —: a criação das universidades coloniais teve como objetivo declarado, através da formação voltada a abastecer a estrutura clerical e burocrática, assegurar e reproduzir a hegemonia cultural da metrópole sobre a colônia (Orlando Melo, 2008).

Voltando o olhar para o Brasil, pode-se analisar a própria instituição em que este trabalho se desenvolve, a Universidade de São Paulo, e identificar em sua gênese histórica um declarado projeto de disputa por hegemonia política e cultural da elite paulista: esta importou, através de emissários franceses, o modelo universitário europeu (Cardoso, 1982). O grupo que pleiteava a criação de uma universidade no estado de São Paulo, a partir do final da década de 1920, denominava-se de “Comunhão paulista”, sendo formado por uma parcela da elite paulista: ao compreenderem que a política nacional passava por um momento de “crise da oligarquia”, o grupo enxergava-se como detentor da razão “iluminada” — isto é, como intelectuais — e através dos preceitos de democracia e liberalismo, teriam a capacidade e o dever de conduzir os rumos da nação (Cardoso, 1982). A fundação de uma universidade seria, a longo prazo, instrumento estratégico para alcançar este objetivo:

O controle da Universidade e a possibilidade de formação e reprodução ideológica de uma elite dirigente, com uma dada concepção de mundo, apresenta-se como um meio de conquista ou conservação do poder (Cardoso, 1982, p. 59).

A partir da fundação da USP em 1934, por um decreto do então interventor federal em São Paulo, Armando de Salles Oliveira¹⁰, são contratados uma série de docentes franceses para estruturar as disciplinas da universidade, com especial relevância à então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), que era tida como “núcleo fundamental do sistema universitário” (Cardoso, 1982, p. 123); Júlio de Mesquita Filho — outro componente da Comunhão paulista, e que seria patrono da Universidade Estadual Paulista (Unesp) futuramente —, segundo Cardoso (1982, p. 124), considerava a FFCL “como a ‘elite dentro dos próprios domínios da nossa Universidade’, a instituição [teria a função] de criar um ‘ideal’, uma ‘consciência coletiva’, uma ‘mística nacional’”. Chama atenção, então, que para a “Comunhão paulista”, não houve contradição em criar uma ferramenta estratégica de condução dos rumos nacionais e, em seu núcleo mais fundamental, colocar acadêmicos europeus na vanguarda de sua estruturação. Esta leva de intelectuais, em especial vindos da

¹⁰ A Cidade Universitária, campus localizado no bairro do Butantã na Cidade de São Paulo, leva o nome do interventor, diga-se de passagem: sua denominação completa é Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira.

França, levou o nome de “missão francesa” — em realidade, foi a terceira “missão” oficial desse país ao Brasil: a primeira veio a pedido da família real portuguesa a fim de orientar a produção artística da colônia; e a segunda com o objetivo de auxiliar no processo de modernização do Exército (Novais, 1994, p. 161) —; o historiador Fernando Novais (1994, p. 161, grifo do autor) aponta para esta contradição na fundação da USP, afirmando que: “a palavra *missão*, evidentemente, mostra que éramos vistos como uma terra de índios que deveriam ser catequizados. Não há outra explicação”.

Essas concepções de universidade remetem às palavras supramencionadas de Galeano (2018, p. 344): “os símbolos da prosperidade são símbolos da dependência”. Pode-se até mesmo traçar um paralelo entre dois momentos já discutidos neste texto: da mesma forma que o estabelecimento da infraestrutura nacional pretere o desenvolvimento regional em favor da movimentação do capital ao exterior, a produção de conhecimento renega os saberes regionais e aprofunda a relação de dependência com os antigos poderes coloniais. Rivera Cusicanqui (2010, p. 65, tradução nossa) classifica essa estrutura como uma forma de clientelismo que recoloniza “os imaginários e as mentes da intelectualidade do sul”¹¹: essa dinâmica, como se verá no próximo capítulo, é parte integrante também da Biblioteconomia em sua formulação histórica enquanto campo prático e científico. Tratará-se de discutir aqui, contudo, a decolonialidade como ponto de partida epistemológico para a mudança deste quadro de dependência crônica:

Isto é, um processo de re-existência e reconhecimento do ser, do saber, do poder e do território, situado no contexto social, o marginalizado e subjugado, estabelecendo uma ponte entre a perspectiva colonial e as visões outras [...] [o qual é] o propósito fundamental das práticas de LEO, [...] uma vez que estas tecnologias de poder [a leitura, escrita e oralidade] foram implantadas na sociedade através da cultura escrita, colonizando o ser através do saber¹² (Duque Cardona, 2019, p. 182-192, tradução nossa).

Duque Cardona, acima, elenca a decolonialidade como elemento crucial da LEO — dentro da perspectiva intercultural decolonial, proposta pela pesquisadora, que será devidamente explorada no capítulo referente às linguagens políticas da leitura —, porém é necessário ainda munir-se de algumas considerações sobre o pensamento decolonial, antes de tentar compreender plenamente as proposições da autora. Ainda que uma posição crítica à

¹¹ “los imaginarios y las mentes de la intelectualidad del sur” (Rivera Cusicanqui, 2010, p. 65)

¹² “es decir, un proceso de re-existencia y reconocimiento del ser, el saber, el poder y el territorio, situado en el contexto social, lo marginalizado y avasallado, estableciendo un puente entre la perspectiva colonial y las visiones otras. [...] el propósito fundamental de las prácticas de LEO [...] una vez que estas tecnologías de poder se hayan implantado en la sociedad a través de la cultura escrita, colonizando el ser a través del saber” (Duque Cardona, 2019, p. 182-192).

colonialidade já poderia ser observada nas décadas de 1960 a 1980 com a vertente dos *postcolonial studies* nas universidades estadunidenses, a fundamentação teórica destes pensamentos manteve uma lógica logocêntrica, apoiando-se quase exclusivamente na produção do eixo europeu-estadunidense e deixando de lado o conhecimento científico produzido pelos povos que se propunha estudar (Rivera Cusicanqui, 2010; Sales; Garcez, 2021). Sales e Garcez (2021, p. 189, grifo nosso) opinam que a decolonialidade deve se pautar justamente pela valorização desses últimos saberes, ao invés de intentar a rivalização com o conhecimento colonizador: “pelo contrário, pode se alimentar muita mais na afirmação e na construção de um processo de visibilização epistêmica (antes invisível) que promova a coexistência de diferentes perspectivas e *movimente os holofotes* dos protagonismos”. Os autores ainda apresentam uma classificação para o que consideram ser “estudos decoloniais” e quais questões abarcam:

a) discussões sobre opressões, subrepresentações e relações de poder e dominação contra populações colocadas à margem, tais como as populações africanas, ameríndias, mulheres, LGBTQIA+ etc.; b) discussões sobre produções de conhecimentos de populações geograficamente privilegiadas (norte global), mas que estão à margem das sociedades que pertencem; c) produções científicas que promovem uma reflexão crítica à colonialidade dentro das diversas áreas do conhecimento e propõem a decolonialidade como alternativa de enfrentamento. [...] abordagens que se dispõe [*sic*] a criar reflexões sobre o currículo, a academia e o fazer científico decoloniais também são evidenciadas (Sales; Garcez, 2021, p. 190).

Como pode-se ver, essa sistematização reverbera as considerações de Duque Cardona expostas acima, ao reposicionar os seres do conhecimento, localizando-os em seus contextos interseccionais de desigualdades. Seguindo o conselho de Rivera Cusicanqui (2010), que crê na responsabilidade coletiva dos pesquisadores latinoamericanos de não contribuir com a perpetuação das formas de dominação coloniais, este trabalho sustenta-se no compromisso com perspectivas decoloniais situadas no campo da Biblioteconomia, em que se evidenciem saberes e sujeitos múltiplos, e por conseguinte, se preocupem em discutir alternativas à representação e apropriação desses sistemas de pensamento. Em termos práticos, aqui se propõe contribuir com a formação de um quadro teórico em torno da LEO, especialmente das contribuições da pesquisadora colombiana Natalia Duque Cardona — em alguma medida, atuando sobre o problema da integração científica latinoamericana discutido acima —, elaborando um *corpus* e traduzindo à língua portuguesa as principais referências que vêm se estabelecendo neste tema.

2.1 As raízes europeias da Biblioteconomia

Deve ficar claro, contudo, que regras ou noções universais devem sempre ser aplicadas de forma local e individual. Eu não acho que os métodos das bibliotecas [dos Estados Unidos] da América, mesmo que eu os admire, sejam perfeitamente adequados para a Europa ou mesmo para a Inglaterra. A psicologia das pessoas varia, e variações nas práticas das bibliotecas devem ser feitas em razão deste fato. Ainda mais entre os povos da Índia, com sua imensa história, poderosas tradições, e distintivas qualidades [...], a mera aplicação de ideias anglo-saxãs a algo tão íntimo, pessoal e espiritual como a literatura, sem modificação, pode não ser prudente¹³ (Sayers, 1931, p. xxix, tradução nossa).

Em 1931, Berwick Sayers, professor de Biblioteconomia na *University of London*, já contraindicava na introdução do livro “As cinco leis da Biblioteconomia” — obra escrita pelo indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan, e que viria a compor o cânone bibliográfico da área — a translação dos métodos das bibliotecas de um país a outro sem a aplicação de um olhar crítico, ou seja, sem as necessárias considerações no processo de localização, em que se pesem diferenças culturais, demográficas, e epistêmicas. Sabe-se que historicamente esta prática não foi, no entanto, adotada nos Estados latinoamericanos pois, como se explorou no capítulo anterior, a colonização desenvolveu uma condição de dependência nestes países, inclusive científica e tecnológica, das nações de posição dominante: os centros de produção de conhecimento do sul global tendem a reproduzir as correntes de pensamento do norte (Rivera Cusicanqui, 2010). Pode-se ir um passo além da proposição de Sayers ao considerarem-se os efeitos dessa submissão: “O mero transplante da tecnologia dos países adiantados não só implica a subordinação cultural e, em definitivo, a subordinação econômica, como também [...] não resolve problema algum de subdesenvolvimento” (Galeano, 2018, p. 343-344).

Deveria ser, portanto, de suma importância para a Biblioteconomia — todo o campo científico, em verdade — dos países latinoamericanos o investimento em pesquisas que avancem a regionalização do conhecimento científico e, sobretudo, desenvolvam conceitos próprios, a partir das formas de pensamento locais — assumindo um viés, como já se discutiu, decolonial. Afinal, concepções tão fundamentais como “documento” ou “livro” podem variar

¹³ “It must be clear however, that universal rules or notions must always be given a local and individual application. I do not think the library methods of America, much as I admire them, are root and branch suitable for Europe or even for England. The psychology of the people varies, and variants in library practice must be made to meet this fact. Even more amongst the peoples of India, with their immense history, powerful traditions, and distinctive [...] qualities, the application of merely Anglo-Saxon ideas to a thing so intimate, personal and spiritual as literature, without modification, may not be wise” (Sayers, 1931, p. xxix).

profundamente entre uma cultura e outra, como exemplifica Menezes, ao explorar a importância da corporalidade e da alteridade para as epistemologias dos povos indígenas da América Latina:

A retórica ameríndia é uma arte de transformação, nem de convencimento, nem de persuasão, mas de tornar-se, sempre e a cada vez, outro. *O idioma simbólico ameríndio é a corporalidade* da pessoa humana [...] O sujeito ameríndio constitui-se a partir do corpo e sua noção de pessoa é delimitada não pelo atributo exclusivo da *alma* — de onde nasce o conceito [ocidental] de documento enquanto técnica cultural (Otlet, 1934; Briet, 2016) oriunda dos dados intelectuais que inscrevem seus signos representativos num *suporte* —, mas pelo *corpo*. [...] O problema está em como, a partir de seus corpos, cada humanidade autodetermina os seus respectivos mundos, em termos ocidentais, perspectivam seus documentos, que não são iguais para todos, todavia, são homônimos (Menezes, 2021, p. 119, 142, grifo nosso).

Partindo deste referencial, pode-se começar a enxergar as pinturas corporais, as transmissões orais — que são, evidentemente de especial interesse para este trabalho, já que fazem parte da tríade leitura-escrita-oralidade, e serão destrinchadas em uma seção dedicada a essa discussão¹⁴ —, e um sem-fim de outras manifestações como fontes válidas de informação que são deixadas de lado pelos preceitos ocidentais admitidos pelas Biblioteconomia. Sobre a dualidade *alma* e *corpo*, de onde partiria cada concepção documental, vale resgatar mais um argumento de Menezes (2021, p. 130-131): os colonizadores portugueses ao entrarem em contato com os povos Tupinambá, e constatarem que sua linguagem não possuía os fonemas /f/ e /r/, nem registro escrito e gramática, questionaram a capacidade dos nativos em produzir significado e, portanto, se possuíam alma. Dessa forma, os colonizadores colocaram esses povos fora da possibilidade de produzir *documentos*, ou mesmo *informação*, à ótica ocidental — ainda que a Documentação somente tome forma com Paul Otlet no final do século XIX, a escrita alfabética como atributo determinante de humanidade vêm desde os primórdios do pensamento ocidental, originada das discussões de Aristóteles (Menezes, 2021, p. 128-129).

Movimentando o foco para os territórios invadidos pelos espanhóis, encontravam-se formas de registro, guarda e mediação da informação mais próximas às que existiam na Europa naquele mesmo período — independentemente da *forma*, similarmente como ocorria na América portuguesa, “as culturas indígenas sofriam uma redefinição incomparavelmente mais perturbadora que a passagem à clandestinidade. [...] ‘superstições, crenças, cultos’ [...]”

¹⁴ Cf. capítulo 3.1 a 3.1.1.

aquelas manifestações eram tachadas de erros e falsidades”¹⁵ (Gruzinski, 1991, p. 24, tradução nossa) —: os povos nahua, habitantes do território que hoje é o México e que compuseram a civilização asteca, possuíam uma escrita pictográfica registrada sobre papel vegetal ou pele de animais; “pintores” que se especializavam em ler e reproduzir os símbolos pictográficos, chamados *tlacuilo*; códices e mapas que registravam a cosmogonia e a vida cotidiana desses povos; livros, ou *amoxtli*, sobre temas como genealogia, terras, cronologia, cantos, medicina, e até mesmo sobre outros livros, bibliografias chamadas de *amoxmachiotl*; e em duas das três principais cidades desses povos há registros de locais em que se guardavam esses manuscritos, como os arquivos de *Texcoco*, que foram queimados em 1521 pelos aliados de Hernán Cortés, e indícios de múltiplas bibliotecas, as “casas dos livros de pinturas” ou *amoxcalli*, em *Tenochtitlán* (Gruzinski, 1991; Vázquez Martínez, 2011).

Como pôde-se ver já repetidamente, a colonização subjugou e aculturou as mais autênticas formas de transmissão informacional dos povos originários do território latinoamericano. Com os *amoxcalli* não foi diferente: desde a década de 1520 os evangelizadores se empenharam a ensinar os jovens da nobreza indígena a “ler e escrever, cantar e tocar instrumentos musicais e a doutrina cristã” (Gruzinski, 1991, p. 54) — este excerto chama especial atenção por demonstrar que os colonizadores estavam cientes do papel estratégico da LEO em seu projeto civilizatório, ou nos termos propostos por Duque Cardona (2019), dessas práticas como tecnologias do poder¹⁶ —, de forma que na década seguinte já se faziam presentes as bibliotecas nos conventos em que se lecionavam esses grupos, onde inclusive tiveram contato com o livro em sua forma ocidental (Gruzinski, 1991). Ou seja, ao mesmo tempo em que se queimavam textos, objetos sagrados e locais de guarda destes materiais indígenas, no esforço de substituí-los, introduzia-se no continente formas análogas vindas da Europa.

Gruzinski (1991) ressalta que este livro ocidental na forma como foi introduzido nas américas, isto é, impresso mecanicamente, é coetâneo à colonização — começava a se consolidar a tipologia documental que impactaria profundamente a maneira da sociedade ocidental se relacionar com a informação. Mais especificamente, nas primeiras décadas do século XVI a popularização da prensa de tipos móveis inventada por Gutenberg causava uma revolução informacional, em que o paradigma de pouquíssimas e trabalhosas cópias de manuscritos feitas e conservadas por monges copistas era substituído por um novo paradigma

¹⁵ “las culturas indígenas sufrían una redefinición incomparablemente más perturbadora que el paso a la clandestinidad. [...] ‘supersticiones, creencias, cultos’ [...] aquellas manifestaciones eran tachadas de errores y falsedades” (Gruzinski, 1991, p. 24).

¹⁶ Cf. capítulo 3.2.4.

em que a facilidade de reproduzir textos levou a uma abundância de livros: calcula-se que 50 anos depois da invenção do equipamento, haviam aproximadamente 13 milhões de livros, para 100 milhões de habitantes da Europa ocidental (Burke, 2002). Esse aumento vertiginoso de obras gerou uma situação que intelectuais da época descreveram como: uma “multidão confusa e irritante de livros”; uma “‘inundação’ de material impresso em meio a qual era difícil não se afogar”; ou simplesmente uma “desordem de livros” (Burke, 2002, p. 175). A busca por soluções para este problema e para os novos desafios informacionais gerados conseqüentemente, como se detalhará a seguir, configurou em larga medida as bases práticas que originaram a Biblioteconomia moderna (Gouveia Junior; Salcedo, 2016; Tanus, 2016). Segundo Burke (2002, p. 176), “A multiplicação dos livros criou imediatamente um problema para um grupo profissional, o dos bibliotecários”, uma vez que os acervos das principais bibliotecas do continente passaram de poucos milhares a dezenas de milhares de exemplares, essa categoria ocupou-se em desenvolver catálogos para organizar essa profusão de informação e possibilitar ao mesmo tempo a localização do livro desejado, além da publicização da coleção de uma biblioteca a leitores de locais distantes (Burke, 2002). Similarmente, as bibliografias ganharam força neste período, como uma forma de listar obras eruditas, organizadas por autor e assunto, e que poderiam ser abrangentes ou limitar-se a algum assunto específico (Burke, 2002; Tanus, 2016). Este último tipo documental é de especial relevância histórica para a formação da Biblioteconomia, pois, como apresentam Shera e Egan (1953, p. 19), “por mais de quatro séculos a biblioteconomia foi quase sinônimo de bibliografia”; Tanus (2016, p. 220) complementa os autores, explicando que “a separação entre elas se radicaliza [somente] no final do século XIX, quando entra em cena a Documentação”.

Se com a produção dos catálogos e bibliografias percebe-se o desenvolvimento das práticas de catalogação e classificação (Burke, 2002), ainda pode-se discutir duas tipologias documentais que influenciaram significativamente a Biblioteconomia na Idade Moderna. Com a abundância de obras que a explosão informacional trouxe, não foi suficiente organizá-las, foi preciso também discerni-las: assim surgiram revistas periódicas especializadas em resenhas, informações sobre novas publicações e resumos — que por sua vez, também deveriam ser organizadas e passíveis de serem encontradas em grandes acervos. Surgiram, ainda, os manuais biblioteconômicos, que orientavam o funcionamento de bibliotecas, sendo o mais reconhecido o *Advis pour dresser une bibliothèque*, de Gabriel Naudé, publicado em 1627 (Burke, 2002; Tanus, 2016). Como se prefaciou acima, as tentativas de lidar com a explosão provocada pela prensa móvel, ao mesmo tempo que avançaram as práticas que

formariam a Biblioteconomia, paradoxalmente aumentaram a quantidade de materiais com que as bibliotecas teriam de lidar, o que por sua vez requereu o desenvolvimento de novas práticas biblioteconômicas. Nas palavras de Burke (2002, p. 179): “todas essas soluções de problemas criaram outros problemas e provocaram grandes mudanças nos estilos de leitura, escrita e organização de informações”.

Como se percebe nesta recuperação histórica, a Biblioteconomia enquanto prática surge na Europa durante a Idade Moderna, amplamente amparada na noção ocidental de “livro” que se consolidou com a prensa móvel:

um acumulador etnocêntrico de um pretenso saber absoluto [...] Sob este paradigma representacional estão fundamentados os livros das principais teorias da Biblioteconomia europeia: o *Advis Pour Dresser une Bibliothèque* (1627) de Gabriel Naudé, [...] as 91 regras para compilação de catálogo de Antonio Panizzi, publicada sob o título de *Catalogue of Printed Books in the British Museum* em 1841 e o *Traité de Documentation* de Paul Otlet, publicado originalmente em 1934. [...] dos exemplos concretos dos povos ameríndios, afro-americanos e africanos, o livro ocidental subsiste como uma dobra nas multiplicidades potenciais do livro. O livro ocidental é “apenas” uma atualização diante das diversas possibilidades grafológicas do livro (*biblion*). [...] A ontologia platônica limita o livro aos grafismos alfabéticos presentes na alma do patriarca, o homem livre ocidental e seus patrimônios culturais (Menezes, 2021, p. 114-115, 127, grifo do autor).

Com os ideais iluministas que precederam a Revolução Francesa — evento que marca a passagem para a Idade Contemporânea, em 1789 —, as características do livro ocidental apontadas por Menezes se acentuaram significativamente: a leitura passa a ter uma função instrumental na formação do Homem racional, que deveria incidir na sociedade em seus aspectos políticos, econômicos e culturais a partir da razão, isto é, do conhecimento¹⁷ (Gouveia Junior; Salcedo, 2016; Tanus, 2016). Desse pensamento originou-se um marcante acontecimento para a Biblioteconomia, o movimento enciclopedista: este influenciou as bibliografias a intentarem publicar “repertórios bibliográficos universais”, os quais conteriam um suposto “conhecimento universal” (Tanus, 2016); e mais notadamente, a publicação da *Encyclopédie* organizada por Diderot¹⁸, um conjunto de trinta e cinco volumes que buscava compreender todo o conhecimento humano derivado da razão (Gouveia Junior; Salcedo, 2016; Tanus, 2016) — Esse projeto enciclopédico, que ressoa os contornos positivistas que a

¹⁷ Essas concepções incidirão nos ideais propostos pela Linguagem Política Republicana da Leitura, cf. capítulo 3.2.2.

¹⁸ A produção deste tipo de livro, como aponta Burke (2002, p. 181), não era possível ser alcançada somente com um autor, exigia a formação de equipes dotadas de novos profissionais: editores, revisores, indexadores e catalogadores. Note-se que este empreendimento intelectual envolve atividades que se relacionam com a Biblioteconomia, especificamente as atividades relativas à organização da informação.

Biblioteconomia tomaria no século XIX (Gouveia Junior; Salcedo, 2016), consolida a perspectiva epistemológica construída no ocidente, na qual se torna válido somente o conhecimento produzido pelo homem branco, ao mesmo tempo que invisibiliza os conhecimentos produzidos pelas populações fora deste circuito (Rivera Cusicanqui, 2010): é a perfeita manifestação do livro “acumulador etnocêntrico de um pretenso saber absoluto” descrita por Menezes (2021, p. 114).

Discutiu-se então o estabelecimento da Biblioteconomia enquanto prática até o século XVIII; o seu estabelecimento dentro do campo científico ocorre, no entanto, durante o século seguinte. Se no final do século XIX o campo estava consolidado institucionalmente por meio de centros universitários de formação, associações profissionais e periódicos científicos (Gouveia Junior; Salcedo, 2016), em grande parte se deve aos pesquisadores europeus e estadunidenses que buscaram estabelecer como campo metodológico de estudo dos usuários, gestão de bibliotecas, e organização da informação: além das publicações apresentadas no excerto de Menezes acima, deve-se discutir a obra *Classification and subject index, for cataloguing and arranging the books and pamphlets of a library*, publicada pelo estadunidense Melvil Dewey em 1876, que estabelece a Classificação Decimal de Dewey (CDD); e a Classificação Decimal Universal (CDU), publicada subsequentemente pelos belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine em 1904 (Tanus, 2016). Ambos são sistemas de classificação feitos com o objetivo de organizar a informação através da atribuição de um numeral decimal (partindo da casa das centenas) para cada assunto possível dentro de um tópico; a CDD alcançou certo sucesso internacional, sendo utilizada em muitas bibliotecas, inclusive fora de seu país de origem (Gouveia Junior; Salcedo, 2016). Estas classificações correm o risco de recair ao mesmo problema etnocêntrico da *Encyclopédie*, no entanto, caso sejam aplicadas de forma descontextualizada e sem as devidas localizações, como recomendou Sayers (1931), no início deste capítulo. Uma rápida análise destes sistemas de classificação demonstra bem este perigo, basta olhar como é tratada a questão da religião: ambas classificações designam os números entre 200-299.99 para representar assuntos neste tópico, porém aproximadamente 90% das possíveis indicações são relativas ao cristianismo, que conta com as classes 200-289.99, deixando somente os números 290 em diante para alocar todas as outras religiões (OCLC, 2011; UDC Consortium, 1997). Ainda que esse caso evidencie latentemente um problema representacional, deve-se registrar que esta lógica se repete, talvez de forma mais sorrateira, pela totalidade destes sistemas de classificação. É evidente a tensão que existe, e que é aguçada pelo fato destas ferramentas serem tão integrais à Biblioteconomia e sua história: se por um lado deve-se denunciar a sobrerepresentação das

manifestações informacionais tradicionalmente ocidentais concorrente à invisibilização dos conhecimentos outros (Rivera Cusicanqui, 2010), e assim como Sayers (1931) sugere, trabalhar para fazer as devidas regionalizações; por outro, deve-se compreender que fundamentalmente, os principais sistemas de classificação bibliográfica “organizam o conhecimento de acordo com a classificação do conhecimento produzido pela sociedade em que atua” (Nunes; Tálamo, 2009, p. 45), e como se discutiu na introdução deste capítulo, a importação da tecnologia produzida nos polos globais de dominação opõe-se à superação dos desafios econômicos e sociais dos países latinoamericanos (Galeano, 2018) — portanto, voltar o foco da Biblioteconomia para a produção científica e para as epistemologias da América Latina é uma opção política, que se compromete com o desenvolvimento de práticas e teorias próprias, a fim de projetar a superação da condição histórica de submissão da região.

2.2 Breve histórico da Colômbia

Antes de partir para a discussão dos conceitos desenvolvidos na Colômbia em torno da LEO, é necessário apresentar-se o pano de fundo histórico e político que situa esses conhecimentos. Afinal, como se discutiu anteriormente, não basta pretender importar ciência ou tecnologia sem compreender sua relação com o território em que são produzidas, sua posição no contexto geopolítico, e os preceitos que as fundamentam. Para evitar uma prolixidade inadequada a um trabalho de conclusão de curso, decidiu-se conter o esmiuçamento da história colombiana a partir da fundação da República da Colômbia — ocorrida em 1931, após um processo de renúncia do governante Simón Bolívar, separação das repúblicas do Equador e Venezuela, e dissolução da *Gran Colombia* (Jaramillo Uribe, 1995) — uma vez que as condições de colonização pela Coroa espanhola, implicando nas formas de clientelismo externo e interno, já foram apresentadas acima.

A história política do Estado colombiano¹⁹ é atravessada pelas tensões, ora amenas, ora irrompendo em abuso estatal da violência, geradas pelos esforços da oligarquia em manter um monopólio sobre o poder (Leal Buitrago, 1995). Além do uso da força, esta exclusão de outros grupos sociais da vida política, por muitas décadas, se deu pela organização proposital de um Estado com escassos meios de representação e legitimação política, uma cultura de identitarismo bipartidário, e profundas desigualdades regionais situadas em territórios geográficos bastante heterogêneos (Hylton, 2010; Jaramillo Uribe, 1995; Leal Buitrago, 1995). Pode-se, portanto, sustentar-se em uma análise geográfica para vislumbrar a complexidade do território colombiano e porque este fator é repetidamente citado por historiadores como determinante nos desdobramentos da história nacional.

O país, que faz divisa com o Norte do Brasil, é dividido por três cordilheiras que partem do sul e vão se abrindo, criando vales, em direção ao norte (mapa 1). Dois cursos de água situam-se entre essas cordilheiras, o rio Cauca mais a oeste, e o rio Magdalena entre as cordilheiras central e oriental — este último tendo grande relevância econômica, uma vez que serviu como a principal rota de escoamento, desde a colonização, do capital gerado pela agricultura e pelo extrativismo mineral (Jaramillo Uribe, 1995). De acordo com Hylton (2010) a maior parte da população sempre esteve concentrada nestas regiões montanhosas de clima subtropical, o que em termos econômicos se explica pelas já referidas condições ideais para a

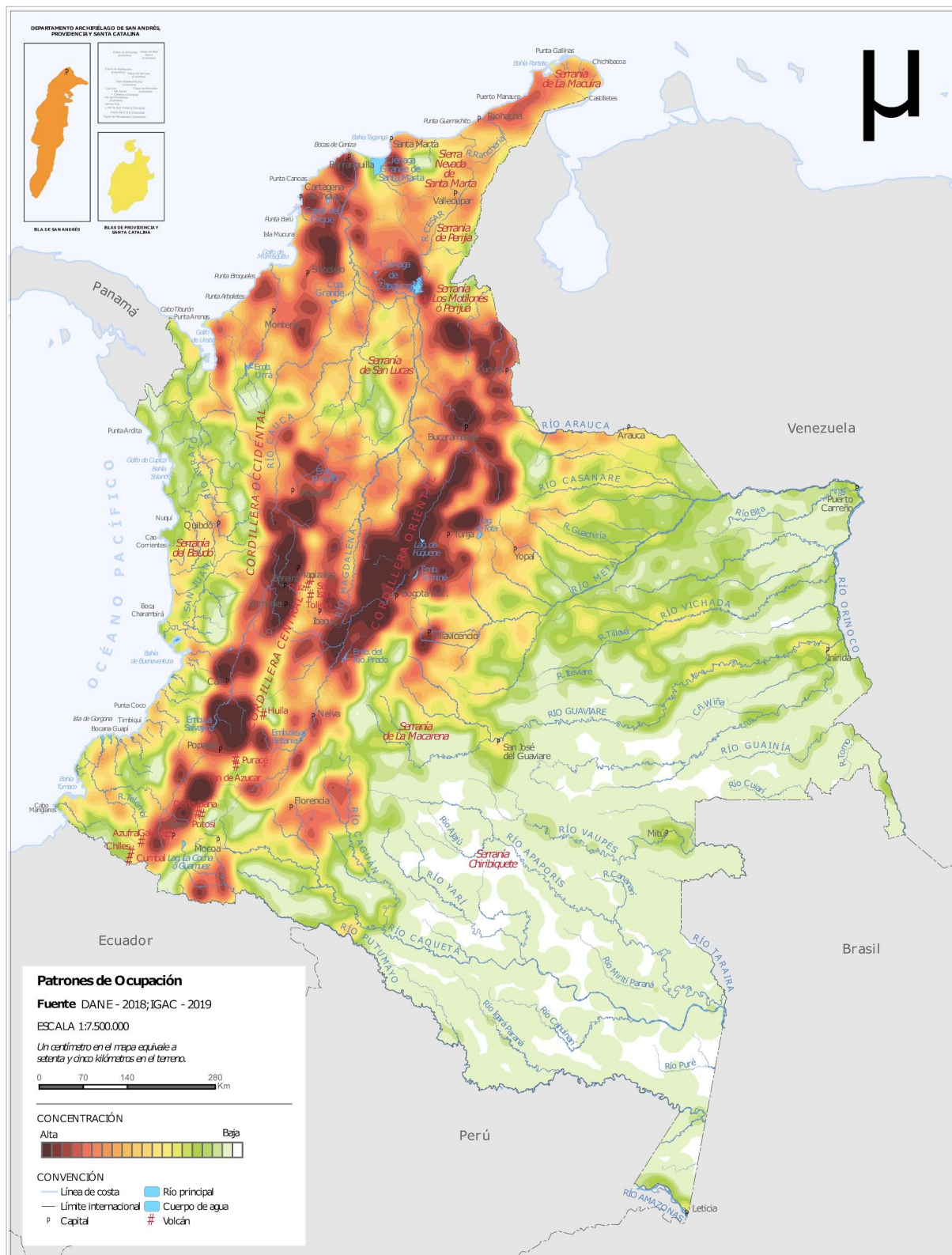
¹⁹ Ainda que a discussão deste trabalho se dê em torno das chamadas sociedades de oralidade (cf. capítulo 3.1.1), a historiografia colombiana de forma geral baseia-se nas sucessões políticas entre grupos oligárquicos hegemônicos — especialmente durante o século XIX —, como se verá a seguir; invisibilizando acontecimentos entre ou protagonizados por aqueles grupos supracitados, como indígenas, camponeses ou afrocolombianos.

instalação de monoculturas cafeeiras²⁰ e a centralidade do rio Magdalena na exportação — tanto é que Bogotá, a capital do país, está localizada exatamente neste território, em uma elevação de 2,6 mil metros acima do nível do mar (Hylton, 2010), algo em torno de 3,5 vezes mais alto que a elevação da cidade de São Paulo (Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 2004). Essa dinâmica de ocupação do território pode ser confirmada ao comparar-se lado a lado a topografia (mapa 1) e a concentração demográfica (mapa 2) da Colômbia: em outras palavras, pode-se observar como a elevação do terreno coincide com a distribuição populacional do país.

²⁰ Os departamentos que se destacaram na produção do café foram apontados no capítulo 2. Cf. Hylton, 2010, p. 55-56.

Fonte: Milenioscuro (2022)

Mapa 2 — Densidade demográfica da Colômbia.



Fonte: Departamento Administrativo Nacional de Estadística; Instituto Geográfico Agustín Codazzi (2019).

Esta referida área de cordilheiras e vales, em que a temperatura média é mais baixa — incluindo até algumas zonas de neve — além da centralidade econômica e demográfica, configura a região geográfica Andina, cortando parte dos departamentos de Nariño, Cauca e Valle del Cauca, e traçando uma reta diagonal ao compreender os departamentos de Huila, Cundinamarca, Distrito Capital, Tolima, Caldas, Risaralda, Quindio, Antioquia, Boyacá, Santander, Norte de Santander, Bolívar e Cesar (Mapa 3). Já a região do Pacífico é composta pelos departamentos que tocam esse oceano, indo da divisa ao sul com o Equador à divisa norte com o Panamá: a composição demográfica deste território é marcada pela presença de populações afrodescendentes, e em menor número, indígenas. Similarmente, os departamentos que tocam o mar do Caribe compõem a região homônima, incluindo partes de departamentos já citados, como é o caso de Bolívar, Antioquia e Cesar: além de um clima tipicamente árido, semiárido e desértico, existe uma forte identidade e cultura caribenha destas populações. Junto com o Pacífico, as regiões da Amazônia e Orinoquia são partes mais esparsamente habitadas do país: esta caracterizada pelas planícies que atravessam os departamentos ao leste da cordilheira oriental, Arauca, Casanare e parte de Meta e Vichada; e aquela composta pela vegetação amazônica, compreendendo as outras partes de Meta e Vichada, além dos departamentos de Guainía, Guaviare, Caquetá, Putumayo, Vaupés e Amazonas (Departamento Administrativo Nacional de Estadística, 2012). Jaramillo Uribe sintetiza esta composição geográfica e sua influência na história colombiana:

A comunicação e o transporte através desta barroca geografia tem sido o maior obstáculo para o desenvolvimento colombiano, sobretudo, se levam-se em conta dois fatores: o débil e lento desenvolvimento demográfico do país durante o período colonial e ainda no século XIX, e o fato que sua povoação, por circunstâncias muito particulares de sua história, foi feita a partir do interior andino do território, local de sua mais densa população indígena e suas mais prósperas culturas, como a chibcha, o que significava mão de obra para a exploração de novos territórios, onde além disso estavam localizadas suas melhores terras agrícolas²¹ (Jaramillo Uribe, 1995, p. 26, tradução nossa).

²¹ “La comunicación y el transporte a través de esta barroca geografía, ha sido el mayor obstáculo para el desarrollo colombiano, sobre todo, si se tienen en cuenta dos factores: el débil y lento desarrollo demográfico del país durante el período colonial y todavía en el siglo XIX, y el hecho de que su poblamiento, por circunstancias muy particulares de su historia, se hizo a partir del interior andino del territorio, asiento de su más densa población indígena y de sus más desarrolladas culturas, como la chibcha, lo que significaba mano de obra para la explotación de los nuevos territorios, donde además estaban ubicadas sus mejores tierras agrícolas” (Jaramillo Uribe, 1995, p. 26).

Mapa 3 — Divisão político-administrativa da Colômbia.



Fonte: Instituto Geográfico Agustín Codazzi (1999).

Este desenvolvimento pautado por tais particularidades geográficas, somado à já discutida lógica de exportação do capital, consolidou-se no que Leal Buitrago (1995) classificou como a predominância de uma bipolaridade de classes, que perdurou até as primeiras décadas do século XX: *terratenientes*, os donos de terras — e que compuseram a principal fração do que será referido como oligarquia —, e *campesinos*, os trabalhadores agrários. A despeito dessa formação social, como já se aventou acima, o Estado colombiano formou-se em torno dos grupos mais avantajados, e a vida política da país, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, girava em torno de uma aguerrida identificação bipartidária entre liberais e conservadores, “em que uma elite dominante de latifundiários, advogados e comerciantes manipulava um sufrágio restrito, em que aqueles que tinham o voto eram clientes em vez de cidadãos” (Hylton, 2010, p. 46).

Nas duas décadas iniciais da república, 1830 a 1850, deu-se forma ao novo Estado, promulgando-se uma nova constituição que conferia mais poderes à figura do presidente, inserindo definitivamente o país no comércio internacional — a partir de então, o capital inglês e, cada vez mais, o estadunidense exerceriam pressão nos rumos políticos da Colômbia —, fundando o Museu Nacional, e ampliando a infraestrutura do país, o que criou condições para a formação da prefaciada forte cultura bipartidária (Hylton, 1995). Consolidando-se no sistema político a partir de 1850, O Partido Liberal e o Partido Conservador, ainda que em geral abrigassem setores diferentes da burguesia — com exceção à proximidade deste último à Igreja Católica — pouco se distinguiram em seus ideais (Hylton, 2010; Jaramillo Uribe, 1995):

[Em ambos] havia comerciantes e *terratenientes* e eram pequenas ou inexistentes suas discrepâncias em matéria da política econômica ou sobre as instituições básicas [...]. Ambos apoiavam o livre-comércio e com menor ou maior força, aprovavam a ideia de divisão internacional do trabalho que atribuía aos países latinoamericanos o papel de produtores de matérias primas agrícola e minerais e o [papel] de consumidores de manufaturas baratas produzidas pelas metrópoles industriais²² (Jaramillo Uribe, 1995, p. 46, tradução nossa).

²² “había comerciantes y terratenientes y eran pequeñas o inexistentes sus discrepancias en materia de política económica o sobre las instituciones básicas [...]. Ambos eran librecambistas y con menor o mayor fuerza, aprobaban la idea de la división internacional del trabajo que atribuía a los países latinoamericanos el papel de productores de materias primas agrícolas y mineras y el de consumidores de manufacturas baratas producidas por las metrópolis industriales” (Jaramillo Uribe, 1995, p. 46).

A descrição de Jaramillo Uribe conecta-se aos conceitos debatidos anteriormente, em que a perpetuação da lógica colonial de exportação e dependência material dos países colonizados de seus colonizadores, acaba por implicar também na consolidação de uma submissão epistêmica do Sul ao Norte global. Já nas décadas de 1850 a 1880, o Partido Liberal em grande parte dominou a política e o Estado colombiano, realizando uma série de reformas liberalizantes, como a separação da Igreja e do Estado — os Jesuítas, que como se apresentou acima, haviam fundado a *Universidad Javeriana*, foram expulsos do país —, a eliminação dos monopólios, a abolição da escravidão, a liberdade de imprensa, e o fim das penas de morte (Hylton, 2010; Jaramillo Uribe, 1995).

Essa tendência sofre uma gradual alteração a partir da posse do presidente Rafael Núñez em 1880, que pertenceu a uma ala do Partido Liberal mais independente e contou com apoio de parte dos conservadores: a partir de uma série de manobras políticas para isolar os liberais radicais, Núñez declarou inválida a Constituição de 1863 e articulou a promulgação de uma nova Constituição em 1886, de caráter autoritário e que centralizava no presidente toda a autoridade sobre os departamentos²³ e municípios (Orlando Melo, 1995). Neste período ocorreram uma série de retrocessos em relação às tais reformas liberalizantes, em que se devolveu parte da influência da Igreja católica sobre o Estado, restabeleceu-se a pena de morte e a censura da imprensa, instituíram-se eleições indiretas para o Executivo, e limitou-se o direito ao voto para proprietários de terras e pessoas alfabetizadas (Orlando Melo, 1995). Hylton afirma que “o caminho antidemocrático e autoritário de Núñez estava pavimentado pelos corpos daqueles que lutaram por projetos republicanos alternativos, mais participativos e inclusivos, e estabeleceu os parâmetros para a política nacional até o século XXI” (Hylton, 2010, p. 54-55). Essas tendências do presidente, especialmente ao simultaneamente dificultar o acesso de certos setores da elite às benesses do Estado — em outras palavras, privando-os de benefícios e cargos públicos — “foram colocando pouco a pouco todo o liberalismo na oposição, e levaram a uma crescente polarização ideológica e emocional dos dois partidos”²⁴ (Orlando Melo, 1995, p. 66, tradução nossa).

As tensões chegaram ao seu nível mais exacerbado em agosto de 1899, quando irrompe a “Guerra dos Mil Dias”, a partir das intenções da oposição liberal em tomar o poder. O conflito que seguiu, de acordo com Orlando Mello (1995), foi o mais violento e prolongado da história colombiana — que, como veremos à frente, não carece de derramamento de

²³ A denominação “departamento” foi adotada nesta Constituição de 1886, alterando a antiga denominação “estado” (Orlando Melo, 1995, p. 65).

²⁴ “fueron colocando poco a poco a todo el liberalismo en la oposición, y llevaron a una creciente polarización ideológica y emocional de los dos partidos” (Orlando Melo, 1995, p. 66).

sangue —, gerando um número elevadíssimo de mortes: “as cifras de baixas da guerra tem girado em torno dos 100.000 mortos, número sem dúvida exagerado, mas que indica a magnitude da violência”²⁵ (Orlando Mello, 1995, p. 68, tradução nossa). Em 1902, já perto do fim da Guerra, os Estados Unidos desembarcam suas tropas no território do Panamá, o qual até então fazia parte da Colômbia, para prestar auxílio ao governo colombiano, culminando na rendição dos liberais. Note-se aqui uma clara instância — e esta tendência se intensificou durante o século XX e XXI — em que os Estados Unidos intervêm nos assuntos internos da Colômbia em função de interesses próprios, no caso a construção do canal do Panamá, demonstrando os padrões de dominação do Sul global pelo Norte discutidos previamente²⁶: com a desestabilização gerada pela Guerra e o apoio estadunidense aos movimentos separatistas panamenhos, o Panamá declarou independência no ano seguinte, em 1903 (Orlando Melo, 1995). É interessante a consideração de Orlando Melo (1995, p. 69) sobre o final da Guerra dos Mil Dias, em que diz que se “concluiu a última das guerras civis tradicionais da história colombiana”²⁷, indicando que ocorreu uma mudança significativa no caráter dos conflitos que seguiram: pode-se apontar para mudanças da composição demográfica que ocorreram a partir do início do século XX e o surgimento de grupos paraestatais e guerrilheiros a partir da metade desse mesmo século como possíveis fatores que contribuíram para essa alteração.

A forma como a política pautou o funcionamento da sociedade colombiana, com a maior parte da população submetida ao clientelismo eleitoral enquanto a oligarquia disputava agressivamente o poder, culminando na Guerra dos Mil Dias, consolidou uma certa forma de pensamento nacional, em que

a cidadania na Colômbia no final do século XIX e início do século XX não adotou um sentido de pertencimento comum com a nação representada por um governo central, senão com a condição de membro exclusivo de um dos dois partidos políticos (Hylton, 2010, p. 46).

Essa exacerbada dimensão dos partidos aponta para a debilidade do Estado colombiano, diz Leal Buitrago (1995), resultante de uma forte bipolaridade de classes, em que os latifundiários carregavam uma tradição autoritária e as massas populares de modo geral mantinham-se passivamente submissas. Essa dificuldade estatal, contudo, chegaria a um

²⁵ “las cifras de bajas de la guerra han girado alrededor de los 100.000 muertos, número sin duda exagerado, pero que indica la magnitud de la violencia” (Orlando Mello, 1995, p. 68)

²⁶ Cf. capítulo 2.

²⁷ “concluyó la última de las guerras civiles tradicionales de la historia colombiana” (Orlando Melo, 1995, p. 69).

ponto de inflexão no século XX: do final do século anterior até a década de 1920, o setor cafeeiro se tornaria o principal exportador da economia colombiana — o valor proveniente desta atividade passou de 1,9 milhões de dólares em 1880 para 33,2 milhões em 1922, e o volume de sacos de grãos de café multiplicou-se em quase 17 vezes neste mesmo período (Orlando Melo, 1995, p. 80), um movimento parecido com o que aconteceu no Brasil, como já se apontou anteriormente —, o que deu início a um processo de modernização do Estado, que ainda que tenha sido interrompido com a crise econômica global na década de 1930, foi retomado com força pelas elites nacionais na década de 1940. O Estado colombiano, aponta Leal Buitrago (1995), foi incapaz de balancear dois processos concorrentes nesta autoconstrução: a tentativa de manter a estabilidade política e econômica, e a demanda por representatividade das novas forças sociais emergentes da modernização; convulsionando em sérios episódios de violência.

Deve-se abrir um parêntese, no entanto, para analisar criticamente que modelo de modernização foi adotado na Colômbia, fruto do projeto das classes dominantes de reformar o Estado. Leal Buitrago (1995) deixa clara sua hipótese de que esse processo que ocorreu na primeira metade do século XX foi de consolidação de um Estado capitalista — até classificando a Colômbia do século XIX na condição de pré-capitalista —: este modelo, argumenta, seria de seguir o caminho dos países que passaram pela Revolução Industrial, subordinando a ideia de modernização ao desenvolvimentismo voltado para a industrialização capitalista (Leal Buitrago, 1995). O autor explica a alteração subjetiva envolvida nessa mudança: “a modernização implicava uma postura pragmática do capitalismo industrial, na qual a antiga ética política secular da modernidade [do Iluminismo] [...] foi substituída pelos valores da acumulação de capital e consumo dos bens da industrialização”²⁸ (Leal Buitrago, 1995, p. 397, tradução nossa). Em contraposição a essa noção ocidental de modernidade, Rivera Cusicanqui (2010) propõe a *modernidade indígena* como projeto alternativo: observe-se que autora escreve a partir da realidade da Bolívia, onde as populações indígenas constituem uma parcela demográfica grande, e sua representatividade política, ao menos comparado com o que a historiografia colombiana vem nos apresentado até aqui — isto é, onde a oligarquia dona de terras, descendente dos colonizadores europeus, é o segmento social mais visibilizado nos acontecimentos históricos —, é mais presente do que a das populações colombianas. A explicação da autora resgata alguns temas que foram tratados nos

²⁸ “La modernización implicaba una postura pragmática del capitalismo industrial, en la cual la antigua ética política secular de la modernidad [...] fue substituida por los valores de acumulación de capital y consumo de los bienes de la industrialización” (Leal Buitrago, 1995, p. 397).

capítulos anteriores, e serve aqui para fazer contrapeso ao projeto — ocidental — de modernidade do Estado colombiano, que será retomado a seguir:

A aposta indígena pela modernidade centra-se em torno de uma noção de cidadania que não busca a homogeneidade, mas a diferença. Contudo, ao se tratar de um projeto com vocação hegemônica, capaz de traduzir-se em termos práticos nas esferas da política e do estado [*sic*], supõe uma capacidade de organizar a sociedade à nossa imagem e semelhança, de armar um tecido intercultural duradouro [...]. Nesta sociedade desejável, [todos] poderiam conviver em igualdade de condições, mediante a adoção [...] de modos de convivência legítimos assentados na reciprocidade, na redistribuição, e na autoridade como serviço. [...] constrói a hegemonia indígena ao realizar-se em espaços criados pela cultura invasora — o mercado [*sic*], o estado [*sic*], o sindicato. Ao fazer-lo, se funda um projeto de modernidade mais orgânica e própria que a *modernidade imposta das elites*, caricaturas do ocidente que vivem da ventriloquia de conceitos e teorias, de correntes acadêmicas e visões de mundo copiadas do norte²⁹ (Rivera Cusicanqui, 2010, p. 71-72, tradução nossa, grifo nosso).

A modernização perpassou diversas facetas da sociedade colombiana, podendo ser observada em graduais mudanças econômicas, territoriais e sociais: respectivamente, a riqueza gerada pelo café possibilitou o processo de industrialização da economia; gerando o êxodo rural em busca de emprego nas cidades e, conseqüentemente, o processo de urbanização; implicando também na formação de uma nova classe social de trabalhadores proletarizados (Leal Buitrago, 1995). Esses novos setores apresentaram demandas, principalmente de representação política, que colidiram com a forma como a institucionalidade colombiana funcionava até então:

Apesar de certas alterações institucionais, o quase-Estado do país, complementado pela Igreja e pelo bipartidarismo oitocentista, não se adaptou às novas realidades e sucumbiu ante a avalanche de mudanças, conflitos e violência que na década dos anos 40 desataram setores da sociedade como reação à modernização³⁰ (Leal Buitrago, 1995, p. 397, tradução nossa).

²⁹ “La apuesta india por la modernidad se centra en una noción de ciudadanía que no busca la homogeneidad sino la diferencia. Pero a la vez, al tratarse de un proyecto con vocación hegemónica, capaz de traducirse en términos prácticos en las esferas de la política y el estado [*sic*], supone una capacidad de organizar la sociedad a nuestra imagen y semejanza, de armar un tejido intercultural duradero [...] En esa sociedad deseable, [todos] podrían convivir en igualdad de condiciones, mediante la adopción [...] de modos de convivencia legítimos asentados en la reciprocidad, la redistribución, y la autoridad como servicio. [...] construye la hegemonía india al realizarse en los espacios creados por la cultura invasora — el mercado [*sic*], el estado [*sic*], el sindicato. Al hacerlo, se funda un proyecto de modernidad más orgánica y propia que la modernidad impostada de las elites, caricaturas de occidente que viven de la ventriloquía de conceptos y teorías, de corrientes académicas y visiones del mundo copiadas del norte” (Rivera Cusicanqui, 2010, p. 71-72).

³⁰ “A pesar de ciertos cambios institucionales, el cuasi-estado del país, complementado por la Iglesia y el bipartidarismo decimonónico, no se adaptó a las nuevas realidades y sucumbió ante la avalancha de cambios, conflictos y violencia que en la década de los años cuarenta desataron sectores de la sociedad como reacción a la modernización” (Leal Buitrago, 1995, p. 397).

Desde o final da década de de 1930, algumas figuras vinham se consolidando como representantes dos interesses dos trabalhadores: em menor parte o Partido Comunista Colombiano, mas principalmente o político Jorge Eliécer Gaitán — de uma ala mais à esquerda do Partido Liberal —, que defendiam progressos em pautas populares como reforma agrária e legislação trabalhista (Hylton, 2010). A popularidade de suas ideias e da sua figura formaram o que se chamou de *gaitanismo*: “o primeiro movimento nacional popular na história da Colômbia capaz de unir no país os grupos subalternos que haviam sido fragmentados por divisões raciais-étnicas, regionais e de classe” (Hylton, 2010, p. 67). Todas essas mobilizações sociais foram favorecidas operacionalmente pela permanência dos liberais na presidência, que se ocuparam em utilizar o controle da polícia para constranger e reprimir violentamente os conservadores, entre 1930 e 1946. Se por um lado possibilitou a politização da classe operária e média, contudo, esse período também fortaleceu dentro do Partido Conservador os grupos de extrema direita, identificados com o fascismo europeu (Hylton, 2010; Tirado Mejia, 1995). O ano em que os conservadores reassumiram a presidência marca o início de um período de terror estatal e revoltas populares conhecido como *La Violencia*: Hylton (2010) distingue esta época pela supressão das políticas populares; a canalização de conflitos partidários, raciais e de classe; e principalmente a nacionalização da violência política, antes contida aos municípios e regiões. Logo no primeiro governo conservador, deu-se a ordem de confiscar as *cédulas de ciudadanía*, ou o documento de identidade, de todas as pessoas identificadas com o liberalismo — em pouco tempo, essa operação converteu-se “em uma campanha sistemática de extermínio [...], promovida pela mais alta oficialidade, e perpetrada por uma polícia que rapidamente começou a recrutar-se por méritos criminais”³¹ (Arrubla Yepes, 1995, p. 185, tradução nossa).

Sob essa conjuntura, o assassinato de Gaitán³² em 1948 desatinou uma insurreição popular; o episódio conhecido como *Bogotazo* foi marcado pelo caos instaurado na capital da Colômbia, em que grandes multidões ocuparam o Palácio Presidencial, saquearam comércios e mercados, e atearam fogo a prédios e à infraestrutura da cidade (Foto 1) — inspirando também a formação de juntas revolucionárias pelo interior do país (Hylton, 2010). A Comissão da Verdade, instaurada em 2016 a partir do acordo de paz com as *Fuerzas Armadas*

³¹ “en una campaña sistemática de exterminio [...], promovida desde los más altos niveles oficiales y adelantada por una policía que pronto comenzó a reclutarse por méritos criminales” (Arrubla Yepes, 1995, p. 185).

³² A fim de explorar melhor a popularidade do político, e justificar a comoção que seu assassinato causou: no momento de sua morte, Gaitán já havia sido vereador, prefeito de Bogotá, senador, Ministro da Educação, e Ministro do Trabalho; dois anos antes, na eleição de 1946, foi candidato à presidência, concorrendo de forma independente, como dissidência do Partido Liberal (Tirado Mejia, 1995, p. 161-162); Cf. Hylton, 2010, p. 67-68.

Revolucionarias de Colombia (FARC), revisa a nomenclatura dada ao acontecimento, reforçando que a revolta tomou todo o território nacional:

Bogotá se levantou, mas não foi o único caso. A Comissão da Verdade descobriu que em muitas regiões não se fala do Bogotazo, mas do *Colombianazo*. O assassinato do caudilho representa na memória das vítimas uma das grandes frustrações políticas e uma maneira de *não deixar chegar ao poder* quem encarnam interesses populares³³ (Comisión de la Verdad, 2022b, tradução nossa, grifos do autor).

Foto 1 — Incêndios durante o Bogotazo.



Fonte: CALLE... ([1948?]).

O balanço de *La Violencia*, que perdurou até 1958, inclui aproximadamente 300.000 mortos, 94.000 propriedades abandonadas, 1.000.000 de animais roubados de fazendas, e centenas de milhares de pessoas forçadas a migrar para outros países ou territórios: só no departamento de Tolima, estimam-se mais de 320.000 exilados, algo em torno de 42% de sua população total à época (Comisión de la Verdad, 2022c, p. 71-73). Os últimos anos dessa era foram caracterizados pela instauração de uma ditadura, em que alas de ambos partidos majoritários conduziram o general Rojas Pinilla ao comando da Colômbia com a esperança de diminuir as tensões entre liberais e conservadores. O militar cumpriu seu papel garantindo

³³ “Bogotá se levantó, pero no fue el único caso. La Comisión de la Verdad ha encontrado que en muchas regiones no se habla del bogotazo sino del *colombianazo*. El asesinato del caudillo representa en la memoria de las víctimas una de las grandes frustraciones políticas y una manera de *no dejar llegar al poder* para quienes encarnan intereses populares” (Comisión de la Verdad, 2022b).

anistia às guerrilhas liberais, que logo desmobilizaram-se; em pleno alinhamento aos Estados Unidos na Guerra Fria, no entanto, intensificou a perseguição aos comunistas, inclusive utilizando táticas empregadas pelo colega norteamericano na infamemente destrutiva Guerra da Coréia (Arrubla Yepes, 1995; Hylton, 2010; Tirado Mejia, 1995). Forrest Hylton afirma que os padrões de conflito que se desenvolveram durante esses doze anos foram fundamentais na organização dos grupos guerrilheiros e paraestatais contemporâneos, que serão discutidos abaixo:

Foi durante *La Violencia* que se estabeleceu o precedente de resolução sangrenta da questão agrária por meio do terror e da expropriação [...] Essas novas formas de violência se perpetuaram como parte do repertório constrainsurgente da Guerra Fria, ajudando a preparar o terreno para o aparecimento de uma insurgência armada de características endêmicas (Hylton, 2010, p. 83).

Rojas Pinilla, então, serviu aos interesses bipartidários, mas também tentou construir uma base de apoio própria para manter-se no poder; motivo pelo qual liberais e conservadores, junto à Igreja, empresários do setor financeiro, agropecuário e industrial, e estudantes — já descontentes com o ditador — mobilizaram um greve que derrubou-lhe do comando do país (Arrubla Yepes, 1995; Hylton, 2010). A partir de então, adentrou-se no sistema chamado Frente Nacional, em que o Partido Liberal e o Partido Conservador consensuaram a alternância da presidência combinada à suspensão das violências motivadas por identidade partidária: ainda que o pacto tenha durado oficialmente até 1974, Hylton (2010) e Tirado Mejia (1995) indicam que seu modelo político manteve-se pelo menos até meados da década de 1990; e observando a filiação dos presidentes que seguiram, pode-se arriscar estendê-lo até 2002, quando finalmente Álvaro Uribe foi eleito por um partido de terceira via, sucedido por outros dois mandatários de partidos alternativos, sendo o atual presidente, Gustavo Petro, do partido Colombia Humana.

Se este novo sistema político deixou para trás a lógica de exclusão e repressão ao partido contrário ao governo, o principal conflito na Colômbia a partir dos anos 60 passou a ser entre o Estado e grupos armados guerrilheiros (Leal Buitrago, 1995). Um fator constante na história nacional, que já foi apontado múltiplas vezes, é o esforço da oligarquia em manter seu domínio sobre a participação política: além da perseguição a lideranças e organizações populares, não houve mudanças políticas ou econômicas radicais, capazes de combater a concentração de renda e os privilégios da elite — haja vista a contrarreforma agrária de 1975, que desfez a reforma agrária aprovada em 1961 (Leal Buitrago, 1995). A busca por espaços

de legitimação política impedida por um sistema intencionalmente arquitetado para ter estreitos canais de representação e participação democrática gestou uma série de grupos combatentes:

Essas barreiras influenciaram o processo político até 1990, pressionadas pela necessidade de proteção pelo Estado que tinham os membros de setores sociais emergentes [...] Mas como o pacto [Frente Nacional] foi respaldado por uma mobilização social e consenso significativos, essas forças apareciam como antítese do sistema, mesmo nunca tendo o desafiado. Na realidade o que buscavam era tratamento preferencial por parte do Estado. [...] [Ainda que não muito evidente] o surgimento de guerrilhas radicalizadas representou a busca da sombra protetora do Estado por parte de camponeses em processo de decomposição [êxodo rural] e de grupos e estratos médios que brotavam da *modernização desordenada do capitalismo*. [...] [Esta dificuldade de representação política] os impulsionou a recorrer à violência para apoderarem-se de um Estado que lhes era esquivo. Seguiam assim o ensinamento bipartidário da etapa de violência que há pouco se extinguia (Leal Buitrago, 1995, p. 418-419, tradução nossa, grifo nosso)³⁴.

Sob este cenário, impulsionados pela intensa repressão militar às insurgências no campo — Os Estados Unidos e seus aliados passaram a adotar ostensivas políticas anticomunistas, inquietos com a Revolução Cubana e a crise dos mísseis em 1959 e 1962 —, os comandantes de alguns grupos guerrilheiros formularam um programa comum e fundaram as FARC: a avaliação destas agremiações foi que a nova atuação do Exército impossibilitava suas existências como meras comunidades de autodefesa, devendo passar a atuar como uma força móvel de construção do poder local (Hylton, 2010). O êxito deste primeiro momento das FARC se deu devido à “subordinação das metas organizacionais insurgentes às exigências e aos movimentos de minifundiários, arrendatários e operários rurais na fronteira agrícola, o que garantia a continuidade com as lutas agrárias do passado” (Hylton, 2010, p. 92). Outro grupo formado neste período, e que igualmente mantém sua relevância na situação da Colômbia hoje, é o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN): inicialmente influenciado pelas teorias de Che Guevara, caracterizava-se pela formação de pequenas guerrilhas — ao invés da ampla mobilização dos trabalhadores urbanos ou rurais —, que seriam capazes de

³⁴ “Estas barreras influyeron en el proceso político hasta 1990, presionadas por la necesidad de protección del Estado que tenían los miembros de sectores sociales emergentes[...]. Pero como el pacto fue respaldado por una movilización social y un consenso apreciables, estas fuerzas aparecían como antítesis del sistema aunque nunca lo desafiaron. Más bien lo que buscaban era trato preferencial por parte del Estado. [...] el surgimiento de guerrillas radicalizadas representó la búsqueda de la sombra protectora del estado por parte de campesinos en proceso de descomposición y de grupos y estratos medios que brotaban de la modernización desordenada del capitalismo [...] los impulsó a recurrir a la violencia para apoderarse de un Estado que les era esquivo. Se seguía así la enseñanza bipartidista de la etapa de la violencia que apenas se extinguía” (Leal Buitrago, 1995, p. 418-419).

desencadear uma revolução através da luta armada (Hylton, 2010). Note-se, como já foi parcialmente apontado por Leal Buitrago acima, que estes grupos reproduzem padrões consolidados na época da *La Violencia*, assemelhando-se às juntas revolucionárias gaitanistas.

O vertiginoso crescimento da relevância econômica das plantações de coca nas décadas de 1970 e 1980 deu às FARC uma capacidade de organização imensa — importante dado simbólico, em 1982 a cocaína já havia ultrapassado o café, compondo quase um terço da exportação colombiana (Hylton, 2010); e com o fortalecimento da agroindústria, em que as principais *commodities* são soja, algodão e arroz, no começo da década de 1990 a coca era o único produto agrícola que continuava economicamente viável de ser transportado e vendido (Hylton, 2010) —: a debilidade do Estado colombiano fora das grandes cidades, seja pelas dificuldades geográficas, seja pelo desinteresse das elites em melhorar significativamente as condições de vida no campo, possibilitou o estabelecimento paralelo de “um pequeno Estado tributário no campo” (Hylton, 2010, p. 142); as *Fuerzas*, em troca da cobrança de impostos dos produtores rurais, converteram-se “nos construtores e defensores da escassa infraestrutura dessas zonas (pontes, estradas, sistemas de irrigação, etc.) assim como nos supervisores da provisão limitada de serviços básicos (água potável, esgotos, atenção média, educação, etc.)” (Hylton, 2010, p. 129).

Fortalecidos por esse mercado, emergiram outros dois importantes segmentos, que em certos aspectos — excluem-se as práticas de violência armada, extorsão, sequestro e terror em geral, que foram adotadas por todos esses grupos, independente de filiação ideológica (Hylton, 2010) — ocupam um terreno político oposto às insurgências. Leal Buitrago discute como o narcotráfico originou-se das mesmas condições políticas que as guerrilhas, mas tornou-se instrumental nas tentativas do governo em combatê-las:

Esta força econômica e social [o narcotráfico] havia sido procriada na década anterior [1970] por uma sociedade em ebulição que colidiu com determinadas condições de desenvolvimento do capitalismo nos contextos nacional e internacional. Desde então vem sendo um dos motores da antiga dinâmica de mudanças na sociedade, que contrapõe a instabilidade própria da transição à permanência dos sistemas econômico e político dominantes. [...] Nos anos oitenta, o narcotráfico quis abarcar, com a mesma velocidade que havia crescido, espaços políticos e sociais equiparáveis a seu grande poder econômico. Ao ascender, se deparou com a realidade da estreiteza dos canais de legitimação que os grupos dominantes haviam cuidado de não alterar. A impaciência pelo seu poder provocou em 1984 o assassinato do Ministro da Justiça, Rodrigo Lara Bonilla. Este feito marcou a rota pelo qual o narcotráfico se converteu em um agressivo instrumento para manter, contraditoriamente, com golpes terroristas geradores de instabilidade social, a estabilidade do sistema político. Com ajuda das Forças Armadas [paramilitares], *pretendeu ser o aliado do Estado na luta antissubversiva*.

Mas terminou [...] enfrentado setores do Estado e da sociedade³⁵ (Leal Buitrago, 1995, p. 435, tradução nossa, grifo nosso).

Os grupos paramilitares estiveram, pelo menos desde os anos 80, associados ao narcotráfico, uma vez que este financiava aquele, especialmente a fim de combater as guerrilhas (Hylton, 2010): essa dinâmica encontrou respaldo — e era recompensada com impunidade —, como se apresentou acima, em um Estado envolto pelo discurso anticomunista da Guerra Fria (Leal Buitrago, 1995; Hylton, 2010). Este grau de liberdade de ação permitiu que no final dessa década a violência urbana também aumentasse estarrecedoramente: o homicídio se tornou a principal causa de mortalidade entre homens, e as operações de “limpeza social” nas maiores cidades do país cometidas por traficantes e paramilitares envolveram a execução de prostitutas, homossexuais, pessoas em situação de rua, entre outros que foram considerados *desechables*, ou desprezíveis (Hylton, 2010). Em conjunto com as ações guerrilheiras nas cidades, formou-se um cenário tal que em 1991 a taxa de sequestros (Hylton, 2010) e homicídios chegaram a níveis absolutamente díspares ao resto do mundo: a cada 100 mil habitantes, aproximadamente 85 foram assassinados; no Brasil, no mesmo ano, esta taxa ficou por volta de 18 para 100 mil; e nenhum país da região sequer chegou a metade dos números colombianos (Organização das Nações Unidas, 2023).

A atuação dessas forças armadas paralelas, que em diversos momentos agiram colaborativamente com as forças oficiais de polícia e exército — inclusive na proteção das propriedades de empresas multinacionais — foi de especial proveito para o Governo da Colômbia, a quem interessava, sob a pressão da comunidade internacional, a redução das acusações de violações dos direitos humanos: no fim da década de 1980, 75% desses delitos eram atribuídos ao Estado; no final da década seguinte, esse mesmo percentual tinha sido assumido pelos paramilitares, ao passo que o poder estatal diminuiu sua suposta participação para apenas 5% (Hylton, 2010). Nesse ímpeto, o número de milicianos duplicou na virada do milênio, entre 1997 e 2000 (Hylton, 2010).

³⁵ “Esta fuerza económica y social había sido procreada en la década anterior [1970] por una sociedad en ebullición que se topó con determinadas condiciones de desarrollo del capitalismo en los contextos nacional y internacional. Desde entonces ha sido uno de los motores de la antigua dinámica de cambio de la sociedad, que contrapone la inestabilidad propia de la transición con la permanencia de los sistemas económico y político dominantes. [...] En los años ochenta, el narcotráfico quiso abarcar, con la misma velocidad con que había crecido, espacios políticos y sociales equiparables a su gran poder económico. Al ascender se topó con la realidad de la estrechez de los canales de legitimación que los grupos dominantes habían cuidado de no modificar. La impaciencia de su poder provocó en 1984 el asesinato del Ministro de Justicia, Rodrigo Lara Bonilla. Este hecho marcó una senda en la que el narcotráfico se convirtió en agresivo instrumento para mantener, contradictoriamente, con golpes terroristas generadores de inestabilidad social, la estabilidad del sistema político. Con ayuda de las Fuerzas Armadas, pretendió ser el aliado del Estado en la lucha antisubversiva. Pero terminó [...] enfrentando a sectores del Estado y la sociedad” (Leal Buitrago, 1995, p. 435).

Nos últimos vinte anos, a Colômbia vem passando por múltiplas tentativas de pacificação, por meio de acordos de paz com as guerrilhas, com graus variados de sucesso. No governo de Álvaro Uribe, em 2005, iniciaram-se as tratativas de um acordo com o ELN — que derradeiramente não seriam bem-sucedidas —, mas não com as FARC, que foram taxadas como terroristas; ao passo que os paramilitares, aliados do presidente, receberam penas relativamente leves pelos seus atos (Hylton, 2010). Já em 2016, na presidência de Juan Manuel Santos, chegou-se em um importante acordo de paz com as FARC — não com o ELN —, em que o agrupamento concordou renunciar às armas em troca da facilitação de sua participação política, além do estabelecimento da Comissão para o Esclarecimento da Verdade, de Convivência e da Não-repetição (Orlando Melo, 2016). Quanto às negociações da primeira década de 2000, que pouco serviram para enfrentar as feridas que um século e meio de violência deixaram, “não era a primeira vez que o terror e amnésia oficialmente declarada se convertiam em *lengua franca* da sociedade e da política colombianas, em resposta às lutas para conseguir paz e justiça” (Hylton, 2010, p. 179, grifo do autor); já a partir da instauração da Comissão da Verdade, parece ter-se passado a enfrentar a questão da memória com seriedade e compromisso de alteração da situação colombiana:

A maioria das comissões da verdade no mundo tem estruturado-se ao final de uma violenta ditadura ou ao término de um conflito. Nesses casos, a verdade dá lugar à construção do Estado de direito que estava ausente. O caso da Colômbia é especial porque não houve tal ditadura; [...] ainda que tenha terminado o confronto entre o Estado e as FARC-EP, a violência articulada com a política e o dinheiro continua de formas diversas, porque os problemas apresentados nos achados [do relatório final desta comissão] não foram resolvidos. Para resolvê-los necessitamos ser uma sociedade que toma para si a dor das vítimas, que diga *basta*, que assuma a justiça da transição. [...] Nos acostumamos a viver em *modo guerra* ainda que a imensa maioria de nós não tenha fuzis. Por isso recebemos uma mensagem que não tiveram as outras comissões do mundo [...] *que a verdade crua que vocês entregam nos leve à reconciliação*. [...] Reconciliação significa aceitar a verdade como condição para a construção coletiva e superar o negacionismo e a impunidade. Significa tomar a decisão de nunca mais matarmos e sacar as armas da política. Significa aceitar que somos muitos — em diversos graus, por ação ou omissão — os responsáveis pela tragédia. [...] Significa construir de tal maneira o Estado, a justiça, a política, a economia e a segurança para que estejam a serviço da dignidade humana igual e sagrada dos colombianos e colombianas. [...] Que os que seguem em guerra entendam que não há direito de continuar fazendo-a porque a democracia e a justiça não

permiten³⁶ (Comisión de la Verdad, 2022a, p. 50-51, tradução nossa, grifo do autor).

Este reconhecimento da responsabilidade comum pela continuidade da violência, apontam Duque Cardona e Mazón Zuleta (2020), é o primeiro passo para a compreensão crítica das circunstâncias que possibilitaram esses acontecimentos, de onde podem-se construir novas formas de habitar o presente — a Comissão da Verdade deixa evidente, em consonância com as autoras, sua finalidade propositiva. Transicionar a discussão de fatos históricos para a questão da memória, no entanto, requer apontar sua parcialidade intencional e sua multiplicidade: ela “converte o passado em um objeto em disputa. [...] o estudo da memória não é limitar o acontecimento aos ocorridos factuais e oficiais da história, mas recuperar a emotividade, o sentimento, [...] as vozes não-oficiais”³⁷ (Duque Cardona; Mazón Zuleta, 2020, p. 18-19, tradução nossa).

As autoras ainda comentam que as bibliotecas, ao contrário de instituições como museus e arquivos, não são tradicionalmente vistas como locais de construção da memória. Para além da conservação de acervos bibliográficos, que carregam a memória oficial, as bibliotecas teriam também o papel de dar vez a memórias locais, originárias de locutores silenciados (Duque Cardona; Mazón Zuleta, 2020). Especialmente em contextos de violência, próprios da América Latina, o reconhecimento do papel político das bibliotecas na construção da memória e da cidadania perpassa novas formas de se relacionar com a linguagem: seria este o lugar das práticas de LEO, que extrapolam sua função de comunicação para incidir nas formas do indivíduo ser, estar e pensar no mundo (Duque Cardona; Mazón Zuleta, 2020).

³⁶ “La mayoría de las comisiones de la verdad en el mundo se han estructurado al final de una dictadura violenta o al terminar del todo un conflicto. En esos casos, la verdad da lugar a construir el Estado de derecho que estaba ausente. El caso de Colombia es especial porque no hubo tal dictadura; [...] si bien terminó la confrontación entre el Estado y las FARC-EP, la violencia articulada con la política y el dinero continúa de formas diversas, porque los problemas presentados en los hallazgos no han sido resueltos. Para resolverlos necesitamos ser una sociedad que haga propio el dolor de las víctimas, que diga *no más*, que asuma la justicia de la transición. [...] Nos acostumbramos a vivir en *modo guerra* aunque la inmensa mayoría de nosotros no tengamos fusiles. Por eso hemos recibido un mensaje que no tuvieron las otras comisiones del mundo [...] *Que la verdad cruda que ustedes entregan nos lleve a la reconciliación*. [...] Reconciliación significa aceptar la verdad como condición para la construcción colectiva y superar el negacionismo y la impunidad. Significa tomar la determinación de nunca más matarnos y sacar las armas de la política. Significa aceptar que somos muchos —en diverso grado, por acción o por omisión— los responsables de la tragedia. [...] Significa construir de tal manera que el Estado, la justicia, la política, la economía y la seguridad estén al servicio de la dignidad humana igual y sagrada de los colombianos y colombianas. [...] Que los que siguen en la guerra entiendan que no hay derecho para seguir haciéndola porque no permite la democracia ni la justicia y solo trae sufrimientos” (Comisión de la Verdad, 2022a, p. 50-51, grifo do autor).

³⁷ “convierte al pasado en un objeto en disputa. [...] los estudios de la memoria es no limitar el acontecimiento a los hechos fácticos y oficiales de la historia, sino recobrar la emotividad, el sentimiento, [...] las voces no oficiales” (Duque Cardona; Mazón Zuleta, 2020, p. 18-19).

3 LEITURA, ESCRITA E ORALIDADE - LEO

A ideia de LEO, em primeiríssima impressão — se atendo meramente à sua composição linguística —, apresenta uma construção incomum na tradição da Educação e das Bibliotecas brasileiras: a Oralidade é elevada ao mesmo nível de relevância que a Leitura e a Escrita, formando uma singularidade conceitual. Para confirmar esta tendência de marginalização da oralidade no Brasil, basta verificar algumas das principais políticas públicas que foram adotadas neste campo nas últimas décadas: o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), e em dimensão regional, o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) de São Paulo. Pode-se constatar nos exemplos acima a reprodução de uma certa concepção hierarquizada³⁸, que aproxima-se do discurso atrelado à linguagem política republicana da leitura³⁹, em que a capacidade de ler é atribuída maior importância, enquanto a escrita aparece em segundo plano, e não há espaço para as expressões orais (Duque Cardona, 2018).

Reside aí, então, o porquê desta investigação. Há o pleno reconhecimento das dinâmicas de desigualdade que envolvem a cultura letrada: seja pelo domínio dessa forma de expressão pelas elites (Perrotti, 2021), que também desfrutam de melhores condições de acesso e apropriação da palavra escrita (Almeida Júnior, 1997); pelas barreiras impostas a regionalismos e popularismos pela rigidez da norma-padrão (Blanche-Benveniste, 2003; Almeida Júnior, 1997); pela instrumentalização dos dispositivos culturais de modo a reproduzirem e preservarem esta lógica de dominação (Almeida Júnior, 1997; Perrotti, 2021); ou pelo processo de mercantilização fetichizante da informação (Depallens, 1987; Han, 2022; Perrotti, 2021); é de preocupação fundamental daqueles que reconhecem a não-neutralidade da Biblioteconomia (Almeida Júnior, 1997; Duque Cardona 2019, 2022), buscar alternativas teóricas e práticas que visem combater esses padrões. Em outras palavras:

vivemos em um mundo onde a escrita ocupa um lugar central e ordenador; [...] somos regulados, nas metrópoles e nos rincões mais distantes, por códigos escritos. [...] [No entanto,] a cultura letrada continua sendo privilégio do Estado e das restritas elites que dela se beneficiam e a controlam, [...] não nos livramos da fratura fundante [modo de produção colonialista] que nos originou e reconhecer tal fato — e enfrentá-lo — é questão de saúde política urgente e indispensável (Perrotti, 2021, p. 558, 566).

³⁸ A hierarquização entre expressões orais e escritas é considerada, como se verá à frente, um mecanismo de desigualdade (Cardona, 2019; Gruzinski, 1991). Cf. capítulos 3.1 e 3.2.3.

³⁹ As quatro categorias de linguagens políticas da leitura, que compõem a concepção de Duque Cardona sobre LEO, serão debatidas no capítulo 3.2.2.

A resposta a este problema, que parece ter se consolidado nas últimas gerações de pesquisadores da Biblioteconomia brasileira, foi a luta pelo reconhecimento do direito à leitura e à cultura, não só através da democratização das competências cognitivas necessárias (Perrotti, 2021), mas também pela aposta na capacidade do indivíduo em reconhecer a parcialidade das instituições culturais (Almeida Júnior, 1997), consequentemente habilitando a apropriação crítica da informação. Pode-se observar nesta proposição o legado das ideias freirianas, como sugere o conceito de “palavramundo”, em que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (Freire, 1989, p. 9). Essa corrente intelectual política, aponta Álvarez Zapata (2003, p. 33), que se fundamenta essencialmente na alfabetização para a emancipação proposta por Paulo Freire — mas também utiliza-se de outras teorias e autores, como o dialogismo de Bakhtin — caracteriza-se como “linguagem política crítica emancipatória da leitura”⁴⁰. Estas denominações serão melhor discutidas à frente; já basta, contudo, para avançar com o conceito de LEO: as pesquisas da colombiana Natalia Duque Cardona, ponto de partida deste trabalho, propõem uma nova linguagem política, sob a qual suas compreensões sobre Biblioteca e LEO são pautadas (Duque Cardona, 2018, 2019). Sintetizando: ainda que se trate do mesmo problema — as desigualdades que envolvem a cultura escrita e oral — e da mesma origem — a colonização —, alterar a base conceitual permite alcançarem-se renovadas perspectivas.

No final da década de 90, Almeida Júnior (1997, p. 33) sustentava que “se a biblioteca privilegia o livro como fonte única de absorção de conhecimento, ela está construindo barreiras e obstáculos para que a maioria da população dela faça uso”; nesse contexto, o pesquisador brasileiro defendia que as tecnologias computacionais, então emergentes, fossem incorporadas às bibliotecas públicas, de forma a abarcar as expressões populares mais adequadamente que o suporte do livro seria capaz. O que vem se desenvolvendo nos últimos anos na Colômbia parece refletir em alguma capacidade as preocupações do professor:

No âmbito bibliotecário a cultura escrita [ou cultura letrada] tem estado associada com o impresso, com o livro como objeto cultural, fatos como esses distanciam de imediato “outras” formas de escrever e se privilegia uma cultura letrada, uma sociedade ilustrada que requer estar alfabetizado funcionalmente no código alfanumérico, como propõe a linguagem funcional liberal da leitura. O fato de possuir uma visão hegemônica e naturalizada da leitura e escrita, e ignorar outros tipos de textualidades e códigos, tem ocasionado no âmbito bibliotecário o desconhecimento de seu correlato *a oralidade*. Esta compreensão da

⁴⁰ Cf. capítulo 3.2.2.

linguagem tem implicado em ideias a respeito da universalização da LEO, acreditando que estas podem e devem ser abordadas do mesmo modo com todos os sujeitos e contextos⁴¹ (Duque Cardona, 2018, p. 90, tradução nossa, grifo nosso).

Pode-se derivar deste excerto, para além da simples valorização da oralidade, uma premissa crucial para as proposições de Duque Cardona: não basta instrumentalizar a LEO em favor de um projeto crítico e emancipatório sem considerar o que e quem está sendo representado na informação; não se podem utilizar práticas que “desconhecem e invisibilizam relatos subalternos e censurados. [...] [Estas precisam] situar-se histórica e territorialmente de acordo com os sujeitos com quem se relacionam”⁴² (Duque Cardona; Mazón Zuleta, 2020, p. 33, tradução nossa).

Uma preocupação similar, em 1991, pautou a criação do projeto de pesquisa — financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) — “Memórias do Baixo Pinheiros, memórias de vida, memórias da cidade” pelo professor doutor Edmir Perrotti, o qual, vinculando os conceitos de experiência, memória, e mediação, desembocou na inauguração da Estação Memória em 1997 (Faria, 1999). Esse dispositivo buscava viabilizar um acervo formado por produtos informacionais — suportes da memória — derivados de relatos orais das experiências de pessoas idosas⁴³ que, através dos mediadores culturais, seria apropriado por crianças e jovens:

[os registros de memória] visam, sobretudo, criar repertórios comuns de informações entre os diferentes segmentos etários que funcionem como pontos de geração de novos fluxos de produção e reinserção de *experiências* entre crianças, jovens e velhos (Faria, 1999, p. 101, grifo do autor)⁴⁴.

Pode-se inferir que a oralidade ganha terreno a partir destas perspectivas, pois é o suporte — muitas vezes exclusivo — em que se reproduzem narrativas, tradições, e memórias

⁴¹ “En el ámbito bibliotecario la cultura escrita ha estado asociada con lo impreso, con el libro como objeto cultural, hechos como estos distancian de inmediato ‘otras’ formas de escribir y se privilegia una cultura letrada, una sociedad ilustrada que requiere estar alfabetizada funcionalmente en el código alfanumérico, como lo plantean el lenguaje funcional liberal de la lectura. El hecho de poseer una visión hegemónica y naturalizada de la lectura y escritura, e ignorar otros tipos de textualidades y códigos, en el ámbito bibliotecario ha ocasionado el desconocimiento de su correlato la oralidad. Esta comprensión del lenguaje ha implicado ideas respecto a la universalización de las LEO creyendo que estas pueden y deben ser abordadas del mismo modo con todos los sujetos y contexto” (Duque Cardona, 2018, p. 90).

⁴² “desconocen e invisibilizan relatos subalternizados y censurados. [...] ubicarse histórica y territorialmente de acuerdo a los sujetos con que se relacionan” (Duque Cardona; Mazón Zuleta, 2020, p. 33).

⁴³ As quais, muitas vezes, não estavam convencidas do valor dos próprios relatos (Faria, 1999).

⁴⁴ Esse movimento pelo diálogo intercultural e intergeracional entre diferentes grupos socioculturais pode ser aproximado do enfoque populacional diferencial adotado nas atuais políticas públicas de LEO, particularmente em relação à especificidade etária (Bogotá, 2023).

de grupos os quais não necessariamente contam com o respaldo institucional da cultura letrada. Esse entendimento, que vem sendo fortalecido na Colômbia, levou os Ministérios da Educação e da Cultura desse país a reformularem o *Plan Nacional de Lectura y Escritura* em 2018 para tornar-se o *Plan Nacional de Lectura, Escritura y Oralidad* (PNLEO): na apresentação do documento, onde se apontam e justificam as mudanças feitas, encontra-se a explicação da escolha pela inclusão da oralidade — a qual amarra os pontos debatidos até aqui —:

Ampliar o alcance do Plano mediante o reconhecimento e a inclusão da oralidade como um recurso universal, característico de todas as culturas e sociedades, que tem sido essencial nos processos de transmissão cultural e de conhecimento [...]. Incluir a oralidade em igualdade de condições com a leitura e a escrita permite que o Plano reconheça e valorize seu papel na sobrevivência da memória e das identidades individuais e coletivas mediante a palavra, a qual é móvel e opera como representação de múltiplas gerações e comunidades que não se sentem incluídas nas noções tradicionais da cultura escrita. Ampliar o alcance do Plano nesta dimensão fortalece seu caráter inclusivo e seu enfoque territorial e diferencial⁴⁵ (Ministerio de Cultura; Ministerio de Educación, 2021, p. 12, tradução nossa).

Aproveitando-se da citação do plano pertencente à esfera federal, será exposta parte da estrutura que vem sendo montada em torno da LEO no país andino, especialmente nas suas duas maiores cidades. Dessa forma, poderá apreciar-se seu tamanho efetivo antes de partir para as discussões conceituais que se seguirão nos próximos capítulos. Aprovada no final 2022 e oficializada em janeiro de 2023 por decreto da prefeitura de Bogotá, a *Política Pública de Lectura, Escritura y Oralidad* estabelece até 2040 as diretrizes para a transformação do circuito cultural da cidade: passando por questões de mediação e apropriação da informação; pesquisa e gestão do conhecimento; serviços bibliotecários; infraestrutura física e digital; ecossistema do livro e leitura; e barreiras sociais e materiais no acesso aos dispositivos culturais e no processo de apropriação; oferecendo ainda enfoques diferenciais para mulheres, populações lésbicas, gays, bissexuais, transgênero e outras identidades (LGBTQIA+), afrocolombianos, grupos étnicos originários da cultura caribenha, povo romani, povos indígenas; além de enfoques etários, para pessoas com deficiência, e em relação ao território.

⁴⁵ “Ampliar el alcance del Plan mediante el reconocimiento y la inclusión de la oralidad como un recurso universal, característico de todas las culturas y sociedades, que ha sido esencial en los procesos de transmisión cultural y de conocimiento [...]. Incluir la oralidad en igualdad de condiciones con la lectura y la escritura permite que el Plan reconozca y valore su papel en la supervivencia de la memoria y de las identidades individuales y colectivas mediante la palabra, la cual es móvil y opera como representación de múltiples generaciones y comunidades que no se sienten incluídas en las nociones tradicionales de la cultura escrita. Ampliar el alcance del Plan en esta dimensión fortalece su carácter incluyente y su enfoque territorial y diferencial” (Ministerio de Cultura; Ministerio de Educación, 2021, p. 12).

Todas estas ações são concentradas na *Red Distrital de Bibliotecas Públicas de Bogotá*, conhecida como BiblioRed, que atua em conjunto com uma série de outras instituições da cidade (Bogotá, 2023). Já em Medellín, elaborou-se em 2016 o *Plan Ciudadano de Lectura, Escritura y Oralidad* (PCLEO), que é especialmente interessante por ser de autoria conjunta da prefeitura da cidade com a *Universidad de Antioquia*, um dos principais polos de ensino e pesquisa de Biblioteconomia da Colômbia, que mantém o periódico científico *Revista Interamericana de Bibliotecología* — e também onde a professora Natalia Duque Cardona leciona. Um ponto de destaque deste programa de LEO é relativo à sua governança: além do *Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín*, outras 23 instituições compõem o *Comité Interinstitucional del PCLEO* (Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín, 2020), o qual tem a função de acompanhar o andamento do plano e assessorar a prefeitura na sua gestão. Este corpo de integrantes, que dão o caráter *cidadão* ao PCLEO, é composto por representantes de organizações governamentais, universidades, eventos culturais, fundações privadas, coletivos civis, e bibliotecas — públicas, escolares e populares — (Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín, 2020).

3.1 A questão da oralidade

Faz-se imperativo, então, pormenorizar as particularidades da oralidade, visto sua legitimação nas políticas de LEO — fato que, como já se indicou, motivou esta pesquisa. A primeira questão em evidência, e que é relatada por múltiplos autores, é a insuficiência de pesquisas e publicações sobre o oral: seja na Ciência da Informação ou mesmo na Linguística, a produção voltada aos meios escritos — entenda-se escrita alfabética; esta distinção será importante abaixo — é predominante (Bortolin; Santos Neto, 2023; Ferreira, L., 2004). Esse vácuo científico, evidentemente, é consequência da hegemonia da escrita no modo de ser ocidental (Perrotti, 2021); marginalizando setores sociais que se organizam majoritariamente através da oralidade — ou que são sistematicamente apartados dos meios educacionais tradicionais —, mas não obstante são submetidos aos valores e ordenamentos da palavra escrita (Álvarez Zapata, 2003; Lienhard, 1990; Pattanayak, 1997).

Entende-se, assim, que uma pesquisa científica, situada na América Latina, que deseje abordar esse tema, deve não só reconhecer a gama linguística da região para além do português e do espanhol (Duque Cardona; Restrepo-Fernández; Velásquez-Yepes, 2021), como reconhecer as formas outras de ser e relacionar-se com o outro que os sistemas de comunicação orais implicam (Pereira; Farias, 2016; Suescún Cárdenas; Torres García, 2008; Vivas Hurtado, 2009). Compreender o papel fundamental da oralidade na construção da identidade dos indivíduos dessas sociedades (Pereira; Farias, 2016; Suescún Cárdenas; Torres García, 2008) pode ser o ponto de partida de uma atitude reflexiva de “nos vemos em nossas diferenças para encontrar pontos de encontro sem intenção de uniformidade”⁴⁶ (Duque Cardona; Restrepo-Fernández; Velásquez-Yepes, 2021, p. 48-49, tradução nossa), algo semelhante à ideia aymara de *ch'ixi*: ao passo que pode referir-se à justaposição de duas cores contrastantes, as quais se confundem sem se fundir integralmente, serve também de metáfora para o mundo indígena que interage sem incorporar-se à sociedade ocidental, evitando a aculturação e colonização do pensamento (Rivera Cusicanqui, 2010). O pensamento *ch'ixi* “não busca a homogeneidade, mas a diferença”⁴⁷ (Rivera Cusicanqui, 2010, p. 71, tradução nossa), da mesma forma que o estudo da oralidade deve ser empreendido pelos seus próprios termos, e não retratando-a como etapa anterior, menos sofisticada, ou mesmo como a ausência da escrita (Blanche-Benveniste, 2003; Ferreira, 2003; Vivas Hurtado, 2009; Souza, 2016;

⁴⁶ “vemos en nuestras diferencias para encontrar puntos de encuentro sin intención de uniformidad” (Duque Cardona; Restrepo-Fernández; Velásquez-Yepes, 2021, p. 48-49)

⁴⁷ “no busca la homogeneidad sino la diferencia” (Rivera Cusicanqui, 2010, p. 71)

Pattanayak, 1997; Feldman, 1997).

Não só por meio das interações do dia a dia se dão as expressões orais, visto que muitas vezes tipos de fala mais próximos aos gêneros artísticos que da comunicação diária (Feldman, 1997) são utilizados pelas sociedades de oralidade para conectar-se a um universo simbólico que preserva e reproduz significados, tradições, hábitos, cosmogonias, e narrativas formadoras de seus funcionamentos e identidades (Pereira; Farias, 2016; Suescún Cárdenas; Torres García, 2008); capacidade denominada por Souza (2016) e Suescún Cárdenas e Torres García (2008) de acessar-se um *archivo oral* permanente. Para a Biblioteconomia latinoamericana começar a trabalhar com estas fontes documentais, cuja mera sobrevivência atesta a potência da oralidade (Mires Ortiz, 2017), é imprescindível compreender a relação histórica dos povos que habitavam o território antes da invasão com a informação, e como a imposição da escrita alfabética significou uma violenta ruptura com estas tradições informacionais (Leon Portilla, 1972; Lienhard, 1990; Vivas Hurtado, 2009). Envolve, por exemplo, estudar os supramencionados *amoxcalii* nahua, análogo mais próximo a uma biblioteca pré-colombiana (Gruzinski, 1991; Vázquez Martínez, 2011); assim como também significa

saber que 1000 [anos] antes da biblioteca ocidental mais antiga de que se tem notícia já existia uma cultura como a do Povo Caral no Equador que possuía registro da informação através de *quipus* e que era um povo ao nível dos egípcios, mesopotâmios e hindus⁴⁸ (Duque Cardona; Restrepo-Fernández; Velásquez-Yepes, 2021, p. 47, tradução nossa, grifo nosso).

A filosofia grega, assentamento do pensamento ocidental que foi exaustivamente imposto pela colonização, foi utilizada como racionalização fundamental da exclusão ontológica (Menezes, 2021): somente aqueles entendido como humanos — homens livres — seriam capazes de produzir significado, ao passo que os “outros” — no contexto original, mulheres, escravos, crianças, estrangeiros — eram negados sua humanidade, e sua capacidade de significar (Menezes, 2021). Ao contrário da ideia *ch'ixi*, portanto, esta perspectiva age na exclusão do diferente, tem um ímpeto homogeneizante: os povos colonizados, que não possuíam escrita alfabética — nem livros impressos como os que surgiam na Europa no século XVI —, foram alocados fora da condição de humanidade, assemelhados aos animais, que produziam sons, mas eram incapazes de pensar (Menezes, 2021; Souza, 2016; Vivas

⁴⁸ “saber que 1000 antes de la biblioteca occidental más antigua conocida ya existía una cultura como la del Pueblo Caral en Ecuador que poseía registro de la información a través de quipus y que era un pueblo al nivel de los egipcios, mesopotámicos e hindúes” (Duque Cardona; Restrepo-Fernández; Velásquez-Yepes, 2021, p. 47).

Hurtado, 2009). O processo de conquista da escrita sobre as expressões fundadas na oralidade, neste território, data dos primeiros atos dos colonizadores recém-desembarcados: tanto Cristóvão Colombo, para os espanhóis, quando Pero Vaz Caminha, para os portugueses, outorgaram por cartas às suas respectivas Coroas a posse do terreno já habitado; simbolicamente impondo o poder, através das letras, sobre populações que não se utilizavam da escrita alfabética (Lienhard, 1990; Perrotti, 2021).

Concebe-se a escrita — seja qual for sua modalidade — como uma tecnologia (Ong, 1982) que não só responde a necessidades históricas específicas (Ferreiro, 2003; Vivas Hurtado, 2009), mas que através de práticas discursivas⁴⁹, forma sistemas semânticos que equacionam formas de pensamento, maneiras de sentir e conhecer (Ferreiro, 2003; Ong, 1982; Vivas Hurtado, 2009). O problema se encontra nos discursos que envolvem a escrita alfabética coagida nas Américas, relativos a um projeto etnocêntrico de submissão: “empregados acriticamente (com fanatismo) promovem a vassalagem, a dependência. [...] O poder da escrita proibiu a oralidade e a imagem estabelecidas. A escrita estimulou a exclusão, a marginalidade, a manipulação e a servidão intelectual a um único meio”⁵⁰ (Vivas Hurtado, 2009, p. 17-18, tradução nossa). Isto significa que sua imposição não foi mera substituição de uma sistema comunicativo por outro, muito menos a troca de uma tecnologia obsoleta por uma mais avançada (Lienhard, 1990; Vivas Hurtado, 2009): o poder exercido pela escrita destruturou, ou destruiu, milhares de culturas fundadas na comunicação oral, que privilegiavam formas não alfabéticas de expressão como o canto, a dança, o têxtil, a música, a pintura corporal, o artesanato, os ideogramas, e a cestaria (Lienhard, 1990; Souza, 2016; Vivas Hurtado, 2009).

As culturas que se desenvolviam neste território não necessitavam do alfabeto, nem do livro em seu formato ocidental, para sustentarem práticas sociais, culturais e científicas (Vivas Hurtado, 2009) — de fato, os livros ameríndios, como aponta Menezes (2021), existiam a partir da não-linearidade, inscritos em suportes múltiplos e submetidos à constante transformação. A forma, velocidade, e violência com a qual a escrita alfabética instaurou-se, no entanto, provocou uma ruptura tão significativa nas formas de vida autóctones, que Lienhard (1990) e Vivas Hurtado (2009) classificam-a como uma *experiência traumática* que ainda ressoa na América Latina. Tão súbita foi a mudança de mãos do poder, que reporta-se que as elites indígenas — especificamente as pertencentes aos grandes Estados na

⁴⁹ Cf. capítulos 3.2 a 3.2.4.

⁵⁰ “empleados acriticamente (con fanatismo) promueven el vasallaje, la dependencia. [...] El poder de la escritura prohibió la oralidad y la imagen establecidas. La escritura estimuló la exclusión, la marginalidad, la manipulación y la servidumbre intelectual a un solo medio” (Vivas Hurtado, 2009, p. 17-18).

Mesoamérica —, até então apoiadas da tradição oral para a manutenção da ordem social (Gruzinski, 1991), abraçaram rapidamente a alfabetização e a repressão às expressões da oralidade na tentativa de manter, de alguma forma, seus privilégios (Gruzinski, 1991; Lienhard, 1990).

As características próprias da escrita ocidental facilitaram esse grau de explosividade: a palavra escrita, e especialmente a impressa, tem mais facilidade de mover-se no tempo e no espaço em relação à oralidade; dessa forma “chegou a representar um poder imperial cujo centro de decisões se encontrava a milhares de léguas do lugar onde exercia sua ação”⁵¹ (Lienhard, 1990, p. 51, tradução nossa). Sua esfera de ação, classifica Vivas Hurtado (2009), estende-se à prática político-religiosa e jurídico-notarial: ao mesmo tempo que o discurso de poder disputava modos de ser e pensar, a escrita regulava também o modo de funcionamento burocrático do poder; para além das comunicação epistolar primária, nota-se que outra das primeiras atividades alfabéticas nas colônias foi a confecção de escrituras de terras, as quais demandaram o auxílio dos próprios indígenas, subordinando-os à colonização ocidentalizante do pensamento geográfico⁵² (Gruzinski, 1991; Vivas Hurtado, 2009). O estudo da Linguística revela mais profundamente uma dimensão desta cisão entre a oralidade e escrita: já postulou-se, no início deste capítulo, o efeito que o sistema comunicativo exerce sobre a individualidade do ser; as pesquisas sobre o processo de alfabetização — ao menos nas sociedades de línguas derivadas do latim —, conduzidas principalmente na década de 1980, indicaram que a alteração cognitiva despontada com a aquisição do sistema de escrita impacta substancialmente a forma que o indivíduo concebe e se relaciona com a linguagem (Blanche-Benveniste, 2003; Ferreiro, 2003); de modo que

Ao fazer-se escrita, a linguagem transforma-se em um novo tipo de objeto com outras propriedades. Essas novas propriedades são as que, por sua vez, vão contribuir para gerar novos observáveis: *escutamos a fala em termos de palavras definidas pela escrita*; supomos que articulamos os fonemas definidos pelas letras que escrevemos. Mais ainda: supomos que ‘falamos bem’, porque sabemos escrever [...]. Contudo é preciso considerar que um sistema de representação não é neutro. É um sistema que representa (objetivamente), mas que, por sua vez, gera novas representações (subjetivas). Por isso, os alfabetizados (não-lingüistas) estão condenados a supor que falam como escrevem, porque a escrita gera uma falsa consciência da fala. A representação escrita reverte sobre a consciência do oral. A realidade psicológica da língua é sua representação escrita (Ferreiro, 2003, p. 153-154, grifo nosso).

⁵¹ “Ilegó a representar un poder imperial cuyo centro de decisiones se hallaba a miles de leguas del lugar donde se ejercía su acción” (Lienhard, 1990, p. 51).

⁵² Estes efeitos foram explorados em relação à cartografia indígena no século XVI, cf. capítulo 2.

Desta constatação fica fácil derivar, primeiro, a presunção falaciosa que a escrita seria determinante ou superior à fala (Menezes, 2021), e segundo, a tendência de desenvolvimento de formas de preconceito linguístico: de uma lado, pessoas escolarizadas concebem a fala como composta por vírgulas, aspas, letras maiúsculas, e separação por espaços — mesmo que nada disso seja visível —, o que causa estranhamento quando entram em contato com indivíduos que não dominam plenamente sua língua, ou expressam-se diferentemente (Blanche-Benveniste, 2003); de outro, a imposição de uma norma-padrão, que aspira a tornar os costumes linguísticos de uma região ou população hegemônicos sobre outra população dominada (Blanche-Benveniste, 2003).

Essa última instância é palco para um desdobramento no país em questão desta monografia: assim como as gramáticas desenvolvidas pelos jesuítas no século XVI e XVII, onde traduziu-se as línguas indígenas para o espanhol com o intuito de exercer o poder colonial sobre os colonizados (Duque Cardona, 2019; Vivas Hurtado, 2009); na Colômbia, mesmo enquanto país independente, a força da tradição linguística espanhola manteve-se rígida — fato comum em antigas colônias, segundo Vivas Hurtado (2009) —, de tal modo que a Academia Colombiana da Língua foi a primeira sucursal americana da Academia Real Espanhola (Krauze, 2011), e entre as décadas de 1860 e 1930 diversos presidentes e ministros — quase todos membros do Partido Conservador, que manteve-se no poder durante esse período⁵³ — “publicaram dicionários, livros didáticos sobre a língua e tratados (em prosa e verso) sobre ortografia, filologia, lexicografia, métrica, prosódia e gramática castelhana” (Krauze, 2011, p. 391). Destaca-se em especial a simbologia do dicionário, o qual tem como função principal ensinar a pronúncia aceita, além da descrição das palavras (Walker, 1755 apud Lara Ramos, 1996, p. 241): isto é, recupera-se a noção de imposição da norma linguística de uma região específica, no caso a Espanha, como ferramenta de dominação sobre a variabilidade da língua no país andino, evitando legitimar contribuições dos povos indígenas e afrocolombianos à língua oficial. Por esse motivo, “na Colômbia [o dicionário] era um instrumento de poder” (Krauze, 2011, p. 391), o qual foi abalado quando o renomado autor Gabriel García Márquez, em 1996, desencadeou

uma pequena revolução contra a ditadura dos dicionários. Para horror da Academia Real Espanhola e suas semelhantes [...], o famoso autor — senhor e mestre da “presença eterna da Espanha na língua” — declarou-se a favor da abolição dos critérios formais da ortografia. Essa posição de desprezo foi a vitória final do radicalismo liberal colombiano sobre a hegemonia gramatical conservadora (Krauze, 2011, p. 393-394).

⁵³ Cf. capítulo 2.2.

Antes de partir para a discussão das características próprias das expressões baseadas na oralidade e como se manifestaram em algumas comunidades, é necessário evidenciar a abordagem que será adotada, e as discordâncias entre pesquisadores nesse campo de estudos. O discurso hegemônico da escrita, como já se apontou acima, tende a retratar a oralidade como sua oposição, como a ausência da escrita: dessa concepção, denominam-se os grupos não-alfabéticos como ágrafos ou analfabetos (Vivas Hurtado, 2009); Lienhard (1990) propõe que os sistemas de comunicação das culturas autóctones são fundados no oral, portanto, todas as formas de expressão devem ser entendidas sob este marco; Vivas Hurtado (2009, p. 30, tradução nossa), por sua vez, apoiando-se em grande parte nos trabalhos do autor anterior, sugere que “a particularidade do pensamento indígena está baseada na multiplicidade de plataformas e tecnologias comunicativas verbais e não-verbais que se empregam em um único ato comunicativo”⁵⁴; Souza (2016) concorda com essa perspectiva, ao passo que similarmente identifica essa dupla utilização da linguagem, apontando ainda que se um sistema não se reduz ao outro, não deve haver interesse em decodificar — verbalmente — o não-verbal. Esses entendimentos incitam a, no mínimo, colocar sob análise o conceito de “oralidade primária” — difundido em um certo nicho de produções científicas sobre o tema —, definido por Ong (1982, p. 6, 31, tradução nossa) como “aquela de pessoas totalmente estranhas à escrita [...], uma cultura sem conhecimento nenhum da escrita ou mesmo da possibilidade da escrita”⁵⁵; tal visão *grafocêntrica* pouco se diferencia do discurso colonial sobre a escrita (Lienhard, 1990; Vivas Hurtado, 2009), e conscientemente desqualifica as escritas táteis e visuais que se apoiam na oralidade ao invés do alfabeto⁵⁶. Lienhard (1990) sustenta que uma vez que a troca da oralidade pela escrita não aconteceu de forma neutra no continente — como uma mera atualização para um sistema mais moderno —, mas como uma ruptura violenta, não é possível retratá-la como a introdução de uma tecnologia inimaginável para os povos indígenas. Ong (1982) continua, defendendo que as ditas culturas orais primárias apoiariam-se exclusivamente em manifestações sonoras, enquanto o suporte visual seria exclusividade da escrita; implicando que a preservação da memória nestas comunidades dependeria de padrões de pensamento mnemônicos, rítmicos, e repetitivos; mais uma vez as ideias de Lienhard (1990, p. 37, tradução nossa) contrariam o autor, informando que “todas as

⁵⁴ “La particularidad del pensamiento indígena está basada en la multiplicidad de plataformas y tecnologías comunicativas verbales y no verbales que se emplean en un único acto comunicativo” (Vivas Hurtado, 2009, p. 30).

⁵⁵ “that of persons totally unfamiliar with writing [...], a culture with no knowledge whatsoever of writing or even of the possibility of writing” (Ong, 1982, p. 6, 31).

⁵⁶ Cf. capítulo 3.1.1.

sociedades autóctones conhecidas elaboraram, antes da irrupção dos europeus, algum sistema gráfico ou de notação que correspondiam a suas necessidades concretas” — além de, em outra passagem, identificar estes mesmos sistemas de notação como auxiliares mnemônicos físicos —; o supramencionado conceito de *arquivo oral* por Souza (2016) fundamenta-se também nesta presunção da materialidade das práticas discursivas da oralidade.

Os riscos do grafocentrismo — aliado do eurocentrismo —, não bastassem os exemplos anteriores, ficam derradeiramente explícitos ao suscitarem as sugestões que os povos indígenas das culturas da oralidade primária — violentamente exterminados pela colonização — desejavam vigorosamente a alfabetização (Ong, 1982), ou que a padronização do mandarim na China durante o século XX acarretaria, inevitavelmente, na substituição dos logogramas pelo sistema “mais enxuto e eficiente” do alfabeto romano (Ong, 1982) — o que, evidentemente, não aconteceu. Superar este paradigma da superioridade da escrita alfabética sobre a oralidade — e todos os outros tipos de expressão —, é fundamental para uma Ciência que preze pela decolonização; trabalhar com a materialidade das expressões da oralidade, e analisar a fala pelos seus próprios termos, possibilita para a Biblioteconomia latinoamericana encarar com seriedade os pensamentos não-hegemônicos desse território, retirar as epistemologias indígenas do campo da curiosidade (Vivas Hurtado, 2009) para incorporá-las ao seu *corpus* teórico.

3.1.1 As sociedades de oralidade

Compreendendo que analisar a oralidade nos meios em que ela se desenvolve plenamente possibilita identificar com mais qualidade suas características, dedica-se então um espaço para discorrer sobre os grupos que se apoiam majoritariamente nas suas manifestações. Cabe discutir o termo mais adequado para denominá-los: já expôs-se que nomes como sociedades “ágrafas” ou “analfabetas” assumem a ausência da escrita, conotando uma oposição (Vivas Hurtado, 2009); Zires (1994, p. 84, tradução nossa, grifo nosso) apresenta uma alternativa, definindo as diferentes “sociedades orais” por seus “rituais de interação verbal, e [...] *textos* que circulam via oral”⁵⁷; Souza (2016), por sua vez, demonstra preocupação com a denominação anterior, que não superaria a dicotomização entre oral e escrito. Argumentando pela multiplicidade de expressões apoiadas na verbalidade, para além da palavra, mas que também têm materialidade e discursividade próprias, a autora opta — em consonância com as posições adotadas por Vivas Hurtado (2009) e Menezes (2021) — pela expressão “sociedades de oralidade”. Será esse último o termo favorecido daqui em diante.

Muito se fala, quando se tratam dessas comunidades, das *tradições orais* como forma de preservação da memória. De fato, a transmissão de mitos, hábitos e histórias tem uma relação importante com as expressões orais — entenda-se não só narrações, mas gêneros artísticos diversos, como poesia, cantoria e músicas (Feldman, 1997) —, uma vez que podem incidir sobre noções de identidade e ancestralidade (Pereira; Faria, 2016; Sousa; Sá; Bufrem, 2020), e preservar o modo de ser de uma comunidade (Mires Ortiz, 2017). Deve-se tomar cuidado, no entanto, para não reduzir esse modo de reprodução cultural ao mero folclore estancado no passado, como uma curiosidade ahistórica (Rocha; Silva, 2007; Zires, 1994); essa visão “não diz respeito à tradição viva da voz que se renova constantemente na praça, na festa, na rua, na boca do povo, onde é o seu lugar” (Rocha; Silva, 2007, p. 121). Pelo contrário, a tradição oral é marcada pelo diálogo com o presente; suas condições de reprodução, lugares de enunciação e indivíduos determinam suas contínuas modificações:

No momento de produção e transformação das narrações orais se atualiza a tradição e a memória coletiva em um *evento irrepitível* configurado pelo entorno físico, a situação discursiva e as circunstâncias que situam o texto oral no espaço e no tempo⁵⁸ (Zires, 1994, p. 83, tradução nossa, grifo nosso).

⁵⁷ “los rituales de interacción verbal, y [...] los textos que circulan vía oral” (Zires, 1994, p. 84).

⁵⁸ “En el momento de producción y transformación de las narraciones orales se actualiza la tradición y la memoria colectiva en un evento irrepitible configurado por el entorno físico, la situación discursiva y las circunstancias que sitúan el texto oral en el espacio y el tiempo” (Zires, 1994, p. 83).

Vivas Hurtado (2009) destaca que a tradição oral, mesmo incidindo nas individualidades, transmite a consciência de uma comunidade, isto é, lega uma herança coletiva de conhecimentos construídos ao longo do tempo — parte do que Souza (2016, p. 39) enxerga como um “arquivo historicamente constituído pelas sociedades de oralidade”, ainda que esse conceito não esteja limitado ao suporte verbal. É o caso, por exemplo, dos saberes sobre plantas medicinais pelas comunidades quilombolas (Pereira; Faria, 2016); as festividades e músicas das comunidades afrocolombianas da região do Cauca (TRADICIONES..., 2020); e a contação de histórias e cantoria de viola do Cariri Cearense (Souza; Sá; Bufrem, 2020). Todas essas enunciações, ainda que se pautem na oralidade, são entrecortadas por expressões verbais e não verbais (Ong, 1982): esse cerimonial social que as contextualiza e atribui valor (Lienhard, 1990) envolve os sujeitos receptores (Souza; Sá; Bufrem, 2020); o papel social do narrador (Souza, 2016); seus gestos, olhares, silêncios, improvisações, entonações, ritmos e respostas às reações da platéia (Rocha; Silva, 2007; Souza, 2016; Souza; Sá; Bufrem, 2020; Vivas Hurtado, 2009). São essas discursividades que atribuem significado, e mais do que isso, materialidade à fala (Souza, 2016) — e não custa explicitar também que a significação que se constrói a partir dessas expressividades, naturalmente, difere da significação feita com as palavras —: afinal, “a letra do canto não sabe nada da festa que se prolonga dia e noite, por longas semanas, com curtos descansos e pouca alimentação”⁵⁹ (Vivas Hurtado, 2009, p. 32, tradução nossa). Dessa constatação pode-se extrair uma perda substancial acarretada ao se tentar impor a escrita sobre o oral — seja pela substituição ou tradução —, uma vez que se tratam de objetos com propriedades diferentes (Ferreiro, 2003), a palavra no papel é incapaz de abarcar todas essas discursividades que compõem a oralidade: mesmo visando objetivos bem-intencionados, como preservar a memória, a escrita ocidental necessita reduzir significativamente a expressão oral (Gruzinski, 1991; Vivas Hurtado, 2009).

Cabe, então, explorar algumas das mais destacadas formas de expressão desenvolvidas pelas sociedades de oralidade das Américas antes da invasão de seus territórios — isto é, sistemas de notação que surgiram antes de 1492, ainda que possam de alguma forma ter se mantido e modificado após o contato com os europeus (Gruzinski, 1991). Lienhard (1990) explica que a gênese dessas tecnologias está relacionada às necessidades administrativas de coletividades econômica e socialmente complexas, centralizadas sob grandes Estados —

⁵⁹ “La letra del canto no sabe nada de la fiesta que se prolonga día y noche, por largas semanas, con cortos relevos y poca alimentación (Vivas Hurtado, 2009, p. 32)

como a Tripla Aliança, unidade política formada pelos povos e territórios representados por *Tenochtitlán*, *Texcoco*, e *Tlacopan*, que reunia centenas de milhares de pessoas e se estendia por aproximadamente 200.000 km² (Gruzinski, 1991) —, mas também aos interesses das elites autóctones, que as utilizaram para assentar e perpetuar seus valores e benefícios. Para prosseguir, é necessário fixar uma definição de escrita, que para além do modo ocidental, seja capaz de contemplar a gama de suportes e usos ameríndios: serão considerados todos sistemas abertos de signos que conjugam elementos sensíveis a significados distintos e explicitáveis pelos falantes (Lienhard, 1990). Esse pressuposto permite trabalhar com os conceitos apresentados por Menezes (2021), Souza (2016), e Vivas Hurtado (2009): o primeiro revê a concepção ocidental de “livro”, evocando a raiz etimológica grega *biblion*, a qual refere-se não a uma *obra* mas ao suporte de inscrição, que foi paulatinamente restringido à escrita linear e alfabética. Para o autor, “o livro ocidental é ‘apenas’ uma atualização diante das diversas possibilidades grafológicas do livro” (Menezes, 2021, p. 115), enquanto os livros ameríndios — tão abrangentes como colares, corpos, redes, vasos, vestuário, e mesmo a fauna e flora — seriam marcados pelo caráter transformativo “de tornar-se, sempre e a cada vez, outro” (Menezes, 2021, p. 119) — relaciona-se, portanto, com o já mencionado ato performativo da tradição oral, em que o narrador mantém um núcleo fundamental, mas molda outros elementos livremente (Vivas Hurtado, 2009). Por fim, o autor cunha a expressão “livrOnça” para denominar essas multiplicidades do livro; grafando “O” maiúsculo para evocar a boca aberta de uma onça, visa dar centralidade à perspectiva indígena; “o livrOnça é o fim do livro como o fim da escritura linear e o começo da escritura ameríndia [...], sua origem, seu novo e seu antigo começo, uma possibilidade aberta uma vez mais” (Menezes, 2021, p. 149-150).

Souza (2016) trabalha sob a perspectiva do “arquivo oral”, a qual como já se expôs, pressupõe a materialidade dos processos enunciativos da oralidade, capazes de produzir significado e registrar a memória em formas além do verbal, mas que se originam e sustentam nele: “Quer dizer que não é a oralidade isoladamente que é o arquivo, e sim são essas as peças que arquivam e constituem a oralidade, e guardam a Memória. E, por extensão, guardam muito da inscrição da língua” (Souza, 2016, p. 47-48). Dentre as manifestações de escrita abarcadas sob esta égide, mencionadas ao longo deste texto, a autora destaca quatro “gestos das sociedades de oralidade de escreverem — com formas de escrituras outras” (Souza, 2016, p. 49): o formato da aldeia, enquanto reflexo da organização social do grupo; o artesanato, não só por exprimir marcas da identidade de cada grupo, mas também por constituir a memória e a oralidade; a pintura corporal, por significar sem traduzir-se em verbalizações —

diferentemente dos grafismos, portanto —; e as “tábuas” de inscrição, onde se gravam informações interpretadas simbolicamente.

Vivas Hurtado (2009) tenta, de certa forma, ultrapassar a proposição de Lienhard (1990) sobre a predominância da oralidade nas sociedades autóctones. Para o pesquisador, a base desses pensamentos é multimídia, ou seja, as formas de expressão são interdependentes: “não privilegia uma tecnologia em particular sobre as outras. Não silencia outras formas de sensibilidade e de conhecimento por capricho e imposição de uma tecnologia. Mas reclama como exigência estética a presença de todas [...]. Uma carecem de sentido sem as outras”⁶⁰ (Vivas Hurtado, 2009, p. 30, tradução nossa). Seria esse o motivo pelo qual a imposição da escrita alfabética como a única forma de expressão válida, a partir da colonização, configurou-se como uma cisão tão traumática para essas sociedades (Vivas Hurtado, 2009).

Dadas essas interpretações, resta um último ponto a ser debatido antes de analisarem-se dois exemplos concretos de escrita pré-hispânica. Como já se comentou acima, entende-se que a escrita surge fundamentalmente de necessidades administrativas, dotada de um caráter conservador das estruturas sociais (Lienhard, 1990); esse enfoque não é alheio às próprias características da escrita autóctone, “sem dúvida mais adequada para a conservação das realizações socioeconômicas e intelectuais já alcançadas que para seu questionamento incessante”⁶¹ (Lienhard, 1990, p. 49, tradução nossa). Uma vez que a imagem para essas sociedades seria indivisível da palavra (Gruzinski, 1991), no entanto, a oralidade complementa esses textos, muitas vezes oferecendo interpretações que extrapolam o registro visual (Gruzinski, 1991; Leon Portilla, 1972; Lienhard, 1990; Vázquez Martínez, 2011). Tal é o caso da pictografia, uma escrita visual, mesoamericana: os indígenas pertencentes à nobreza, em instituições educacionais chamadas *calmecac*, eram instruídos por sacerdotes — os *tlapizcatzin*, que se traduz para “aquele que conserva” — a aprender a ler as gravuras, reproduzindo com exatidão — especialmente quando os textos tratavam de questões divinas ou “antigas” — os *cantos* que respectivamente as complementavam (Gruzinski, 1991; Leon Portilla, 1972).

Sabe-se que os glifos se “liam” sinalizando-os com uma vareta, que textos guias podem ter guiado o deciframento das “pinturas”, aportando explicações, complementos de informação, inclusive um e outro ao mesmo tempo. [...] “Fazer falar”, “dizer o que foi assentado no papel e pintado...”

⁶⁰ “no privilegia una tecnología en particular sobre las otras. No silencia otras formas de la sensibilidad y del conocimiento por capricho e imposición de una tecnología. Más bien reclama como una exigencia estética la presencia de todas [...]. Las unas carecen de sentido sin las otras” (Vivas Hurtado, 2009, p. 30).

⁶¹ “sin duda más adecuado para la conservación de los logros socio-económicos e intelectuales ya alcanzados que para su cuestionamiento incesante” (Lienhard, 1990, p. 49).

equivaliam a extrair de fontes escrupulosamente memorizadas os elementos de uma verbalização que derivava da explicação e da interpretação, a forma uniformizada de um discurso paralelo e complementar. [...] as relações que vinculam a “pintura” ao discurso operam em dois sentidos; ainda que se “fazia os livros falarem”, também algumas “pinturas” serviam de apoio à expressão oral [...]. a transmissão da informação teria implicado recorrer de modo simultâneo e não redundante a memória verbal e ao auxiliar pintado, de acordo com uma aliança sempre constante entre a imagem e a palavra⁶² (Gruzinski, 1991, p. 22, tradução nossa, grifo nosso).

Esses glifos complementares à oralidade não eram de natureza única, uma vez que a escrita nahua — grupo cultural e linguístico mais destacado nesta questão, do qual os mexicas, também conhecidos como astecas, fizeram parte (Gruzinski, 1991) — englobava: pictogramas, que efetivamente representam objetos e ações como animais, plantas, dança, pessoas; ideogramas, que vinculam significados figurativos a elementos, como pegadas referindo-se a viajar, e flechas à guerra; e signos fonéticos, que expressam sílabas referentes a lugares, pessoas ou ao tempo (Gruzinski, 1991; Leon Portilla, 1972; Lienhard, 1990). A última categoria foi especialmente modificada e proliferada a partir da intervenção alfabética da colonização, quando se passou a utilizar glifos *descontextualizados* para compor palavras de origem latina, ignorando seus significados originais e unindo-os meramente por seus sons; como a expressão *amém*, para a qual utilizou-se os símbolos *atl*, de água, e *metl*, de agave (Gruzinski, 1991).

Inscritos em suportes de papel de amate ou pele de veado, esses glifos configuravam verdadeiros livros indígenas (Menezes, 2021); os quais poderiam tomar a forma de largas folhas que se enrolavam ou dobravam, ou ainda como grandes superfícies estendidas em paredes (Gruzinski, 1991; Leon Portilla, 1972). Não eram poucos esses livros, na medida que a produção de cópias era tão extensiva (Gruzinski, 1991; Leon Portilla, 1972) que um registro histórico indica que em dois *pueblos* chegava-se a tributar até 16 mil folhas de papel por ano (Vázquez Martínez, 2011). Nesses textos (Ilustração 1), a distribuição dos signos, sua escala, posição, orientação e agrupamento são determinantes de significado, assim como a espessura das linhas e as cores que as preenchem: atributos significantes que foram vistos pelos espanhóis apenas como características decorativas, optando por chamar estes objetos de

⁶² “Sabido que es que los glifos se ‘leían’ señalándolos con una varita, que textos prontuario bien pueden haber guiado el desciframiento de las ‘pinturas’, aportando aclaraciones, complementos de información, incluso lo uno y otro a la vez. [...] ‘Hacer hablar’, ‘decir lo que fue asentado en el papel y pintado...’ equivalían a tomar de fuentes escrupulosamente memorizadas los elementos de una verbalización que derivaba de la explicación y de la interpretación, el forma uniformizada de un discurso paralelo y complementario. [...] las relaciones que vinculan la ‘pintura’ al discurso operan en dos sentidos; si bien es cierto que se ‘hacía hablar a los libros’, también algunas ‘pinturas’ servían de apoyo a la expresión oral [...]. la transmisión de la información hubiera implicado recurrir de modo simultáneo y no redundante a la memoria verbal y al auxiliar pintado, de acuerdo con una alianza siempre constante de la imagen y la palabra” (Gruzinski, 1991, p. 22).

“pinturas” (Gruzinski, 1991) — reflexo da limitação do livro ocidental à escrita alfabética, sugerida por Menezes (2021), como viu-se acima. Isto quer dizer que “possuem uma dimensão visual que por vezes há se subestimado. Além de textos, as ‘pinturas’ são *imágenes* e exigem que as considerem como tal”⁶³ (Gruzinski, 1991, p. 22, tradução nossa, grifo do autor). Necessitava-se existir, conseqüentemente, indivíduos especializados em operar com esse complexo sistema de significação — em conjugar o visual e o oral —: os *tlacuilo*, mencionados acima⁶⁴, dedicavam-se a aprender os glifos para copiar e produzir novos livros (Gruzinski, 1991; Leon Portilla, 1972; Menezes, 2021), e assim como quem frequentava os *calmecac* para assimilar os *cantos*, faziam parte da aristocracia indígena (Gruzinski, 1991).

Ilustração 1 — Códice Zouche-Nuttall



Recorte de um códice pré-hispânico, feito de 47 folhas de pele de veado. Note-se o uso de cores e linhas dividindo o espaço da página: as “linhas verticais de cor vermelha [...] subdividem e harmonizam o espaço”⁶⁵ (Gruzinski, 1991, p. 161, tradução nossa). Fonte: CÓDICE... ([15--?], f. 25).

⁶³ “poseen una dimensión visual que en ocasiones se ha subestimado. Además de textos, las ‘pinturas’ son *imágenes* y exigen que se les considere como tales” (Gruzinski, 1991, p. 22, grifo do autor).

⁶⁴ Cf. capítulo 2.1.

⁶⁵ “líneas verticales de color rojo [...] subdividen y armonizan el espacio” (Gruzinski, 1991, p. 161).

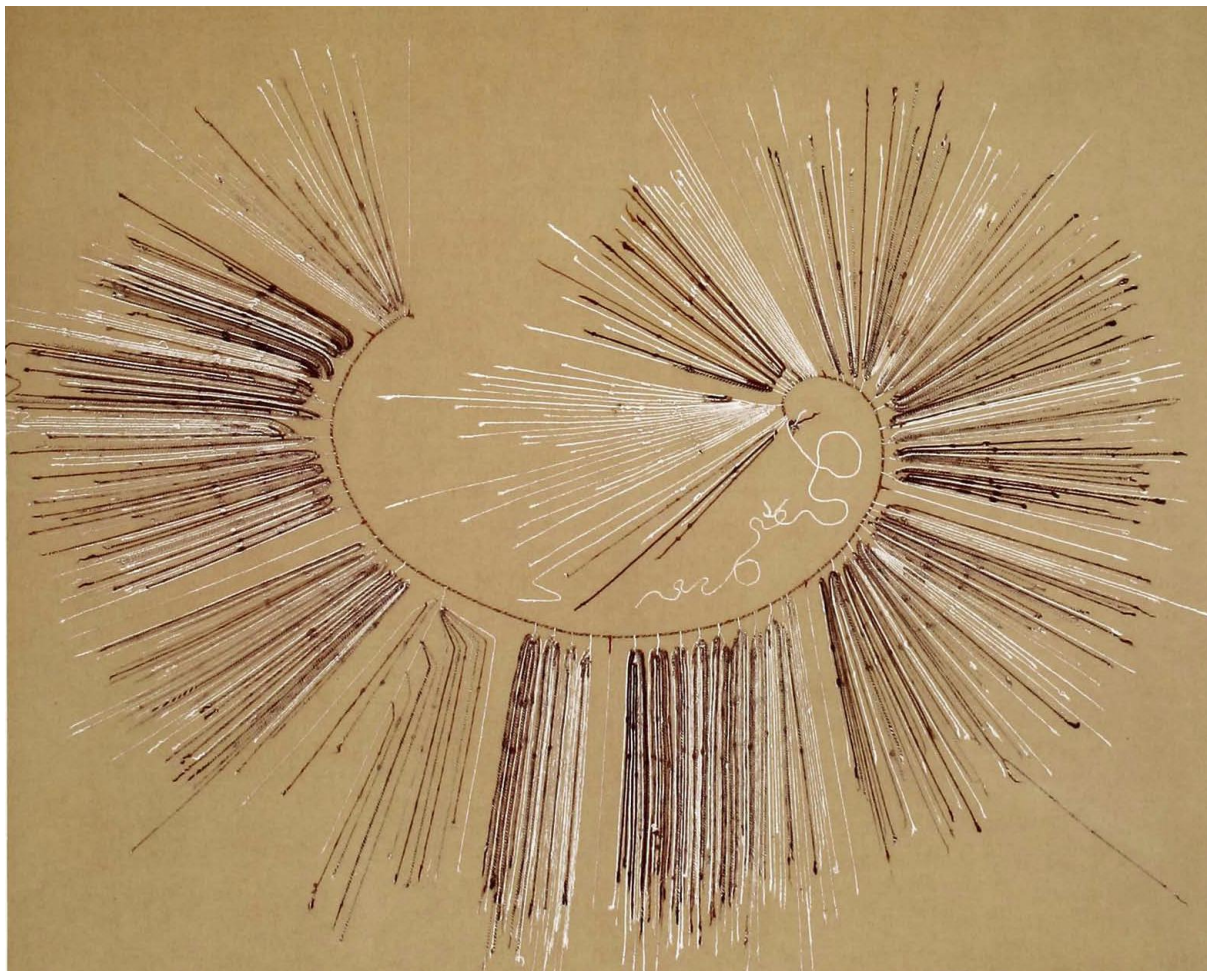
A complexidade estatal, tanto administrativa quanto em torno desse sistema multimodal de memória, e a profusão com que se produziam estes livros — *amoxtli*, na língua náuatle (Menezes, 2021; Vázquez Martínez, 2011) — engendrou, então, instituições de guarda destes materiais, que objetivavam a organização para a utilização futura (Vázquez Martínez, 2011). Os *amoxcalli* — mencionado anteriormente⁶⁶ —, especialmente numerosos em *Tenochtitlán*, podem ser vistos como análogos autóctones às bibliotecas que se desenvolviam concomitantemente na Europa: “continham a relação de feitos e conhecimentos gerados por dita sociedade; e eram o fundamento da consulta informativa para o Estado Asteca, em seu papel ordenador da estrutura social e suas atividades cotidianas”⁶⁷ (Vázquez Martínez, 2011, p. 8, tradução nossa). Com a colonização, no entanto, em poucas décadas o sistema de comunicação desses povos foi desestruturado: as “pinturas” foram confiscadas e destruídas, assim como outros objetos considerados profanos (Duque Cardona, 2019; Gruzinski, 1991); as nobrezas indígenas, peças cruciais na reprodução das tecnologias desse sistema, foram coagidas a abraçar a alfabetização; seus praticantes foram sistematicamente assassinados; elementos trazidos pelos europeus infiltraram-se cada vez mais na pictografia e cartografia autóctone, modificando tanto formas de representar quanto de pensar; os *amoxcalli* logo deram lugar às bibliotecas conventuais; e as festividades e tradições que rodeavam a oralidade passaram à clandestinidade — ainda que a tradição oral *em si* pôde conservar-se, de alguma forma, apartada de sua materialidade (Gruzinski, 1991). Ao sumarizar essas repercussões, Gruzinski (1991) descreve-as como *desclassificação* da oralidade, *descontextualização* da pictografia, e *distanciamento* pela diminuição do campo de conotações; conceitos coincidentemente próximos — quando não idênticos — às noções de *mecanismos de desigualdade*, adotadas por Duque Cardona (2018, 2019) em sua sistematização teórica das práticas de LEO⁶⁸.

Pode-se comentar brevemente também de um sistema de escrita *tátil* desenvolvido por outra sociedade de oralidade mais ao sul: os *quipus*, utilizados pela população inca da região dos Andes, denotavam informações numéricas através de nós em agrupamentos de fios (Lienhard, 1990). Escrever neste sistema (foto 2) envolvia atrelar significado ao comprimento de cada fio, sua posição ao longo do eixo central, sua cor, o formato de cada nó, e onde são feitos nos fios (Lienhard, 1990).

⁶⁶ Cf. capítulo 2.1.

⁶⁷ “contenían la relación de hechos y conocimientos generados por dicha sociedad; y eran el fundamento de consulta informativa para el Estado Azteca, en su papel rector de la estructura social y sus actividades cotidianas” (Vázquez Martínez, 2011, p. 8).

⁶⁸ Cf. capítulo 3.2.3.

Foto 2 — *Quipu* inca

Fonte: Museo Chileno de Arte Precolombino ([202-?]).

Ao passo que esses objetos primordialmente registravam dados para a administração do Estado — resgata-se a sugestão sobre a origem burocrática das escritas americanas (Lienhard, 1990) —, a memória oral favoreceu seu uso historiográfico, possibilitando a transmissão de leis, histórias e registros comerciais (Lienhard, 1990). Assim como nas pictografias mesoamericanas, o significado dos *quipus* assentava-se na conjunção entre o visual — nesse caso, *tátil* também — e o oral (Gruzinski, 1991; Lienhard, 1990).

Esta análise dos sistemas de comunicação desenvolvidos antes da invasão europeia, ainda que tenha permitido evidenciar de forma privilegiada as possibilidades da oralidade — especialmente suas expressões materiais —, correria o risco de incorrer na visão nostálgica sobre a qual advertiu-se (Rocha; Silva, 2007; Zires, 1994) se não discutisse as sociedades de oralidade contemporâneas, e como perpetuam-se sob a condição hegemônica da escrita alfabética no ocidente (Lienhard, 1990; Perrotti, 2021). Lienhard, em 1990, apontou a produção poética da população quíchua no Peru — falantes do idioma homônimo, que foi

adotado como língua oficial do Império Inca (Itier, 2015) — como um caso florescente de superação da desigualdade política entre oralidade e escrita, em que o contexto social permite que ambas sejam encaradas harmonicamente:

Neste caso, a oposição oralidade/escrita já não corresponde a um antagonismo entre os setores marginalizados e hegemônicos, mas às diferenças de ambiente sociocultural que abriga a mesma subsociedade. Ambas práticas, evidentemente, *são práticas marginais* no contexto da sociedade de discriminação atual. A ausência de antagonismo entre as duas, sua complementaridade, mostra, entretanto, qual poderia ser, em um país — e no subcontinente — finalmente descolonizados, a relação entre duas práticas *igualmente válidas e promissoras* (Lienhard, 1990, p. 172, tradução nossa, grifo nosso).

Uma ação recorrente em projetos bibliotecários inseridos em sociedades de oralidade é o registro da tradição oral em livros: aproveitar-se das qualidades da palavra escrita, no entanto, deve ser feito com parcimônia, podendo-se levar em consideração os pontos levantados ao longo deste capítulo; como a inevitável perda de significações que ocorre com a tradução das expressões orais ao meio escrito (Faria, 1999; Gruzinski, 1991; Vivas Hurtado, 2009); formas alternativas de registro físico da oralidade, como artesanato, dança, pintura corporal e música (Souza, 2016); e diferentes expressões do livro que se abrem ao considerar-se a perspectiva indígena, para além da tradição alfabética (Menezes, 2021). De toda forma, destaca-se a seguir três destas ações de preservação. A *Red de Bibliotecas Rurales de Cajamarca*, que articula as bibliotecas rurais da província de mesmo nome no Peru, produziu durante a década de 1980 uma série de volumes bibliográficos compondo a “Enciclopédia Camponesa de Cajamarca” (Mires Ortiz, 2017; Quintero Castro; Mendezàbal Riera, 2020; Red de Bibliotecas Rurales de Cajamarca, 2008); intentando fortalecer aquilo que Duque Cardona (2018) chama de *ciudadania comunitária-cooperante*, através de encontros de resgate da memória oral, elaboraram-se livros sobre temas como música e instrumentos musicais, equipamentos para a agricultura, sombreiros, família, animais e identidade (Quintero Castro; Mendezàbal Riera, 2020; Red de Bibliotecas Rurales de Cajamarca, 2008); para serem utilizados, fundamentalmente, como ferramentas de trabalho por aquela população (Duque Cardona, 2018; Quintero Castro; Mendezàbal Riera, 2020).

Outro projeto semelhante foi desenvolvido na “Biblioteca Comunitária Benfica e Gentilândia”, como atividade de extensão do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza. A partir da percepção da aculturação dos desses dois bairros vizinhos à Universidade — isto é, a “perda de valores, as tradições, os dogmas culturais se

perdem em meio às influências de um mundo globalizado e gerador de alienações, fazendo com que os mais novos não conheçam o seu passado, um pouco de sua origem” (Silva; Miranda; Rodrigues; Sousa, 2012) —, relacionada a um número cada vez menor de reprodutores da cultura oral, reuniu-se depoimentos dos seus residentes mais antigos para integrarem a coleção da Biblioteca: “seu acervo é montado através dessas vozes, dicções e experiências compartilhadas entre os moradores entrevistados. [...] [Garantindo que] se tenha um lugar que resguarde os sotaques e dicções de suas gentes” (Silva; Miranda; Rodrigues; Sousa, 2012, p. 5). Ainda que a maior parte desses relatos sejam transcritos para o formato bibliográfico, os participantes preocuparam-se em reunir documentos como fitas e álbuns de fotografias, que igualmente compõem a história dos bairros; e similarmente ao programa em Cajamarca, aproveitaram-se os encontros comunitários para fortalecer a consciência crítica dos moradores, estimulando a reflexão sobre o território em que desejam habitar (Silva; Miranda; Rodrigues; Sousa, 2012).

Uma preocupação similar existe entre os moradores de Villa Rica, no departamento colombiano de Cauca. A cidade — que não é mais “vila” nem “rica”, como ficou originalmente conhecida por sua farta agricultura (TRADICIONES..., 2020) —, composta por 96% de afrocolombianos, conseguiu manter muitas das práticas culturais desenvolvidas por seus ancestrais escravizados justamente em razão de sua composição demográfica; porém há um incessante trabalho da comunidade para que essas tradições não se percam (TRADICIONES..., 2020). Pode-se perceber através dos relatos dos moradores a dinâmica de perpetuação desses costumes, em que principalmente os idosos têm o papel de transmiti-los aos jovens:

Também nos criamos muito em [...] com os relatos da avó no tema, digamos das fantasias, dos mitos. Nos assustavam e geravam muito pavor em torno dos mortos, da *lluvita*, [...] da *patasola*. Digamos, de muita fantasia. E acontece que nós tínhamos a idade que em certo lugar da vereda, saía dali um morto, havia uma assombração, e isso nos perturbava [...] por temor a esses mitos⁶⁹ (TRADICIONES..., 2020, 3 min 50 s, tradução nossa, grifo nosso).

Acima, relata-se uma experiência vivida, que demonstra o peso da oralidade na formação das identidades nessa sociedade. A seguir, um habitante descreve de forma mais

⁶⁹ “También nos creamos mucho en [...] con los relatos de la abuela en temas, digamos de las fantasias, de los mitos. Nos asustaban y nos generava mucho pavor alrededor de los muertos, de la *lluvita* [...] de la *patasola*. Digamos, de mucha fantasia. Y que hace que nosotros teniamos la idea que en cierto sitio de la vereda, salía un muerto, habia un espanto, y eso nos generava lío [...] por temor a esos mitos” (TRADICIONES..., 2020, 3 min 50 s).

geral o funcionamento da reprodução das tradições e a preocupação dessa comunidade em preservá-la:

Nossa tradição, como homens e mulheres afro, tem sido [...] muito oral. Nós falamos muito mas não escrevemos. E então o que vem acontecendo com o tempo é que vamos perdendo todos esses elementos desta memória, todos esses elementos que tem a ver com essa tradição oral, [...] com esses relatos. [...] E não só isso, eu diria que parte da nossa história vem se perdendo, com a morte dos idosos⁷⁰ (TRADICIONES..., 5 min 40 s, 2020).

Um dos principais costumes anuais em Villa Rica é a comemoração natalina, celebrada em fevereiro, uma vez que não se permitia aos antigos escravizados comemorar junto com seus patrões (TRADICIONES..., 2020) — pode-se observar, ainda, a própria adoção da festa cristã como parte da diáspora africana, uma vez que a comunidade alterou características da tradição europeia e incorporou elementos próprios das culturas africanas que foram trazidas àquela cidade. As gravações de uma dessas celebrações evidenciam elementos materiais da oralidade, como sugeriram Lienhard (1990), Souza (2016) e Vivas Hurtado (2009): as alegorias, fantasias — crianças vestidas de anjos e personagens bíblicos, por exemplo —, roupas, a dança combinada com a música e canções, e o encontro em comunidade (TRADICIONES..., 2020). A dinâmica da perpetuação da tradição oral, como viu-se acima, apoia-se significativamente sobre a questão etária: os jovens são colocados no centro dessa comemoração, de tal modo que diversos ritos dependem de suas performances; mesmo no resto do ano, encontros em que se transmitem os valores e as tradições da oralidade tornaram-se uma espécie de instituição cultural que atua nessa preservação (TRADICIONES..., 2020): “principalmente nós como jovens [...] somos os encarregados de que a cultura em nosso município não se perca, já que nós somos o fruto de todo esse conhecimento ancestral que nossos antepassados e nossos pais nos deixaram”⁷¹ (TRADICIONES..., 19 min, 2020, tradução nossa). Uma reivindicação dos moradores — que pode ser vista como inspiração de política pública para outras sociedades de oralidade —, para evitar esse desaparecimento da tradição, é a criação de um feriado municipal na data

⁷⁰ “Nuestra tradición, como a hombres y a mujeres afro, ha sido [...] muy oral. Nosotros hablamos mucho pero no escribimos. Y entonces lo que ha pasado con el tiempo es que se nos ha ido perdiendo todos esos elementos de esa memoria, todo ese elemento que tienen que ver con esa tradición oral, [...] con esos relatos. [...] Y no solamente, yo diría que parte de la historia nuestra se ha ido perdiendo, con la muerte de los mayores” (TRADICIONES..., 5 min 40 s, 2020).

⁷¹ “principalmente nosotros como jóvenes [...] somos los encargados de que la cultura en nuestro municipio no se pierda, ya que nosotros somos el fruto de todo ese conocimiento ancestral que nos dejaron nuestros antepasados y nuestros padres” (TRADICIONES..., 19 min, 2020).

desta comemoração natalina, para que todos possam dedicar-se a sua preparação e envolver-se com as festividades (TRADICIONES..., 2020).

Por fim, convém apresentar uma ação que resultou das políticas públicas de LEO em Bogotá, a fim de preparar a transição para o próximo assunto. Considerando a ausência de materiais didáticos em língua *woun meu* nas escolas que atendem a população *Wounaan Nonám*, originária dos distritos de Chocó e Valle del Cauca, mas que conta com 557 pessoas assentadas em Bogotá desde 2013, um projeto de pesquisa científica conquistou uma bolsa de pesquisa outorgada pelo Ministério da Cultura para desenvolver um projeto editorial voltado a esse grupo (Carpio *et al.*, 2021; LA LEO..., 2021). A proposta articulou-se com as políticas de LEO uma vez que alguns de seus princípios foram a pesquisa, a apropriação social do conhecimento e a edição comunitária (LA LEO..., 2021); Laura León, a editora do livro, explica que essa produção se insere no contexto de uma reforma educacional em Bogotá, em que a visão de escola passou de focar apenas nos desdobramentos cognitivos para abarcar também os aspectos emocionais, sociais e físicos dos estudantes:

Então, obviamente, esta estratégia de promoção da leitura, da escrita e da oralidade foram vinculantes a esses processos porque [...] como a política LEO também tem [...] tão claro [...] que livros tornem-se vinculantes e tornem-se também necessários no fortalecimento destes aspectos. [...] através do acesso à cultura escrita, através do livro, de espaços de criação, de espaços também de socialização da oralidade se buscava isso, o fortalecimento social e emocional dos estudantes⁷² (LA LEO..., 2021, 6 min 19 s, tradução nossa).

Para além de um material didático que registra conhecimentos ancestrais da sociedade de oralidade *Wounaan*, como saúde, educação, gastronomia e governo (Carpio *et al.*, 2021), essa empreitada destaca-se pela sua construção comunitária. Ainda que a equipe editorial e científica tenha apoiado e feito sugestões, todas as decisões editoriais foram referendadas por aquela população: as ilustrações; as cores; a tipografia; o formato; todos partiram da comunidade, de forma a proporcionar a sensação de pertencimento ao processo de pesquisa sobre sua cultura escrita e oral (LA LEO..., 2021). Essa cooperação comunitária foi especialmente necessária devido à proposta bilíngue do livro: o *woun meu*, por ser uma língua majoritariamente oral, não possui ortografia padrão; portanto houve de pensar-se sobre sua

⁷² “Entonces, obviamente, esta estrategia de promoción de la lectura, la escritura y la oralidad fueron vinculantes a esos procesos porque [...] como la política LEO también lo tiene [...] tan claro [...] que libros se vuelvan vinculantes y se vuelva también necesario en el fortalecimiento de esos aspectos. [...] a través del acceso a la cultura escrita, a través del libro, de espacios de creación, de espacios también de socialización de la oralidad se buscaba eso, el fortalecimiento social y emocional de los estudiantes (LA LEO..., 2021, 6 min 19 s, tradução nossa).

transcrição, seus sinais gráficos, seus elementos estilísticos; de modo que foi necessário desenhar-se uma tipografia exclusiva para este projeto (LA LEO..., 2021).

Cada conto do livro é acompanhado de uma narração oral em *woun meu*, acessível através de um código QR — o que possibilita ter-se contato com a expressividade da voz do narrador, com sutilezas que fazem parte de um processo de significação que a letra escrita é incapaz de traduzir (Gruzinski, 1991; Vivas Hurtado, 2009) —; essa utilização do digital liga-se com a proposta de difusão do livro, como uma ferramenta adicional de preservação da tradição oral, ainda que algumas centenas de cópias físicas tenham sido distribuídas para as escolas da região (Carpio et al., 2021; LA LEO..., 2021).

3.2 Relações conceituais da Biblioteca com a LEO

A difusão do conceito de LEO — consolidado suficientemente para ser incorporado a políticas públicas, como se viu — precede os trabalhos de Duque Cardona, porém o que a autora oferece a partir de sua Tese de Doutorado finalizada em 2019 é um quadro teórico que tenta dar sentido, a partir de uma perspectiva original, aos fenômenos que vêm se desdobrando nesta área (Duque Cardona, 2018). Seu esforço não é para qualificar hermeticamente a LEO, mas construir uma rede de entendimentos que partem da classificação da Biblioteca como um dispositivo cultural — categoria pertencente às ideias de Foucault e Deleuze —, do qual fazem parte, entre outros aspectos, as tecnologias do poder, onde as práticas LEO estão alocadas (Duque Cardona, 2018). Em suas palavras:

um sistema de variáveis com as categorias (biblioteca/dispositivo cultural, tecnologias de poder/leitura, escrita e oralidade, técnicas de dominação) que sustentam a exploração e possibilitam uma compreensão sociológica da biblioteca, dando ênfase em seu entendimento sob a ideia de dispositivo cultural [...] [a qual] implica perguntar-se pelos lugares de enunciação desta, especificamente, as linguagens políticas que definem substancialmente o propósito de um projeto bibliotecário e com ele as tecnologias de poder, que neste caso particular correspondem às práticas de leitura, escrita e oralidade — LEO — e no modo em que estas se concretizam em técnicas de dominação-emancipação respectivamente⁷³ (Duque Cardona, 2018, p. 83-84, tradução nossa).

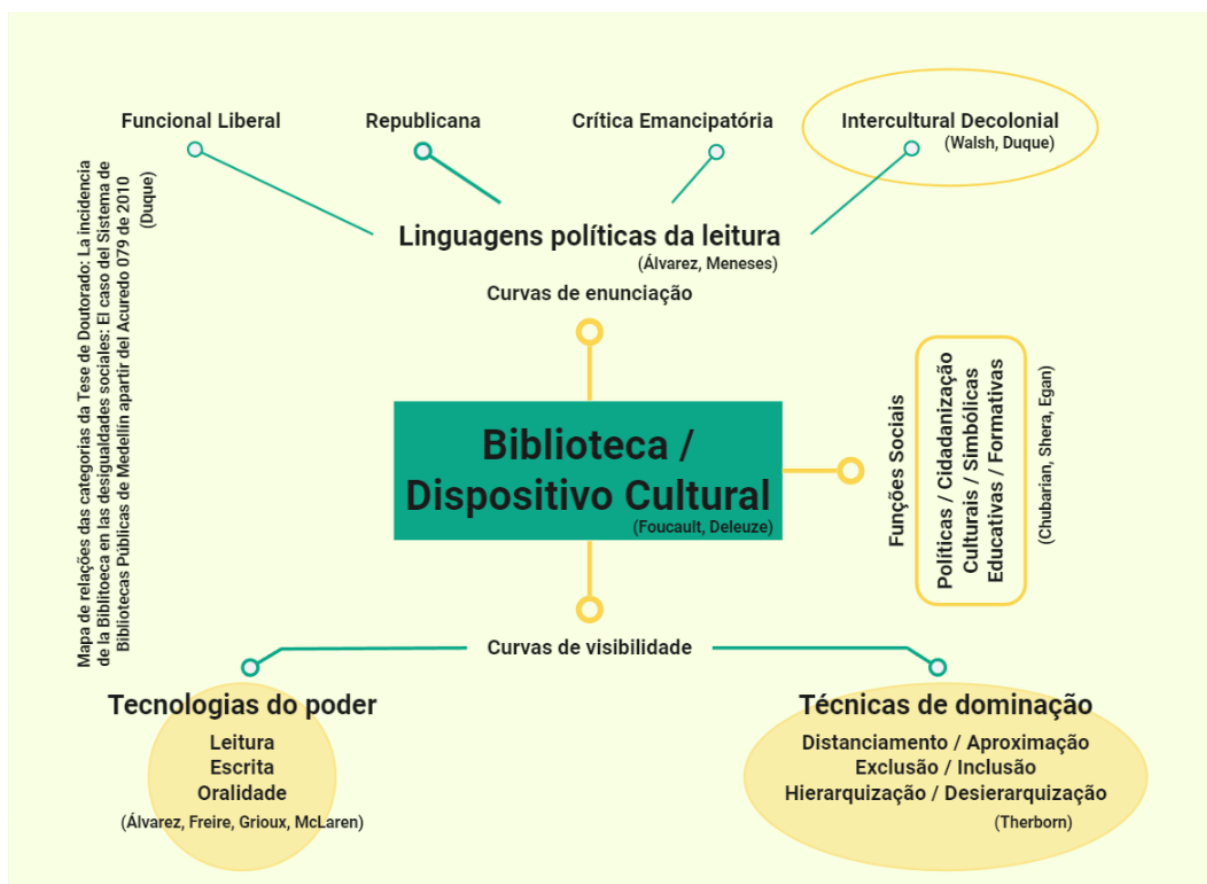
A autora explicita que o sistema proposto pretende romper com o que chama de “paradigmas conservadores centrados [meramente] na organização da informação”⁷⁴ (Duque Cardona, 2018, p. 82, tradução nossa), favorecendo uma Biblioteca comprometida com suas funções políticas e sociais. Isto é, toda a discussão que foi apresentada nos capítulos anteriores, que tange a pesquisa científica comprometida em combater a perpetuação das lógicas coloniais e de submissão latinoamericana; a valorização de epistemologias originárias deste território; e a impossibilidade de neutralidade na Biblioteconomia; pautam o pensamento e moldam as proposições da colombiana (Duque Cardona, 2018; Duque Cardona; Restrepo-Fernández; Velásquez-Yepes, 2021). Abaixo, as categorias elencadas por Duque

⁷³“un sistema de variables con las categorías (biblioteca/dispositivo cultural, tecnologías de poder/lectura, escritura y oralidad, técnicas de dominación) que sustentan la exploración y posibilitan una comprensión sociológica de la biblioteca, haciendo énfasis en su entendimiento bajo la idea de dispositivo cultural [...] implica preguntarse por los lugares de enunciación de ésta, específicamente, los lenguajes políticos que definen substancialmente el propósito de un proyecto bibliotecario y con ello las tecnologías de poder, que en este caso particular corresponden a las prácticas de lectura, escritura y oralidad –LEO– y el modo en que estas se concretan en técnicas de dominación-emancipación respectivamente” (Duque Cardona, 2018, p. 83-84).

⁷⁴“paradigmas conservadores centrados en la organización de la información” (Duque Cardona, 2018, p. 82)

Cardona (Esquema 1)⁷⁵, que terão capítulos dedicados a sua discussão individual — com exceção do segmento “funções sociais”, em que faz uma espécie de revisão de literatura de autores canônicos da Biblioteconomia para servir de ponto de partida da análise; suas proposições subsequentes utilizam-se e expandem essas ideias de sorte que inevitavelmente serão contempladas ao final desta seção.

Ilustração 2 — Mapa de relações das categorias da tese de doutorado de Duque Cardona.



Fonte: Duque Cardona, 2018, p. 84, tradução nossa.

Isto não quer dizer que o escopo da pesquisadora é limitado a essa matriz conceitual, mesmo para discutir a LEO: em um artigo publicado em 2022, recorre à noção de urdidura⁷⁶ leitora, aventada por Bértolo, que é constituída pelo emaranhado de experiências individuais e comunitárias mediadas pela linguagem, e que seria afetada, segundo a autora, pelas linguagens políticas da LEO (Duque Cardona, 2022). De toda forma, deterá-se à exploração do esquema ilustrado acima.

⁷⁵ Realizou-se uma tradução do gráfico desenvolvido pela autora para manter-se a coerência editorial, em consonância com a opção por passar todas as citações para o português.

⁷⁶ Ao tecer-se um tecido, utiliza-se de uma primeira estrutura de fios paralelos, a qual denomina-se urdidura.

As publicações da autora nos últimos anos estão contextualizadas no programa de pesquisa-ação *Bibliotecas desde Abya-Yala: sociedades y culturas desde el Sur*, especificamente no enfoque *Bibliotecas, lecturas, escrituras y oralidades* (Duque Cardona, 2022), os quais fazem parte do grupo de pesquisa *Información, Conocimiento y Sociedad*, vinculado à *Escuela Interamericana de Bibliotecología*, onde já se indicou que Duque Cardona leciona. Entender a que esse programa de pesquisa se propõe possibilita uma compreensão mais holística dos conceitos de LEO que serão expostos abaixo: é possível vislumbrar o projeto de Biblioteconomia, a visão de mundo, a que estas pesquisas científicas estão apontadas.

Dois termos são centrais nesse entendimento, “*Abya-Yala*” e “*Sur*”: este, grafado com letra maiúscula, refere-se a adotar-se uma perspectiva centrada nas epistemologias do Sul, conceito de Boaventura de Souza Santos, mas também negras, feministas, camponesas e dos diversos povos indígenas desse território (Duque Cardona, 2018; Duque Cardona; Restrepo-Fernández; Velásquez-Yepes, 2021) — como uma aposta no desenvolvimento da Biblioteconomia como ciência na América Latina, voltada ao fortalecimento do caráter social da biblioteca pública (Duque Cardona, 2018) —; e aquele, palavra na língua do povo Kuna — que hoje ocupa o Panamá e o oeste da Colômbia —, precedente à invasão colonial, que designa todo o continente americano (Duquino Rojas, 2023; López-Hernández, 2004), implica o compromisso epistêmico com a decolonialidade. Considerando, de forma ampla, a destruição e o saqueio dos bens materiais dos povos ameríndios, bem como sua submissão forçada ao pensamento ocidental⁷⁷, e especificamente, que “a CI e a Biblioteconomia vem privilegiando [...] a cultura escrita por mais de 400 anos e há pouco mais de uma década permitiu-se a entrada da cultura oral”⁷⁸ (Duque Cardona; Restrepo-Fernández; Velásquez-Yepes, 2021, p. 46, tradução nossa), trata-se de tornar essas epistemologias protagonistas: “reconhecer a riqueza cultural que habita na tradição oral milenária de Abya-Yala, o qual significa reconhecer bibliotecas humanas, livros vivos, memórias emergentes e narrativas diversas para além do código alfanumérico”⁷⁹ (Duque Cardona; Restrepo-Fernández; Velásquez-Yepes, 2021, p. 47, tradução nossa). Não quer dizer, é importante ressaltar, relegar os produtos científicos das nações europeias e anglosaxãs; mas

⁷⁷ Cf. capítulo 2.

⁷⁸ “en la CI y la bibliotecología han privilegiado para Abya-Yala la cultura escrita por más de 400 años y hace un poco más de una década se ha permitido la entrada de la cultura oral” (Duque Cardona; Restrepo-Fernández; Velásquez-Yepes, 2021, p. 46).

⁷⁹ “reconocer la riqueza cultural que habita en la tradición oral milenaria de Abya-Yala, lo cual significa reconocer bibliotecas humanas, libros vivos, memorias emergentes y narrativas diversas más allá del código alfanumérico” (Duque Cardona; Restrepo-Fernández; Velásquez-Yepes, 2021, p. 47).

dar lugar a outras formas de produzir conhecimento, de ser e de se relacionar com o mundo (Duque Cardona, 2019; Duque Cardona; Mazón Zuleta, 2020; Duque Cardona; Restrepo-Fernández; Velásquez-Yepes, 2021).

Esta tentativa de reinterpretação da instituição “Biblioteca”, sob o prisma que acaba de ser exposto, alia interdisciplinarmente o estudo da linguagem na Biblioteconomia à Sociologia, Pedagogia, Estudos Culturais, e Ciência Política (Duque Cardona, 2018, 2022). Mais do que integrar seu campo de estudo às Ciências Humanas ou oferecer uma linha de pesquisa, Duque Cardona aspira que suas contribuições refletiam em estruturas institucionais: “a nível nacional as políticas públicas que existem na Colômbia em relação à Cultura e Bibliotecas e similarmente tenham incidência nas orientações e diretrizes internacionais que a IFLA⁸⁰/UNESCO⁸¹ e a ALA⁸² propõem para diversas tipologias de bibliotecas”⁸³ (Duque Cardona, 2018, p. 86, tradução nossa). Prefaciado suficientemente, pode-se então partir para o esmiuçamento do esquema conceitual aventado pela autora.

⁸⁰ International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA).

⁸¹ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO).

⁸² American Library Association (ALA).

⁸³ “a nível nacional las políticas públicas que en Colombia existen respecto a la Cultura y Bibliotecas y así mismo tengan incidencia en los lineamientos y directrices internacionales que propone la IFLA/UNESCO y la ALA para diversas tipologías bibliotecarias” (Duque Cardona, 2018, p. 86).

3.2.1 Biblioteca enquanto dispositivo cultural

A noção de *dispositivo* foi desenvolvida pelo filósofo Michel Foucault, essencialmente como uma ferramenta de análise histórica (Dreyfus; Rabinow, 2013), que acabou sendo amplamente adotada pelas Ciências Sociais (Duque Cardona; Restrepo-Fernández; Velásquez-Yepes, 2021; Pieruccini, 2004). O interesse do autor, em suas próprias palavras, era de explorar “*juegos de verdad* específicos, relacionados com técnicas específicas que os Homens utilizam para entenderem a si mesmos”⁸⁴ (Foucault, 2008, p. 47, tradução nossa, grifo do autor), por isso delinear um dispositivo requer considerar não somente instituições e seus elementos materiais, mas discursos, práticas, concepções científicas e morais que os envolvem, e até o que *não se evidencia* (Foucault, 1979; Revel, 2011). Especificamente, o dispositivo é:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, *o dito e o não dito* são os elementos do dispositivo. O dispositivo é *a rede que se pode estabelecer entre estes elementos* (Foucault, 1979, p. 244, grifo nosso).

Essa conexão entre seus elementos não é estática, no entanto; Castro (2009, p. 124) ressalta que o dispositivo dita a forma como pode, ou não, se dar essa relação, podendo por exemplo “justificar ou ocultar uma prática”. Evidencia-se nesta constatação a noção de intencionalidade do dispositivo (Pieruccini, 2004), a qual, segundo Foucault (1979), corresponde sempre a uma função estratégica dominante. Isto é, sob sua concepção, o dispositivo é um mecanismo de dominação (Revel, 2011) que simultaneamente sustenta e é assentado em relações de poder e certos tipos de saber (Dreyfus; Rabinow, 2013). Abaixo, ver-se-ão atualizações e antíteses desse conceito, que considerando a incidência do *dispositivo* sobre a subjetividade dos indivíduos — este “projeta um modo de comportamento, de ser e pensar”⁸⁵ (Duque Cardona, 2019, p. 189, tradução nossa) —, reconfiguram-no para exercer uma função contra-hegemônica, ou ao menos, para combater desigualdades (Duque Cardona, 2018, 2019, 2022; Pieruccini, 2004; Sales; Garcez, 2021).

Antes de conhecê-los, é preciso descrever mais uma ideia foucaultiana, para evitar precipitações inadequadas. Tratando-se de uma análise histórica, o dispositivo relaciona-se

⁸⁴ “*juegos de verdad* específicos, relacionados con técnicas específicas que los hombres utilizan para entenderse a sí mismos” (Foucault, 2008, p. 47)

⁸⁵ “plantea un modo de comportamiento, de ser y pensar” (Duque Cardona, 2019, p. 189).

com os estratos: os quais “são *formações históricas* [...] ‘Camadas sedimentares’, eles são feitos de coisas e de palavras, de ver e de falar, de visível e de disível, de *regiões de visibilidade* e *campos de legibilidade*, de conteúdos e de expressões” (Deleuze, 2005, p. 57, grifo nosso). Essas gradações mencionadas por Deleuze (2005), e que se combinam variavelmente a cada estrato, são o elemento decisivo na divisão das categorias elencadas por Duque Cardona (2019, 2022) em sua Tese, onde as denomina de *curvas de visibilidade* e *curvas de enunciação*⁸⁶: fundamentalmente, observa-se por meio dessas nuances o supramencionado efeito de evidenciação ou invisibilização seletiva (Duque Cardona, 2022). Neste sentido, não se deve deixar confundir com a nomenclatura *visibilidade*, uma vez que estas “não se definem pela visão, mas são complexos de ações e paixões, de ações e de reações, de complexos multissensoriais que vêm à luz” (Deleuze, 2005, p. 68). Mais especificamente, as visibilidades:

não são formas de objetos, nem mesmo formas que se revelariam ao contato com a luz e com a coisa, mas formas de luminosidade [...], *não são imediatamente vistas nem visíveis*. [...] a condição à qual a visibilidade se refere não é, entretanto, a maneira de ver um sujeito: o próprio sujeito que vê é um lugar na visibilidade, um função derivada da visibilidade. [...] [A visibilidade é], antes de mais nada, formas de luz que distribuem o claro e o obscuro, *o opaco e o transparente*, o visto e o não visto (Deleuze, 2005, p. 62, 66, grifo nosso).

Similarmente, as expressões também não são instantaneamente apreciáveis, requerem a devida investigação para decifrá-las: “[Os enunciados] nunca estão ocultos, e no entanto não são diretamente legíveis, sequer dizíveis [...]; [por meio da análise qualificada] ele está visível, e diz tudo [...] basta saber ler, por mais difícil que seja” (Deleuze, 2005, p. 62-63). Essas duas categorias aparecerão na sistematização de Duque Cardona (2018) ao passo que a pesquisadora configura a biblioteca como *dispositivo cultural* — especificação oferecida por Deleuze — por ser “uma instituição milenária, não alheia à desigualdade, que conserva a história da humanidade e um capital cultural letrado”⁸⁷ (Duque Cardona, 2019, p. 173, tradução nossa). Essa premissa desdobra-se através das ditas *curvas*, implicando em uma série de outros conceitos:

[Compreender] a biblioteca como um dispositivo cultural implica perguntar-se pelos seus *lugares de enunciação*, especificamente as

⁸⁶ Cf. Esquema 1.

⁸⁷ “una institución milenaria, no ajena a la desigualdad, que conserva la historia de la humanidad y un capital cultural letrado” (Duque Cardona, 2019, p. 173).

linguagens políticas que definem substancialmente o propósito de um projeto bibliotecário e com isso as *tecnologias de poder*, que neste caso particular correspondem às práticas de leitura, escrita e oralidade — LEO — e no modo em que estas se concretizam em *técnicas de dominação-emancipação* respectivamente. Este exercício foi fundamental uma vez que permitiu situar a biblioteca em relação aos sujeitos e saberes que concernem-a e esboçar respostas a respeito de que tipo de cidadão está contribuindo para formar⁸⁸ (Duque Cardona, 2018, p. 84, tradução nossa, grifo nosso).

Como pode-se observar acima, o entendimento de biblioteca como *dispositivo cultural* é a base para trabalhar as três próximas categorias discutidas por Duque Cardona (2018, 2019): linguagens políticas da leitura; LEO enquanto tecnologias do poder; e técnicas de dominação. A autora chega a afirmar que ao configurarem-se estes elementos sob a perspectiva intercultural decolonial⁸⁹, superam-se condições de opressão: “o dispositivo cultural se transforma em um artefato para revolucionar saberes, diversificar o capital cultural e promover o bem viver”⁹⁰ (Duque Cardona, 2019, p. 180, tradução nossa). No entanto, outras aplicações de *dispositivo* permeiam seus trabalhos, ainda que não recebam tamanho destaque: trata da *linguagem como dispositivo* para questionar suas relações de saber, poder e subjetividade, atrelando-a a processos de sociabilidade e memória (Duque Cardona, 2022); além de *informação como dispositivo de poder*, utilizado para subsidiar uma reflexão acerca das relações de força que envolvem os sujeitos, processos, e instituições da informação (Duque Cardona; Restrepo-Fernández; Velásquez-Yepes, 2021).

Sales e Garcez (2021) se utilizam dos entendimentos de Duque Cardona, apoiando-se especialmente no viés intercultural decolonial, para arriscar uma crítica à Biblioteca como dispositivo. Para eles, a função estratégica dominante (Foucault, 1979) da biblioteca manifestaria-se enquanto violência epistêmica, eurocêntrica, que promove a colonialidade do saber (Sales; Garcez, 2021): ao passo que a hegemonia política da classe dominante, especialmente relativa a um pensamento de indivíduos brancos, é sustentada e evidenciada

⁸⁸ “la biblioteca como un dispositivo cultural implica preguntarse por los lugares de enunciación de ésta, específicamente, los lenguajes políticos que definen sustancialmente el propósito de un proyecto bibliotecario y con ello las tecnologías de poder, que en este caso particular corresponden a las prácticas de lectura, escritura y oralidad — LEO — y el modo en que estas se concretan en técnicas de dominación-emancipación respectivamente. Este ejercicio fue fundamental una vez permitió situar la biblioteca en relación con los sujetos y saberes que le atañen y esbozar respuestas respecto a qué tipo de ciudadano está contribuyendo a formar” (Duque Cardona, 2018, p. 84).

⁸⁹ A linguagem política intercultural decolonial, nestas condições, é uma proposição original da autora, que será devidamente discutida no capítulo 3.2.2.

⁹⁰ “el dispositivo cultural se transforma en un artefacto para revolucionar saberes, diversificar el capital cultural y promover el buen vivir” (Duque Cardona, 2019, p. 180).

por acervos, ações e espaços; saberes relativos a grupos não-hegemônicos, assim como seus próprios sujeitos, são invisibilizados e excluídos da biblioteca (Sales; Garcez, 2021). Os autores propõem, então, a noção de *contradispositivo* com função estratégica decolonial, baseado na “afirmação e na construção de um processo de visibilização epistêmica (antes invisível) que promova a coexistência de diferentes perspectivas e *movimente os holofotes dos protagonismos*” (Sales; Garcez, 2021, p. 189, grifo nosso). A superação do atual *dispositivo* formado em torno da biblioteca, pautado no entendimento que tentativas de aprimorá-lo acabam por tornar-se contraproducentes, não é uma resolução incomum nesta área (Duque Cardona, 2018, 2019; Pieruccini, 2004; Sales; Garcez, 2021) — uma vez que a tendência do dispositivo é assimilar aspectos dissonantes, negativos, e convertê-los em robustezas (Castro, 2009; Foucault, 1979).

O *contradispositivo*, então, “de modo algum negará os dispositivos, mas [...] tentará superá-los pela intempestividade, pelas fissuras, por meio daquilo que pode os tornar mais porosos e menos poderosos” (Sales; Garcez, 2021, p. 199): para isto, o grupo privilegiado, ao qual deve pertencer ao invés de servir, é o não-público — ao invés do público já consolidado, ou mesmo do público em potencial —, aqueles que foram sistematicamente invisibilizados não só nas bibliotecas, mas de forma geral; em relação à sua disposição, os autores defendem a “não-exclusividade” de concepção às instituições oficiais, submetendo suas estruturas, regras, sistemas, funcionamento, e coleções às determinações também do não-público e dos usuários; além da “imprevisibilidade”, fruto da constância do diálogo, uma biblioteca em movimento permanente, aberta a alterar seus métodos consolidados para representar e dar voz ao que foi silenciado (Sales; Garcez, 2021). Em suas próprias palavras:

Se sua estrutura, seu funcionamento e seus elementos não estiverem previamente definidos, mas sim em constante fazer, desfazer e refazer, ecoando desejos de existências humanas diversas que ali estão ou possam estar, provavelmente a biblioteca será atravessada por ditos e não-ditos plurais e interculturais (Sales; Garcez, 2021, p. 202).

Deve-se comentar, no entanto, que para além de uma questão semântica, os autores não parecem de fato ultrapassar o dispositivo. Ainda que apresentem questões conceituais que merecem ser consideradas, em especial no que diz respeito à administração da Biblioteca, não há desenvolvimento suficiente para afirmar que o *contradispositivo* é capaz de desvencilhar-se do *dispositivo*. O que se observa é que as teorias mais sólidas na Biblioteconomia visam uma alteração estrutural do dispositivo: ainda que se passe a apoiar

em novos paradigmas, não há a intenção de desmontá-lo (Duque Cardona, 2018, 2019; Pieruccini, 2004).

Pieruccini (2004), então, aponta que o *dispositivo*, por meio de sua influência sobre a interioridade dos sujeitos, age como mecanismo de organização da realidade; de forma que a interação com os dispositivos há de ocorrer pautada por suas próprias regras, seus modos internos de funcionamento. Isto é: “não apenas expressam como também *definem*, por meio dos discursos implícitos em sua configuração, modos de relação entre os sujeitos e o universo simbólico (documentos, registros, informações e conhecimento) que guardam” (Pieruccini, 2004, p. 36, grifo do autor). A professora trabalha, então, com a noção de *dispositivo informacional*, que centram-se na informação, e criam códigos, desenvolvem linguagens para representá-la e organizá-la — as quais tornam-se cada vez mais intrincadas em uma sociedade *mediatizada*, em que se produz informação em velocidades vertiginosas —: a questão, a partir disso, deixa de ser somente a capacidade individual de assimilar informações; “apropriar-se dele [do conhecimento] é apropriar-se também dos dispositivos, com seus saberes e lógica próprias” (Pieruccini, 2004, p. 36).

A autora afirma que novos dispositivos devem ser constituídos a partir desses critérios: a apropriação da informação, tanto a disponível nos seus objetos culturais quanto a produzida pelo próprio dispositivo, no entanto, não será possível sem esforço institucional pelo diálogo; manter um caráter autoritário, monológico, onde “há uma repartição nítida entre quem fala e quem apenas ouve, quem manda e quem obedece, quem define as regras e quem as deve apenas aceitar” (Pieruccini, 2004, p. 50), resulta em usuários perdidos, sem rumo na Biblioteca. Propõe, assim, um *dispositivo informacional dialógico* pautado pela dialogia, em que há flexibilidade e abertura nas relações entre produção, mediação e usuários (Pieruccini, 2004).

3.2.2 Linguagens políticas da leitura

Duque Cardona se apoia nas noções desenvolvidas por Álvarez Zapata (2003) sobre linguagens políticas da leitura para determinar três conjuntos de valores sociais que intencionam a Biblioteca e as práticas de LEO, defendendo em seguida uma quarta linguagem política alinhada aos conceitos trabalhados em seu Doutorado (Duque Cardona, 2018, 2019, 2022; Duque Cardona; Mazón Zuleta, 2020). Para o pesquisador, é possível conectar as correntes intelectuais políticas, ou linguagens políticas, à leitura e a escrita — a ausência da oralidade nesta sistematização é uma das críticas de Duque Cardona (2019) — a partir do papel que foi historicamente proporcionado a essas práticas, isto é, de suas relações com o poder e propostas pedagógicas (Álvarez Zapata, 2003). A partir de cada categoria, formam-se então os discursos políticos sobre a leitura:

da mesma maneira como os grandes discursos políticos podem estabelecer direcionamentos e modelos específicos de formação cidadã, pode-se dizer que também dão um lugar particular à leitura dentro desses ideais e modelos. [...] os discursos políticos construídos em qualquer época sobre a leitura refletem e moldam, simultaneamente, os imaginários, os sentidos e as intencionalidades característicos desta época. Poderia falar-se, em consequência, da existência de *Discursos Políticos sobre a Leitura* que configuram as dimensões sociais, educativas, culturais e econômicas do momento histórico em que se produzem e lançam seus efeitos ao futuro. Em particular, poderia dizer-se que tais *discursos* acompanham, justificam e sustentam ideologicamente a integração da leitura como meio e veículo nos processos de formação cidadã⁹¹ (Álvarez Zapata, 2003, p. 24-25, tradução nossa, grifo do autor).

Apesar desta distinção teórica — as classes a seguir são especificamente, como Álvarez Zapata (2003) prefacia, discursos sobre a leitura —, tanto o autor (Álvarez Zapata, 2003) quanto Duque Cardona (2018, 2019, 2022) dão preferência à utilização do termo *linguagens políticas da leitura*. Pode-se estender essa ideia à LEO ao retomarem-se os conceitos atrelados ao dispositivo foucaultiano e as formulações supramencionadas⁹²: se as linguagens políticas expressam-se nas curvas de *enunciação* — ou campos de legibilidade —

⁹¹ “de la misma manera como los grandes discursos políticos pueden establecer direccionamientos y modelos específicos de formación ciudadana, puede decirse que también dan un lugar particular a la lectura dentro de esos ideales y modelos. [...] los discursos políticos construidos en cualquier época sobre la lectura reflejan y moldean, simultáneamente, los imaginarios, los sentidos y las intencionalidades característicos de esa época. Podría hablarse, en consecuencia, de la existencia de *Discursos Políticos sobre la Lectura* que configuran las dimensiones sociales, educativas, culturales y económicas del momento histórico en que se producen y lanzan sus efectos al futuro. En particular, podría decirse que tales *discursos* acompañan, justifican y sustentan ideológicamente la integración de la lectura como medio y vehículo en los procesos de formación ciudadana” (Álvarez Zapata, 2003, p. 24-25, grifo do autor).

⁹² Cf. capítulo 3.2.1.

do dispositivo, por determinarem certas evidenciações e invisibilizações em favor de uma subjetividade correspondente a um projeto político; estas alteram regiões de *visibilidad*e através da sua influência sobre as práticas de LEO (Deleuze, 2005; Duque Cardona, 2019, 2022; Duque Cardona; Mazón Zuleta, 2020). Para Duque Cardona e Mazón Zuleta (2020), essa é uma importante relação para ser trabalhada no campo da Memória, especialmente em países da América do Sul que passaram por períodos de governos autoritários, uma vez que as linguagens políticas e as práticas de LEO têm a capacidade de fortalecer ou enfraquecer princípios democráticos. Se o esquecimento pode ser uma ferramenta política oficial, recursos como a alfabetização política, a vinculação de relatos e narrativas a relações de empatia, e o desenvolvimento de uma consciência social podem, inversamente, permitir a construção de uma memória assentada nos valores das democracias (Duque Cardona; Mazón Zuleta, 2020).

A linguagem política funcional liberal atrela à leitura um sentido de ilustração do indivíduo, de forma que “dentro da ordem das ideias do projeto de modernidade ocidental, fazer-se leitor tem significado sair da marginalidade”⁹³ (Álvarez Zapata, 2003, p. 13, tradução nossa). Neste discurso, ler “se mitifica como aventura intimista”⁹⁴ (Álvarez Zapata, 2003, p. 13, tradução nossa) na qual se exercem as liberdades individuais, mas que limitam-se sobretudo à fruição estética. Isto é, a leitura torna-se uma ferramenta de alienação e controle social na medida que supõe uma reprodução cultural avessa a questionamentos (Álvarez Zapata, 2003):

A imagem do leitor como consumidor (se é voraz, ainda melhor) de discursos e imagens emblemáticas de sua própria vida [...] A leitura, assim, torna-se uma suposta marca de diferenciação social, que, não obstante, e depois de tudo, faz indivíduos funcionalmente iguais: os leitores do bestseller, os leitores do tema da moda, os leitores do autor da ocasião⁹⁵ (Álvarez Zapata, 2003, p. 26, tradução nossa).

A escrita, por sua vez, torna-se ato de criação limitado a uma elite intelectual, encarregada de perpetuar essa lógica. Neste sentido, identifica-se que o tempo livre transformado em consumo caracteriza uma das formas pela qual esta linguagem corresponde ao seu objetivo ideológico de transmitir valores e atitudes próprias das democracias liberais capitalistas (Álvarez Zapata, 2003).

⁹³ “dentro del orden de las ideas del proyecto de modernidad occidental, hacerse lector ha significado salir de la marginalidad” (Álvarez Zapata, 2003, p. 13).

⁹⁴ “se mitifica como aventura intimista” (Álvarez Zapata, 2003, p. 13).

⁹⁵ “la imagen del lector como consumidor (si es voraz, todavía mejor) de discursos e imágenes emblemáticas de su propia vida [...] La lectura, así, se vuelve una supuesta marca de diferenciación social, que, no obstante, y después de todo, hace individuos funcionalmente iguales: los lectores del bestseller, los lectores del tema de moda, los lectores del autor de ocasión” (Álvarez Zapata, 2003, p. 26).

Assentado no trabalho de Paulo Freire, então, o autor delineia três vertentes teóricas, ou derivações, dessa linguagem política: o enfoque utilitário da leitura, em que os leitores são criados somente para realizar tarefas corriqueiras, visando sua inserção no mercado de trabalho — Álvarez Zapata (2003) identifica essa vertente no discurso oficial da Organização das UNESCO, onde a alfabetização é ligada à preparação laboral e aumento da produtividade —; o enfoque desenvolvimentista cognitivo, atrelado a algumas correntes sociolinguísticas que consideram o dialogismo entre o indivíduo e o seu redor no processo de significação, porém deixam de lado a construção da criticidade através das experiências prévias dos estudantes; e o enfoque romântico, em que conflitos de gênero, raça e classe são invisibilizados em favor de uma visão afetiva da leitura, na qual supostamente todos compartilham do mesmo patrimônio cultural — uma hegemonização que evidentemente favorece a representação da classe dominante (Álvarez Zapata, 2003).

Duque Cardona (2018) entende que esta linguagem política manifesta-se no meio bibliotecário através do livro como objeto cultural privilegiado, já que a relação meramente funcional com o código alfanumérico significa o menosprezo a outros tipos de textualidades, especialmente da oralidade. Particularmente apoiando-se nos enfoques supramencionados, a autora afirma que “esta compreensão da linguagem tem implicado ideias a respeito da universalização das LEO, acreditando que estas podem e devem ser abordadas do mesmo modo com todos os sujeitos e contexto”⁹⁶ (Duque Cardona, 2018, p. 90, tradução nossa).

Já a linguagem política republicana é voltada para a construção de um sentimento de pertencimento a uma comunidade e à tradição, apoiando-se na leitura de um cânon literário — isto é, de um conjunto de obras representativas dos valores dominantes —, criando a narrativa de uma identidade nacional assentada em um passado comum e um futuro determinado (Álvarez Zapata, 2003). Essa homogeneização social, ignorante das desigualdades raciais e de classe, somada a uma limitação das representações e subjetividades permitidas (Álvarez Zapata, 2003), caracteriza um uso da linguagem voltado principalmente para ocultar — por meio de eufemismos e construções históricas fictícias —, ao invés de designar; dessa forma os direitos da maior parte da população são cerceados e impossibilita-se uma visão crítica da realidade (Rivera Cusicanqui, 2010).

Álvarez Zapata (2003) identifica essa linguagem política da leitura como a mais difundida, relacionada inclusive com o surgimento da Biblioteca Pública nos Estados Unidos

⁹⁶ “esta comprensión del lenguaje ha implicado ideas respecto a la universalización de las LEO, creyendoos que estas pueden y deben ser abordadas del mismo modo con todos los sujetos y contexto” (Duque Cardona, 2018, p. 90).

da América em meados do século XIX. Para o autor, o ato de ler, ainda que sirva a motivos distintos, assemelha-se ao funcionalismo da linguagem política anterior: próxima aos discursos românticos e conservadores, essa prática é vista como virtude pública; isto é, corresponde a um dever cidadão, uma vez que se ilustrar e manter informado são entendidos como parte central da vida política (Álvarez Zapata, 2003). Ao contrário da visão liberal, no entanto, a escrita funciona como ferramenta unificadora, em que a narração alimenta e acontece dentro dos limites do mito fundador e do futuro previsto (Álvarez Zapata, 2003).

A linguagem política crítica emancipatória, por sua vez, assenta-se na teoria crítica da Escola de Frankfurt e a derivada pedagogia crítica, em autores como Gramsci e Bakhtin, e principalmente nos trabalhos de Paulo Freire relacionados à alfabetização para a emancipação (Álvarez Zapata, 2003). Cabaluz Ducasse (2022) afirma que as pedagogias críticas latinoamericanas partem do pressuposto que a Escola — diferentemente do que se pode dizer das duas últimas perspectivas — não deve ser um território hegemônico das classes dominantes, mas um local onde diferentes perspectivas, interesses e concepções de mundo entram em confronto: no qual “se expressam as lutas contra a exploração e múltiplas formas de dominação social”⁹⁷ (Cabaluz Ducasse, 2022, p. 136, tradução nossa). Pode-se facilmente estender as noções apresentadas pelo autor, inclusive ao considerarem-se os mecanismos de igualdade propostos por Duque Cardona (2018, 2019)⁹⁸, à Biblioteca enquanto instituição com função educativa; ou seja, quando citar-se Escola abaixo, leia-se também Biblioteca.

Um aspecto que Cabaluz Ducasse (2022) ressalta sobre a Escola para as pedagogias críticas da América Latina é o foco nos processos de sistematização dos conhecimentos não-hegemônicos — para o autor, relativos à cultura popular, classe trabalhadora, comunidades indígenas e afrodescendentes —:

A partir desta perspectiva, a sistematização dos saberes e conhecimentos locais, territoriais e comunitários permite robustecer os “núcleos de bom sentido” da cultura popular e dotar de coerência interna, a história, memória e experiência daqueles sujeitos historicamente explorados, excluídos e oprimidos⁹⁹ (Cabaluz Ducasse, 2022, p. 136, tradução nossa).

É importante frisar, contudo, que não se trata de dicotomizar os saberes eruditos — ou hegemônicos — e populares. Estas pedagogias trabalham, na realidade, para permitir que

⁹⁷ “se expresan las luchas contra la explotación y múltiples formas de dominación social” (Cabaluz Ducasse, 2022, p. 136).

⁹⁸ Cf. capítulo 3.2.3.

⁹⁹ “Desde esta perspectiva, la sistematización de los saberes y conocimientos locales, territoriales y comunitarios permite robustecer los ‘núcleos de buen sentido’ de la cultura popular y dotar de coherencia interna, la historia, memoria y experiencia de aquellos sujetos históricamente explotados, excluidos y oprimidos” (Cabaluz Ducasse, 2022, p. 136).

esses grupos sociais acessem o conhecimento científico, filosófico e artístico tradicionais de forma contextualizada — mesmo para que sejam capazes de criticamente compreender a quem esses saberes beneficiam —, ao mesmo tempo em que avançam na sistematização e produção de conhecimentos próprios (Cabaluz Ducasse, 2022). Sob esta perspectiva, continua o autor, as instituições educacionais realizam um trabalho fundamentalmente político, no qual fomenta-se uma cidadania participativa, voltada a

Educar os sujeitos para poderem ser parte ativa da sociedade civil e política, isto é, a escola deve educar para a ação coletiva, para robustecer as organizações sociais, deve colaborar em processos de preparação da classe trabalhadora e os grupos subalternos para o exercício da hegemonia; articular a ação educativa com questões de classe, isto é, inscrevê-la politicamente na luta de classes para fortalecer as lutas pela hegemonia; empurrar os limites da democratização da escola em todos seus âmbitos e dimensões [...]; compreender o trabalho docente [ou bibliotecário] *não como o de um técnico, mas como o de um “intelectual coletivo”* que colabora com a organização e o desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora e dos setores dominados, e com a reconstituição dos saberes que lhes têm sido negados e expropriados¹⁰⁰ (Cabaluz Ducasse, 2022, p. 139, tradução nossa, grifo nosso).

Neste sentido, a leitura e a escrita tornam-se práticas de inclusão social e participação política, apoiando-se nas relações dos sujeitos com seu contexto, e criando processos de construção da memória não-hegemônica e recuperação da voz histórica de grupos sociais sub-representados (Álvarez Zapata, 2003; Duque Cardona, 2019). Esta linguagem, portanto, implica a aquisição da consciência do por que e para que se lê e escreve, isto é, a quais interesses a linguagem enquanto tecnologia do poder corresponde (Duque Cardona, 2019; Duque Cardona; Mazón Zuleta, 2020).

Antes de partir para a linguagem política intercultural decolonial, deve-se colocar as críticas que Duque Cardona faz ao discurso crítico emancipatório. Como já indicado, a autora preocupa-se com a falta de espaço à oralidade, característica a qual relaciona às teorias críticas eurocêntricas, e afirma que contextualizar estas concepções na América Latina deve passar pelo reconhecimento das práticas locais — considerar, portanto, as expressões das sociedades de oralidade (Duque Cardona, 2019). Em seguida, considera que as teorias

¹⁰⁰ “educar a los sujetos para poder ser parte activa de la sociedad civil y política, es decir, la escuela debe educar para la acción colectiva, para robustecer las organizaciones sociales, debe colaborar en procesos de preparación de la clase trabajadora y los grupos subalternos para el ejercicio de la hegemonía; articular la acción educativa con intereses de clases, es decir, inscribirla políticamente en la lucha de clases para robustecer las luchas por la hegemonía; empujar los límites de la democratización de la escuela en todos sus ámbitos y dimensiones [...]; comprender el trabajo docente no como el de un técnico, sino como el de un “intelectual colectivo” que colabora con la organización y el desarrollo de la conciencia de la clase trabajadora y los sectores dominados, y con la reconstitución de los saberes que le han sido negados y expropiados” (Cabaluz Ducasse, 2022, p. 139).

relacionadas à linguagem política crítica emancipatória não trabalham sob uma compreensão histórica e cultural da LEO no território: isto é, além de ignorarem expressões orais tradicionais, também não considerariam a condição de imposição colonial da escrita alfabética¹⁰¹ (Duque Cardona, 2019). Alerta, ainda, sobre uma tendência destas práticas perderem seu caráter político e tornarem-se meramente utilitárias, ou funcionais, o que aprofundaria as desigualdades sociais, ao invés diminuí-las. Para a autora, então, é primordial uma compreensão do território que seja capaz de criar tensões na ordem hegemônica intelectual e cultural; esses são, portanto, alguns dos pressupostos da linguagem política apresentada a seguir (Duque Cardona, 2019).

A linguagem política intercultural decolonial, então, compartilha de alguns pontos do discurso crítico emancipatório, porém dá ênfase à perspectiva histórica da LEO, vinculando práticas e conhecimentos desenvolvidos fora de um circuito logocêntrico (Duque Cardona, 2019; Duque Cardona; Mazón Zuleta, 2020) — uma revisão da LEO, de acordo com Duque Cardona e Mazón Zuleta (2020), sob uma ótica latinoamericana. Ou seja:

Esta linguagem é uma oportunidade para que a cultura escrita não seja a única possibilidade que se continue perpetuando nas práticas de leitura e escrita, mas que permita dar lugar a outras tecnologias do poder que procurem técnicas de emancipação, de recuperação da memória e, evidentemente, alternativas para enlaçar o fio da história e tecer possibilidades para compreender nossa realidade. [...] é uma alternativa para nos permitir sentir, criar pensamento, fazer história, trabalhar, tecer, nos comunicarmos a partir da essência do nosso ser, nosso saber, nosso território, nossa mãe terra¹⁰² (Duque Cardona, 2019, p. 180, tradução nossa).

A oralidade, então, é entendida como correlata da leitura e da escrita, observadas não somente pela suas funções linguísticas, mas também como práticas socioculturais e políticas geradoras de identidade, capazes de criar condições dialógicas de conhecimento, pelas quais se pode produzir, apropriar e promover saberes não-hegemônicos (Duque Cardona, 2019: “estabelecendo uma ponte entre a perspectiva colonial e as visões outras”¹⁰³ (Duque Cardona; Mazón Zuleta, 2020, p. 32, tradução nossa).

¹⁰¹ Cf. capítulos 3.1 a 3.1.1.

¹⁰² “Este lenguaje es una oportunidad para que la cultura escrita no sea la única posibilidad que en las prácticas de lectura y escritura continúe perpetuándose, sino que permita darle lugar a otras tecnologías de poder que procuren técnicas de emancipación, de recuperación de la memoria y, por supuesto, alternativas para enhebrar el hilo de la historia y tejer posibilidades para comprender nuestra realidad. [...] es una alternativa para permitirnos sentir, crear pensamiento, hacer historia, trabajar, tejer, comunicarnos a partir de la esencia de nuestro ser, nuestro saber, nuestro territorio, nuestra madre tierra” (Duque Cardona, 2019, p. 180).

¹⁰³ “estableciendo un puente entre la perspectiva colonial y las visiones otras” (Duque Cardona; Mazón Zuleta, 2020, p. 32).

Uma vez que já discutiu-se a definição de “decolonialidade”¹⁰⁴, resta elucidar o que a autora entende por “interculturalidade”. Duque Cardona (2018) parte da avaliação que o enfoque intercultural que vem sendo adotado na Biblioteconomia latinoamericana configura-se como uma “interculturalidade funcional”, em que há apenas um contato superficial entre diferentes culturas, porém não se consideram condições de desigualdade nestas relações. Não há, portanto, “reconhecimento do ‘outro’, uma compreensão e ressignificação do que se é, uma re existência do ‘outro’ e de si mesmo”¹⁰⁵ (Duque Cardona, 2018, p. 92, tradução nossa). A pesquisadora indica que esta ideia aproxima-se do conceito de “diversidade cultural” o que, de acordo com a definição acima, pode ser relacionado à crítica de Rivera Cusicanqui (2010) ao “multiculturalismo”, que similarmente evitaria abordar a decolonialidade, favorecendo através da homogeneidade cultural o acobertamento e perpetuação de práticas coloniais de subalternização:

sua função é suplantar as populações indígenas como sujeitos da história, converter suas lutas e demandas em ingredientes de uma reengenharia cultural e estatal capaz de submetê-las a sua [das elites] vontade neutralizadora¹⁰⁶ (Rivera Cusicanqui, 2010, p. 62, tradução nossa).

Assentando-se nas concepções de Walsh, Duque Cardona (2018, 2019) destaca a “interculturalidade crítica”, em que há o reconhecimento da condição colonial, especialmente presente nas questões raciais, atuando-se para criar relações de negociação entre culturas em posição de equidade, bem como alterar estruturas — e dispositivos¹⁰⁷ — que reproduzem desigualdades. A partir disso, as tecnologias do poder — ou seja, a LEO — tornam-se ferramentas de emancipação que evidenciam múltiplas textualidades, línguas e linguagens, fortalecendo “propostas contextualizadas com as tradições, cosmovisões e filosofias das comunidades, com o objetivo de gerar experiências mais significativas que permitam tecer diálogos interculturais”¹⁰⁸ (Duque Cardona, 2018, p. 91, tradução nossa).

No prática, a linguagem intercultural decolonial propõe um reposicionamento da Biblioteca enquanto dispositivo cultural: através da convergência de múltiplas visões de

¹⁰⁴ Cf. capítulo 2.

¹⁰⁵ “reconocimiento del ‘otro’, una comprensión y resignificación de lo que se es, una re existencia del ‘otro’ y de sí mismo” (Duque Cardona, 2018, p. 92).

¹⁰⁶ “su función es la de suplantar a las poblaciones indígenas como sujetos de la historia, convertir sus luchas y demandas en ingredientes de una reingeniería cultural y estatal capaz de someterlas a su voluntad neutralizadora” (Rivera Cusicanqui, 2010, p. 62).

¹⁰⁷ Cf. capítulo 3.2.1.

¹⁰⁸ “prouestas contextualizadas con las tradiciones, cosmovisiones y filosofías de las comunidades, con el objetivo de generar experiencias más significativas que permitan tejer diálogos interculturales” (Duque Cardona, 2018, p. 91).

mundo, em que tanto a cultura letrada hegemônica quanto as outras manifestações da palavra existem; esta “se transforma em um artefato para revolucionar saberes, diversificar o capital cultural e promover o bem viver”¹⁰⁹ (Duque Cardona, 2019, p. 180, tradução nossa). No sentido de desenvolver práticas bibliotecárias próprias da América Latina, fundadas no enfoque intercultural, Duque Cardona (2018) apresenta alguns enunciados a serem considerados:

Quadro 1 — Possibilidades bibliotecárias interculturais propostas por Duque Cardona

Possibilidades interculturais para a Biblioteca
Criar redes de trabalho bibliotecário que nutram os recursos informacionais e literários, a oferta cultural, as coleções e os espaços de formação em virtude das diversas manifestações artísticas, línguas e linguagens das comunidades.
Propiciar espaços que envolvam as comunidades com as práticas bibliotecárias em virtude de sua diversidade cultural, linguística, etária, étnica, entre outras.
Fazer uso da interculturalidade como enfoque para o planejamento e desenvolvimento das práticas bibliotecárias.
Articular os tesouros humanos vivos e as práticas de LEO, aos serviços, coleções e recursos com que as bibliotecas contam

Fonte: Duque Cardona, 2018, p. 88, tradução nossa.

¹⁰⁹ “se transforma en un artefacto para revolucionar saberes, diversificar el capital cultural y promover el buen vivir” (Duque Cardona, 2019, p. 180).

3.2.3 Mecanismos de desigualdade

Göran Therborn (2010) utiliza-se do termo *mecanismos de desigualdade* para distinguir a origem das formas de reprodução de desigualdades. Para o autor, “desigualdades são diferenças hierárquicas, evitáveis e moralmente injustificadas” (Therborn, 2010, p. 146) — isto é, implicam subordinação —, e manifestam-se em três categorias: *vital*, quando uns têm maior expectativa e qualidade de vida que outros; *existencial*, ao cercear as liberdades de certos grupos sociais, evidenciando-se comumente através de hierarquias de *status*; e *material*, na desproporcionalidade de distribuição de recursos, dividindo-se em desigualdade de acesso — à educação ou ao trabalho, por exemplo — e desigualdade de recompensa — relativa a disparidades de renda e riqueza (Therborn, 2010). O que interessa o pesquisador, no entanto, são as maneiras que essas desigualdades são criadas (Therborn, 2010); objetivo similarmente adotado por Duque Cardona (2018, 2019) sob o enquadramento das bibliotecas, por vezes referindo-se à concepção de Therborn como *técnicas de dominação*. Essas ideias são fundamentais para o trabalho da colombiana, uma vez que sua proposição de uma linguagem política intercultural decolonial assume “avançar o entendimento das LEO como práticas políticas e culturais que no contexto bibliotecário podem buscar incidir sobre a *redução das desigualdades sociais*”¹¹⁰ (Duque Cardona, 2018, p. 85, tradução nossa, grifo nosso). Dessa forma, serão apresentadas concorrentemente as reflexões de Therborn e Duque Cardona, de acordo com cada tipologia de mecanismo de desigualdade.

O distanciamento envolve o alargamento de outras desigualdades já existentes, pode-se entendê-lo a partir da imagem oferecida por Therborn (2010, p. 147), em que “algumas pessoas estão correndo à frente e/ou outros estão ficando para trás”. O pesquisador (2010) aponta este como o mecanismo mais insidioso, uma vez que por não ser imediatamente evidente, combate-se com dificuldade; alienando grupos inteiros de dimensões sociais e culturais. Essa determinação relaciona-se à discussão, já realizada, dos efeitos da imposição da escrita alfabética sobre as sociedades de oralidade a partir da colonização¹¹¹; especificamente refletida nas bibliotecas, manifesta-se em acervos e práticas que não favorecem a diversidade epistêmica (Duque Cardona, 2019):

Inicialmente, existe um distanciamento da cultura oral e uma aproximação quase que exclusivamente a uma cultura letrada e a um cânone

¹¹⁰ “avanzar en el entendimiento de las LEO como prácticas políticas y culturales que en el contexto bibliotecario pueden ir en procura de incidir en la reducción de las desigualdades sociales” (Duque Cardona, 2018, p. 85).

¹¹¹ Cf. capítulo 3.1.1.

literário eurocêntrico. E em relação aos sujeitos, não se considera nas práticas LEO na biblioteca um enfoque diferencial que permita realizar práticas contextualizadas com os sujeitos, em relação com seus saberes e seus territórios¹¹² (Duque Cardona, 2019, p. 186, tradução nossa).

A exclusão, como o nome sugere, é a impossibilitação ou dificuldade de certos grupos desfrutarem das mesmas condições de vida que outros grupos, como ocorre em um *apartheid* ou nas desigualdades laborais e políticas para as mulheres (Therborn, 2010). Se nas bibliotecas geralmente opera-se sob a perspectiva do acesso irrestrito à informação, encarar condições que excluem certo público ou material, entretanto, ainda é um desafio em questão (Almeida Júnior, 1997; Duque Cardona, 2019):

Ainda que a biblioteca seja um espaço aberto a toda a cidadania, nas coleções se excluem certos tipos de materiais bibliográficos; e as coleções de informação local [ou regional], ainda que possam existir, não são relevantes. Se excluem, em sua maioria, materiais que não fazem parte da cultura escrita e de um circuito de circulação formal da informação. Da mesma forma, ter as portas da biblioteca abertas não garante que todos os sujeitos se sintam representados nesta, nas suas coleções, programas, ou espaço, pois a biblioteca atua como um dispositivo cultural de disciplinamento onde se dita um modo de comportamento, de ser e pensar¹¹³ (Duque Cardona, 2019, p. 188-189, tradução nossa).

Therborn (2010, p. 147) identifica a hierarquia quando “as sociedades e as organizações são constituídas como escadas, com algumas pessoas empoleiradas em cima e outras embaixo” — pode-se sugerir que essa disposição sustenta também uma dificuldade intencional de mobilidade —; mas para além de sua forma organizacional, manifesta-se também enquanto *hierarquia de status social*, que ocasiona desigualdades vitais, como a maior taxa de mortalidade em posições de trabalho precárias (Therborn, 2010). Para Duque Cardona (2019), essa modalidade de hierarquia liga-se, novamente através da colonização, à suposição de superioridade da cultura escrita em relação às culturas que se baseiam na oralidade: como já discutiu-se anteriormente¹¹⁴, sob esse discurso, estas podem ser vistas

¹¹² “Inicialmente, existe un distanciamiento de la cultura oral y una aproximación casi que exclusivamente a una cultura letrada y a un canon literario eurocéntrico. Y en términos de sujetos, no se considera en las prácticas LEO en la biblioteca un enfoque diferencial que permita realizar prácticas contextualizadas con los sujetos, en relación con sus saberes y sus territorios” (Duque Cardona, 2019, p. 186).

¹¹³ “Si bien la biblioteca es un espacio abierto a toda la ciudadanía, en las colecciones se excluyen cierto tipo de materiales bibliográficos; y las colecciones de información local, aunque puedan existir, no son relevantes. Se excluyen, en su mayoría, materiales que no hacen parte de la cultura escrita y de un circuito de circulación formal de la información. Así mismo, tener las puertas abiertas de la biblioteca no garantiza que todos los sujetos se sientan representados en esta, ya sea en colecciones, programas o en el mismo espacio, pues la biblioteca actúa como un dispositivo cultural de disciplinamiento en el cual se plantea un modo de comportamiento, de ser y pensar” (Duque Cardona, 2019, p. 188-189)

¹¹⁴ Cf. capítulo 3.1.

como atrasadas, inferiores ou inválidas (Blanche-Benveniste, 2003; Ferreiro, 2003; Vivas Hurtado, 2009; Souza, 2016).

Em relação ao campo das práticas LEO e à biblioteca, os processos de hierarquização surgem inevitavelmente com o saqueio cultural sistemático realizado na América Latina. A hierarquização, em conjunto com os demais mecanismos de desigualdade, tem implicado processos recorrentes de eliminação da memória, que possibilitam perpetuar no pódio a cultura escrita. [...] assim se foi gerando uma divisão entre os *civilizados* e os *índios*, em relação com o tipo de escrita e leitura de cada povo [...]. A hierarquização destas práticas, dos mitos, das formas de transmissão da cultura gerou tensões que persistem em relação aos processos de alfabetização, de aprendizagem de outras línguas e, evidentemente, que incidiu na biblioteca e em suas práticas, na relevância dada à escrita e a um tipo particular de coleção¹¹⁵ (Duque Cardona, 2019, p. 190-191, tradução nossa, grifo do autor).

Por fim, define-se exploração como o meio pelo qual “as riquezas dos ricos derivam do trabalho árduo e da subjugação dos pobres e desfavorecidos” (Therborn, 2010, p. 147) — Duque Cardona (2019) ressalta que esse mecanismo produz nos sujeitos o desconhecimento dos seus direitos fundamentais. Ainda que o docente da Universidade de Cambridge evite mencionar este termo, nota-se que o conceito apresentado aproxima-se da ideia marxista de *mais-valia*, uma vez que a dominação pautada pelo lucro afeta as condições de vida dos trabalhadores, especialmente em regiões periféricas do sistema produtivo (Ducasse, 2022; Klachko; Arkonada, 2017; Marx, 1996):

Vimos que o trabalhador, durante parte do processo de trabalho, apenas produz o valor de sua força de trabalho, isto é, o valor dos meios de subsistência de que necessita. [...] O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário, embora lhe custe trabalho, dispêndio de força de trabalho, não cria para ele nenhum valor. Ela gera a mais-valia [...]. A taxa de mais-valia é, por isso, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista (Marx, 1996, p. 331-332).

Por contraposição aos mecanismos de desigualdade, entretanto, entende-se como *mecanismos de igualdade* as práticas de emancipação, que agem na diminuição das

¹¹⁵ “En relación con el campo de las prácticas LEO y la biblioteca, los procesos de jerarquización surgen inevitablemente con el saqueo cultural sistemático realizado en América Latina. La jerarquización, de la mano de los demás mecanismos de desigualdad, ha implicado procesos recurrentes de eliminación de la memoria, que posibilitan perpetuar en el pódium a la cultura escrita. [...] Así se fue generando una división entre los *civilizados* y los *indios*, en relación con el tipo de escritura y lectura de cada pueblo [...]. La jerarquización de estas prácticas, de los mitos, de las formas de transmisión de la cultura generó tensiones que persisten en relación con los procesos de alfabetización, de aprendizaje de otras lenguas y, por supuesto, que incidió en la biblioteca y en sus prácticas, en la relevancia dada a la escritura y a un tipo particular de colección” (Duque Cardona, 2019, p. 190-191, grifo do autor).

desigualdades: são, em respeito à ordem que foram apresentados acima, a aproximação; a inclusão; a desierarquização; e a redistribuição (Duque Cardona, 2019; Therborn, 2010). Duque Cardona (2010) trabalha com esses mecanismos fundamentalmente a partir da interculturalidade e da decolonialidade — isto é, sob a perspectiva da linguagem política que propõe —, fundindo-os com a compreensão das LEO enquanto tecnologias do poder para denominá-los *tecnologias decoloniais*, acarretando também a noção de práticas de LEO decoloniais:

São alternativas para que os modos e formas de produção de conhecimento sejam decolonizados, e se propiciem processos de recuperação da memória que apontem à decolonialidade do ser através do acesso a outro saber e do conhecimento próprio, em diálogo com as cosmogonias do Sul¹¹⁶ (Duque Cardona, 2019, p. 192, tradução nossa).

Mais do que mirar o resgate de uma herança dos saberes de Abya-Yala, Duque Cardona (2019) entende que os mecanismos de igualdade dão materialidade para uma linguagem política intercultural decolonial da LEO — isto é, são a forma como se podem instalar processos de equidade, justiça e bem viver que possibilitem a visibilização e a produção de conhecimentos plurais. Para a autora, essas alterações necessitam partir de um reposicionamento da biblioteca que privilegie um senso comunitário e a formação cidadã, unificados especificamente sob o nome de *ciudadania comunitário-cooperante* (Duque Cardona, 2019):

a constituição de bibliotecas como espaços que surjam na base, e de acordo com os *interesses e necesidades do território e seus atores*, e não somente como dispositivos estruturados por aqueles que decidem o que se deve ler, definindo de antemão o propósito desta leitura. [...] o comunitário é a essência da ação e se constitui no regresso à ancestralidade e na recuperação de modos de relacionamento milenares. O comunitário estabelece-se como uma possibilidade de resistência e re-existência, oferecendo assim a opção de outros modos de ler e escrever¹¹⁷ (Duque Cardona, 2019, p. 187, tradução nossa, grifo nosso).

¹¹⁶ “son alternativas para que los modos y formas de producción de conocimientos sean decolonizados, y se propicien procesos de recuperación de la memoria que apunten a la decolonialidad del ser a través del acceso a otro saber y del conocimiento propio, en diálogo con las cosmogonías del Sur” (Duque Cardona, 2019, p. 192).

¹¹⁷ “la constitución de bibliotecas como espacios que surjan en la base, y de acuerdo con los intereses y necesidades del territorio y sus actores, y no solo como dispositivos estructurados por quienes deciden qué se debe leer, definiendo de antemano el propósito de esa lectura. [...] o comunitario es la esencia de la acción y se constituye en el regreso a la ancestralidad y a la recuperación de modos de relacionamiento milenarios. Lo comunitario se establece como una posibilidad de resistencia y re-existencia, y con ello brinda la opción de otros modos de leer y escribir” (Duque Cardona, 2019, p. 187).

Uma contribuição importante que Duque Cardona (2019) faz, então, é oferecer propostas — autorais, para além de referir-se a resoluções da IFLA — de mecanismos de igualdade, entendidos também como ações afirmativas, que possam ser efetivamente implementados em bibliotecas. Abordando primeiro a aproximação, que opõe-se ao distanciamento ao criar compensações ou diminuição de desproporcionalidades (Therborn, 2010), a pesquisadora destaca que para evitar que essas ações limitem-se como paliativas, ou mesmo tornem-se discriminatórias, é necessário dar centralidade às organizações sociais de base, legitimadas socialmente; uma vez que estas já estariam promovendo formas alternativas de compreender, estar e construir a sociedade (Duque Cardona, 2019). Esta noção, de construir soluções por baixo, ao invés de impô-las verticalmente, permeiam as sugestões da autora (Quadro 1).

Quadro 2 — Mecanismos de igualdade por aproximação propostos por Duque Cardona

Mecanismos de igualdade por aproximação
Repensar a institucionalidade da biblioteca para além da transformação de seus serviços, programas e coleções — ainda que estes devam transformar-se —, na procura da reinvenção da biblioteca como um espaço de memória, um território onde as transformações sociais tenham lugar.
Alterações nas políticas públicas de biblioteca, leitura, escrita e oralidade, ampliando a compreensão de biblioteca e em virtude de suas funções sociais e seu imenso potencial de redução das desigualdades sociais.
Novas compreensões do lugar e modos de relacionamento dos bibliotecários e leitores, como agentes ativos que se apropriam dos espaços culturais, da memória constituindo-se como cidadãos, não só em virtude do acesso à informação ou das práticas de LEO em que participam, mas também pela possibilidade de interação entre eles mesmos, o que poderia levá-los a um reconhecimento da sociedade, em termos da pluralidade, diversidade e diferença, que não dividem mas enriquecem.
Fazer da biblioteca um território da experiência, de encontro com outros e com suas experiências, um espaço da memória viva que vai além dos serviços e coleções, pois estes constituem-se apenas como recursos, como meios para a educação, a cultura e a vida.
Ampliar o panorama das coleções bibliográficas para aproximar-se da produção cultural escrita de criadores não-europeus ou anglosaxões, a fim de gerar uma perspectiva crítica e histórica que nos permita recuperar as raízes de Abya-Yala. Expandir o panorama dos recursos bibliográficos implica não somente ampliar coleções, mas também dar lugar a outras formas de compreender e conhecer o mundo.
Aproximar-se de leituras e escritas plurais a fim de estabelecer a leitura, a escrita e a oralidade como correlatos e reconhecer a riqueza cultural que habita na tradição oral milenária de Abya-Yala, o que significa reconhecer bibliotecas humanas, livros vivos, memórias emergentes e narrativas diversas para além do código alfanumérico.
Fazer uso de enfoques territoriais e diferenciais para aproximar-se da realidade social e do contexto a que a biblioteca responde, a fim de não homogeneizar o saber e revolucionar saberes eurocêntricos e

coloniais.

Gerar uma aproximação com as comunidades que habitam a biblioteca, e com isso uma redistribuição de recursos, para criar processos e práticas LEO diferenciais que ajam em favor da igualdade. [...] com o propósito de recuperar o valor do comunitário como elemento essencial na diminuição das desigualdades sociais e, conseqüentemente, no bem viver.

Fonte: Duque Cardona, 2019, p. 187-188, tradução nossa.

Já a inclusão funciona pela diminuição das barreiras impostas a grupos sociais, garantindo direitos e favorecendo a emancipação (Duque Cardona, 2019; Therborn, 2010); significa, no contexto em que se trabalha, “reconhecer [e legitimar] a pluralidade e diversidade dos sujeitos e das LEO, possibilitando incluir diversidades de línguas, linguagens, códigos e textos”¹¹⁸ (Duque Cardona, 2018, p. 91, tradução nossa). Esse mecanismo tem especial funcionalidade por simultaneamente afetar mais duas desigualdades além de seu próprio correlato: uma vez dado que a exploração aproveita-se das hierarquias de *status* — “para esta exploração a hierarquia de status é fundamental uma vez que está em termos de leitura, escrita e bibliotecas, e se encontra ligada a uma cultura ilustrada, a uma cultura letrada”¹¹⁹ (Duque Cardona, 2019, p. 190, tradução nossa) —; a inclusão evidencia essas relações, possibilitando seus desmantelamentos (Duque Cardona, 2019; Therborn, 2010)

As propostas da pesquisadora para este mecanismo de igualdade (quadro 2) objetivam, a partir das bibliotecas, contribuir com as lutas sociais por meio de um assentamento dos conhecimentos sobre a realidade econômica e política, facilitar processos de reivindicação, e reconhecimento das dinâmicas capitalistas de estratificação de classes e hierarquia de *status* (Duque Cardona, 2019).

Quadro 3 — Mecanismos de igualdade por inclusão propostos por Duque Cardona

Mecanismos de igualdade por inclusão
Realizar a formulação de programas e serviços com os sujeitos permite incluir no processo real as pessoas que serão seus usuários, partindo de um reconhecimento de suas necessidades e experiências.
Incluir nas coleções informação local, ao mesmo nível que a coleção, implica gerar um reconhecimento e articulação dos saberes próprios do contexto onde se situa a biblioteca.
Incluir na programação e nos serviços atividades com um enfoque diferencial, o que possibilita a inclusão de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e que não fazem parte da biblioteca e suas atividades.

¹¹⁸ “reconocer la pluralidad y diversidad de los sujetos y de las LEO, dando posibilidad a incluir diversidad de lenguas, lenguajes, códigos y textos” (Duque Cardona, 2018, p. 91).

¹¹⁹ “Para esta explotación la jerarquía de estatus es clave una vez que está en términos de lectura, escritura y bibliotecas, y se encuentra ligada a una cultura ilustrada, a una cultura letrada” (Duque Cardona, 2019, p. 190).

Fazer da oralidade um correlato da leitura e da escrita, incluindo-a nas atividades de formação de leitores, de promoção de leitura e de animação de leitura.

Fonte: Duque Cardona, 2019, p. 189, tradução nossa.

Ainda que estejam entrelaçados ao último mecanismo, a autora chega a tecer alguns comentários individuais sobre a desierarquização e a redistribuição. O primeiro envolve a valorização das sociedades de oralidade e suas expressões comunicativas (Gruzinski, 1991; Lienhard, 1990; Souza, 2016; Vivas Hurtado, 2009), compreendendo a situação hegemônica da palavra escrita (Perrotti, 2016): “Atualmente, o maior desafio é desierarquizar estas ideias para aproximar-se de outros modos de ler e escrever, incluindo diversos textos, sujeitos e saberes”¹²⁰ (Duque Cardona, 2019, p. 191, tradução nossa). A redistribuição, por sua vez, é atrelada principalmente à questão da alfabetização crítica, já que a exploração acomete os setores de menor escolaridade; seria papel da biblioteca e das práticas de LEO atuar na formação da consciência crítica (Duque Cardona, 2019);

Deste modo, o mecanismo de redistribuição se articula com os processos de reorganização dos recursos, programas e serviços [da biblioteca], com a esperança de garantir outras formas de acesso ao conhecimento e à cultura que funcionem em prol de ampliar o capital cultural, e não somente de perpetuar um [capital] hegemônico¹²¹ (Duque Cardona, 2019, p. 190, tradução nossa).

¹²⁰ “actualmente, el reto mayor es desjerarquizar estas ideas para aproximarse a otros modos de leer y escribir, a incluir diversos textos, sujetos y saberes” (Duque Cardona, 2019, p. 191).

¹²¹ “De este modo, el mecanismo de redistribución se articula con los procesos de reorganización de los recursos, programas y servicios, con la esperanza de garantizar otras formas de acceso al conocimiento y a la cultura, que vayan en pro de ampliar el capital cultural y no solo de perpetuar uno hegemónico” (Duque Cardona, 2019, p. 190)

3.2.4 LEO como tecnologias do poder

Duque Cardona (2019, p. 173, tradução nossa) postula que as práticas de LEO “entendidas como tecnologias do poder, podem ser consideradas como alternativas na redução de desigualdades sociais”¹²², desde que estejam voltadas à emancipação e sejam combinadas a mecanismos de igualdade. O salto de uma *prática* para uma *tecnologia* de acordo com as definições foucaultianas¹²³, no entanto, requer um esmiuçamento maior: aquela deve ser condicionada à posse de estratégia e tática, ou à sua relação entre meios e fins, para tornar-se *tecnologia* (Castro; Xavier, 2009). Se entende-se que “a estratégia consiste em fixar, numa determinada etapa [...] a direção [...], em elaborar um plano correspondente de disposição das forças [...] e em lutar pela execução desse plano durante todo o curso dessa etapa” (Stalin, 2008, p. 128), pode-se atrelá-la aos objetivos emancipatórios e, especificamente, à adoção de determinada linguagem política da leitura¹²⁴, como sugere Duque Cardona (2018, 2019). Similarmente, se determina-se que “a tática tem por objeto fixar a linha de conduta [...] para um período relativamente curto [...], a tática persegue os objetivos menos essenciais, [...] é uma parte da estratégia; a ela está subordinada e a serve” (Stalin, 2008, p. 132), pode-se associá-la aos mecanismos de igualdade¹²⁵, também chamados de ações afirmativas, que contribuem de forma mais imediata para a redução de certa desigualdade, mas são determinados pelas linguagens políticas (Duque Cardona, 2019) — portanto, pela estratégia. Foucault (2008) delimita quatro tipos específicos de tecnologias, que implicam formas diferentes de dominação dos modos de pensar e agir: tecnologias de produção; tecnologias dos sistemas de signos; tecnologias do eu; e tecnologias do poder. Estas últimas, que o autor destaca serem de especial interesse para sua pesquisa, “determinam a conduta dos indivíduos [...] e consistem em uma objetivação do sujeito” (Foucault, 2008, p. 48).

Resta, ainda, analisar seu segundo componente para compreendê-las plenamente. O aspecto disciplinar do poder, para o filósofo, não está em uma dimensão repressiva ou destrutiva, ao contrário, está assentado em relações de forças de caráter produtivo (Deleuze, 2005; Guimarães, 2019). O poder, entretanto, não trata de outra matéria senão o poder, está em constante relação de poderes, pela qual se exerce e incita: “ele produz verdade, enquanto faz ver e faz falar. Ele produz verdade enquanto problema” (Deleuze, 2005, p. 90). Duque

¹²² “entendidas como tecnologías de poder, pueden ser consideradas como alternativas en la reducción de las desigualdades sociales” (Duque Cardona, 2019, p. 173).

¹²³ Como já se estabeleceu, a autora baseia suas categorias teóricas no conceito de dispositivo, proposto por Foucault, cf. capítulo 3.2.

¹²⁴ Cf. capítulo 3.2.2.

¹²⁵ Cf. capítulo 3.2.3.

Cardona (2018, 2019, 2022) então propõe observar a LEO como tecnologia do poder, uma vez que pode, de acordo com a orientação política dos seus discursos, estimular igualdades ou desigualdades. Isto é:

São compostas, tanto do material empírico: da prática [a tática], como dos discursos [a estratégia] em que se fundam, particularmente as linguagens políticas da leitura. Estas podem ser consideradas tecnologias ao serem elementos que sustentam certos discursos políticos (neoliberalismo) e econômicos (capitalismo) em relação ao propósito das práticas de leitura e escrita¹²⁶ (Duque Cardona, 2022, p. 3, tradução nossa).

Sob esta ótica, pode-se voltar a olhar para o já discutido processo de colonização, agora compreendendo a leitura e a escrita como “umas das principais tecnologias que o projeto [...] invasor utiliza para submeter as comunidades”¹²⁷ (Duque Cardona, 2019, p. 192, tradução nossa), produtoras de profundas alterações culturais e de individualidades¹²⁸. Efeito similar ao exercido pela oralidade enquanto tecnologia de poder europeu, tanto pela descontextualização das práticas autóctones (Duque Carona, 2019), quanto por sua desvalorização frente à escrita alfabética (Lienhard, 1990; Vivas Hurtado, 2009). Para Duque Cardona (2019), compreender as LEO como tecnologias do poder voltadas à emancipação é uma alternativa a este projeto colonial: colocá-las em relação “bidirecional, dialógica e sinérgica com o sujeito”¹²⁹ (Duque Cardona; Mazón Zuleta, 2020, p. 25, tradução nossa) evidencia suas tendências subjacentes, e favorece uma multiplicidade narrativa; isto é, passa a ordenar-se pelo comunitário, não mais pelo hegemônico (Duque Cardona, 2022; Duque Cardona; Mazón Zuleta, 2020). Outra forma de abordar as intencionalidades das tecnologias de LEO encontra-se no campo da ideologia, uma vez que esta regula tanto os propósitos da palavra quanto como justificam-se socialmente os seus usos: sejam funcionais, como alfabetização para capacitação laboral; ou críticos, como a ampliação da cidadania (Duque Cardona, 2022). De acordo com a autora: “O ideológico como estrato da leitura implica um conjunto de crenças e valores que tensionam saber, poder e subjetividade a favor de algo que muitas vezes desconhecemos”¹³⁰ (Duque Cardona, 2022, p. 9, tradução nossa). A linguagem

¹²⁶ “Se componen, tanto del material empírico: de la práctica, como de los discursos en que se fundan, particularmente los lenguajes políticos de la lectura. Estos pueden considerarse una tecnología al ser elementos que sustentan ciertos discursos políticos (neoliberalismo) y económicos (capitalismo) en relación con el propósito de las prácticas de lectura y escritura” (Duque Cardona, 2022, p. 3).

¹²⁷ “unas de las principales tecnologías que usa el proyecto [...] invasor para someter a las comunidades” (Duque Cardona, 2019, p. 192).

¹²⁸ Cf. capítulo 3.1 e 3.1.1.

¹²⁹ “bidireccional, dialógica y sinérgica con el sujeto” (Duque Cardona; Mazón Zuleta, 2020, p. 25).

¹³⁰ “Lo ideológico como estrato de la lectura implica un conjunto de creencias y valores que tensionan saber, poder y subjetividad a favor de algo que muchas veces desconocemos” (Duque Cardona, 2022, p. 9).

política intercultural decolonial proposta pela autora¹³¹, sob a perspectiva ideológica, volta-se exatamente para reverter essa condição: a LEO como tecnologias do poder que contribuem concomitantemente para evidenciar o que e a que fim se lê, tornam-se tecnologias da liberdade (Duque Cardona, 2018, 2019). Uma reconfiguração das tecnologias que habitam a biblioteca a partir da interculturalidade, privilegiando uma construção comunitária, transformam-na

em um refúgio e fonte de conhecimento para pessoas de qualquer idade, que brinda diversas opções, para além da leitura ou consulta de livros: promovendo espaços para a socialização; espaços para investir o tempo livre, lugares para o acesso a fontes seguras de informação, mais ampla e confiável. Talvez por isso, a produção de sentidos tenha lugar, uma vez que não somente se concebe a biblioteca como uma infraestrutura, mas como um elemento relevante para a comunidade, com o qual seu lugar como dispositivo produtor de sentido é dado pelos sujeitos¹³² (Duque Cardona, 2020, p. e12/8, tradução nossa).

Dando um passo à frente, uma vez que as publicações da autora caracterizam a LEO como peças estruturantes da linguagem, chega-se a trabalhar com esta como uma tecnologia do poder em si (Duque Cardona, 2022; Duque Cardona; Restrepo-Fernández; Velásquez-Yepes, 2021) — da mesma forma que apesar do foco de seus trabalhos consideram a biblioteca como dispositivo cultural, também aproveita-se das concepções envolvidas para analisar a linguagem enquanto tal¹³³ (Duque Cardona, 2022). A autora classifica, então, a palavra — leia-se “linguagem” — como a tecnologia favorecida nas negociações em comunidade, isto é, nos processos de mediação que pressupõem a centralidade da memória, conhecimentos e formas de organização de cada realidade específica (Duque Cardona, 2022). Nesse sentido, a linguagem como tecnologia do poder

contribui a perpetuar e/ou revolucionar o capital cultural e, neste sentido, os processos de mediação da linguagem dados em Unidades de Informação (UI) incidem na desigualdade social possibilitando ou censurando acesso à informação, e com isso a ativação de certos tipos de memória. [...] implica possibilidades importantes de revelar as relações de saber, subjetividade e poder, em relação com a memória e a informação,

¹³¹ Cf. capítulo 3.2.2.

¹³² “en un refugio y fuente de conocimiento para personas de cualquier edad, que brinda diversas opciones, más allá de la lectura o consulta de libros: promoviendo espacios para la socialización; espacios para invertir el tiempo libre; lugares para el acceso a fuentes seguras de información, más amplia y confiable. Tal vez por ello, la producción de sentidos en esta tenga cabida, una vez que no solo se concibe la biblioteca como una infraestructura, sino como un elemento relevante para la comunidad, con lo cual su lugar como dispositivo productor de sentidos es dado por los sujetos” (Duque Cardona, 2020, p. e12/8).

¹³³ Cf. capítulo 3.2.1.

mediadas pela linguagem, que acontecem em espaços como as bibliotecas¹³⁴ (Duque Cardona; Restrepo-Fernández; Velásquez-Yepes, 2021, p. 50, tradução nossa).

Da mesma forma que aplicou-se à LEO, sugere-se observar o estrato ideológico que envolve a linguagem enquanto tecnologia (Duque Cardona, 2022). Entendida por sua capacidade de moldar saberes e sujeitos, portanto a própria realidade, a ideologia da palavra manifesta-se como as linguagens políticas da LEO; que devem, de acordo com a pesquisadora, basear-se na escuta e no diálogo para instaurar processos democráticos de justiça social (Duque Cardona, 2022). Destaca-se, diante desta noção, o papel dos mediadores, ou de forma mais geral o que se chamam de práticas de educação leitora, que trabalhem em favor das referidas mudanças:

Conceber neste estrato [...] as dimensões culturais e políticas da LEO, provê ferramentas a mediadores de leitura para encontrar na linguagem um artifício onde construir a realidade, pois posteriormente os significados e realidades incorporados neste estrato alimentarão os demais¹³⁵ (Duque Cardona, 2022, p. 8, tradução nossa).

¹³⁴ “contribuye a perpetuar/ y/o revolucionar el capital cultural y, en este orden de ideas los procesos de mediación del lenguaje dados en Unidades de Información (UI) inciden en la desigualdad social posibilitando o censurando acceso a la información, y con ello la activación de ciertos tipos de memoria. [...] implica posibilidades importantes de develar las relaciones de saber, subjetividad y poder, en relación con la memoria y la información, mediadas por el lenguaje que acontecen en espacios como las bibliotecas” (Duque Cardona; Restrepo-Fernández; Velásquez-Yepes, 2021, p. 50).

¹³⁵ “Concebir en este estrato [...] las dimensiones culturales y políticas de las LEO, provee herramientas a mediadores de lectura para encontrar en el lenguaje un artilugio donde construir la realidad, pues posteriormente los significados y realidades incorporados en este estrato alimentarán las demás” (Duque Cardona, 2022, p. 8).

4 EXPERIÊNCIAS DE LEO NA COLÔMBIA

Convém analisar, após ter-se apresentado um referencial teórico para a compreensão deste fenômeno, aplicações práticas da LEO na Colômbia. Evidentemente, esse tipo de discussão, mesmo pelo caráter orgânico de algumas ações — isto é, que partem de organizações civis, fora por exemplo da institucionalidade dos sistemas municipais de bibliotecas —, requer passar a apoiar-se largamente em fontes documentais ao invés de bibliográficas, como se tem feito até aqui. Deve-se, ainda, deixar em evidência que as proposições de Duque Cardona, mesmo que capacitem a análise e proposição de programas de LEO, não são necessariamente refletidas perfeitamente no conjunto dessas práticas no país. Em outras palavras, mesmo que o aspecto da interculturalidade seja valorizado pelas políticas públicas de LEO (Bogotá, 2023), não necessariamente tudo o que acontece neste âmbito assenta-se em uma linguagem política intercultural decolonial; essa deve ser, como a própria autora aponta, compreendida como “um projeto político, social, epistêmico e ético”¹³⁶ (Duque Cardona, 2019, p. 181, tradução nossa) pelo qual almeja-se.

Ao pesquisar estas experiências, depara-se essencialmente com dois campos em que a LEO se desenvolve: nas universidades; e nas políticas públicas, as quais além das bibliotecas relativas ao Estado, apoiam financeiramente iniciativas comunitárias, do setor livreiro, e de eventos (Bogotá, 2023; Medellín; Universidad de Antioquia, 2016; Ministerio de Cultura; Ministerio de Educación, 2021). Ainda que esta última categoria esteja no foco desta monografia, cabe traçar alguns comentários sobre as abordagens que vêm se adotando no ambiente universitário em relação à LEO.

De forma geral, observa-se em algumas instituições de educação superior colombianas o conceito atrelado ao desenvolvimento de habilidades comunicativas para o ambiente acadêmico, isto é, estruturam-se meios de fortalecer competências para leitura, escrita e apresentação de textos científicos. Um aspecto que se destaca é a formação de mediadores, ao que tudo indica, majoritariamente estudantes de graduação beneficiados com alguma contrapartida das instituições, especializados em oferecer assessorias individuais ou em grupo voltadas ao desenvolvimento dessas habilidades — serviço que é oferecido conjuntamente a outros mais tradicionais no escopo das unidades de informação universitárias, como orientações sobre normalização (Soares Sito; Méndez Rendón; Vázquez Ramírez, 2019; Universidad Central, 2022). Ainda que se espere certa objetividade em atividades desse tipo,

¹³⁶ “un proyecto político, social, epistémico y ético” (Duque Cardona, 2019, p. 181).

observa-se com preocupação a tendência de adoção de um discurso funcional liberal¹³⁷ nestes centros de LEO: não somente pela construção de dispositivos monológicos¹³⁸, como *websites* com recursos multimídia abordando questões de gramática, ortografia, argumentação, guias de leitura e escrita, e técnicas de apresentação oral, que sequer indicam a possibilidade de agendamento de monitorias (Universidad de los Andes, 2023); mas principalmente pelo contorno *utilitário* dado à linguagem, sob o qual se apoia o desenvolvimento de certas competências, simplesmente a fim de capacitar o estudante a acompanhar e produzir o que lhe é exigido, ou até mesmo para torná-lo mais atrativo para o mercado de trabalho (Universidad Central, 2022; Universidad de los Andes, 2023). Esta inclinação fica evidente também em relação à oralidade, que não só é atribuída menos recursos e aprofundamento teórico em comparação à leitura e — principalmente — à escrita, como limita-se seu escopo a habilidades expressivas em seminários, isto é, apresentações que em geral se referem a textos escritos (Universidad Central, 2022; Universidad de La Salle, 2023; Universidad de los Andes, 2023); uma perspectiva aquém da proposta pela interculturalidade, que como se viu durante todo este texto¹³⁹, considera o oral a partir de seus próprios termos, em suas diversas manifestações.

Neste sentido, destaca-se a proposta do *Centro de Lecturas, Escrituras y Oralidades* (CLEO) da *Universidad de Antioquia*, que se alinha melhor às concepções trabalhadas aqui — fato que se explica, em parte, por este pertencer à mesma instituição que abriga dois docentes fundamentais ao núcleo teórico desta monografia: a própria Natalia Duque Cardona¹⁴⁰, e Didier Álvarez Zapata, de quem a pesquisadora utilizou os trabalhos sobre a linguagem política crítica emancipatória para propor sua linguagem política intercultural decolonial (Duque Cardona, 2018, 2019, 2022). Nesse dispositivo entende-se o desenvolvimento das referidas competências, ou letramento acadêmico, como uma questão de *permanência estudantil*: ou seja, não meramente como uma ferramenta para adequar os estudantes às expectativas da universidade, mas partindo do reconhecimento das múltiplas culturas e linguagens que coexistem nesse ambiente, como uma forma de vincular seus contextos diversos de produção à qualidade do processo formativo (Soares Sito; Méndez Rendón; Vázquez Ramírez, 2019). A introdução ao *Programa de Educación Lectora Intercultural* ilustra esta forma de pensar que foi adotada na *Universidad de Antioquia*:

¹³⁷ Cf. capítulo 3.2.2.

¹³⁸ Cf. capítulo 3.2.1.

¹³⁹ Cf. capítulos 3.1 e 3.1.1.

¹⁴⁰ Indicou-se que a professora leciona na *Escuela Interamericana de Bibliotecología*, da *Universidad de Antioquia*, no capítulo 3.

A diversidade cultural na U[universidade], é aquilo que nos permite ser e fazer em relação com o outro, aquilo que nos possibilita o encontro: diferentes risadas, formas de nos cumprimentarmos, lugares para nos encontrarmos; desde a sala de aula até o teatro ao ar livre, a piscina ou a cafeteria. Multiplicidade de palavras, formas de nomearmos e possibilidades de escrevermos, fazem que na U[universidade] seja pouco provável nos referirmos a uma única forma de ler, escrever e falar. Nós que habitamos a alma mater, que a construímos dia a dia somos um sem-número de sujeitos que em razão de nossas experiências, culturas, mitos e ritos, vamos somando vocábulos, palavras, modismos, às formas que a linguagem tem na universidade, às diversas formas de leitura, escrita e oralidade que se tecem como correlatas na educação superior universitária¹⁴¹ (Duque Cardona *et al.*, 2017, p. 8, tradução nossa).

Apresentada a forma que se vem aplicando a LEO no ambiente acadêmico, parte-se para uma exploração das políticas públicas que tratam do assunto, destacando duas experiências a nível nacional, e duas a nível municipal.

¹⁴¹ “La diversidad cultural en la U, es aquello que nos permite ser y hacer en relación con el otro, aquello que nos possibilita el encuentro: diferentes risas, formas de saludarnos, lugares para encontrarnos; desde el aula de clase hasta el teatro al aire libre, la piscina o la cafetería. Multiplicidad de palabras, formas de nombrarnos y posibilidades de escribimos, hacen que en la U sea poco probable referirnos a una única forma de leer, escribir y hablar. Quienes habitamos la alma máter, quienes la construimos día a día somos un sinnúmero de sujetos que en razón de nuestras experiencias, cultura, mitos y ritos, vamos sumando vocablos, palabras, modismos, a las formas que tiene el lenguaje en la universidad, a las diversas formas de lectura, escritura y oralidad que se tejen como correlatos en la educación superior universitaria” (Duque Cardona et al., 2017, p. 8).

4.1 Políticas públicas de LEO

Intenciona-se, então, expor os efeitos das medidas de valor legislativo que buscam articular a LEO, e que vêm se consolidando nos últimos anos. Uma vez que já se introduziu a *Política Pública de Lectura, Escritura y Oralidad* de Bogotá, o PCLEO de Medellín, e o PNLEO, de abrangência nacional¹⁴², resta apresentar brevemente a *Política Nacional de Lectura, Escritura, Oralidad y Bibliotecas Escolares* (LEOBE). Esta gestou-se a partir do planejamento quadrienal 2019-2022 do PNLEO, em que se delineou a necessidade de criar diretrizes e ações estratégicas para fortalecer o desenvolvimento das práticas de LEO nas bibliotecas escolares (Consejo Nacional de Política Económica y Social, 2021; Ministerio de Educación, 2022a); o primeiro passo foi a aplicação do *Diagnóstico Nacional de Bibliotecas Escolares*, em que se levantaram dados quantitativos sobre a realidade destes dispositivos — quantas escolas os possuem, adequação dos espaços, características dos acervos, e a existência de bibliotecários, por exemplo —; a partir deste levantamento, somado a outros conjuntos de dados, elencaram-se problemas que deveriam ser resolvidos pela política (Ministerio de Educación, 2022a). Estruturou-se então quatro objetivos específicos para essa política:

[I)] Desenvolver e fortalecer as bibliotecas escolares nas instituições educativas do país, de tal forma que respondam às necessidades da comunidade educativa; contribuam à formação de leitores, escritores e falantes e ouvintes autônomos e críticos, e promovam o fortalecimento de capacidades para o acesso ao conhecimento, à apropriação da cultura escrita e o desenvolvimento de uma oralidade plena; [II)] Gerar as condições, a nível nacional, territorial e local, para o desenvolvimento de capacidades leitoras e escritoras dos docentes, bibliotecários, pais, mães e cuidadores, assim como sua capacidade para serem *mediadores de leitura, escrita e oralidade* de meninos, meninas, adolescentes e jovens ao longo de toda sua trajetória educativa; [III)] Ampliar o acesso a múltiplas práticas de leitura, escrita e oralidade entre os meninos, meninas, jovens e adultos, desde a primeira infância e ao longo do curso da vida, favorecendo sua apropriação com ênfase na *transversalidade, heterogeneidade e diversidade dos usos atuais e tradicionais da linguagem*; [IV)] Criar condições e oportunidades para avançar na gestão do conhecimento sobre a cultura oral e escrita, e sobre a biblioteca escolar, promovendo processos de pesquisa,

¹⁴² Cf. capítulo 3.

sistematização e apropriação entre a comunidade educativa¹⁴³(Ministerio de Educación, 2022a, p. 82-82, tradução nossa, grifo nosso).

Pode-se extrair do excerto acima uma concepção de oralidade em linha ao que se trabalhou durante esta monografia, portanto diferente do discurso funcional liberal identificadas em algumas práticas universitárias de LEO. O *Ministerio de Educación* (2022a) afirma ter aproveitado dos enfoques mais atualizados neste campo, referindo-se à superação da falácia da superioridade da escrita sobre o oral, e valorizando a multiplicidade expressiva das sociedades de oralidade¹⁴⁴, além das formas de comunicação verbal relacionadas à tecnologia da informação. Outro aspecto interessante é o papel dos mediadores, que se entende poder ser realizado pelos atores de uma ampla esfera educacional dos estudantes: não só professores e bibliotecários, mas também familiares e responsáveis; uma vez que se leva em consideração o “aspecto social do intercâmbio de ideias e da conversação, [como] um potente exercício de desenvolvimento individual e coesão coletiva”¹⁴⁵ (Ministerio de Educación, 2022a, p. 99, tradução nossa). Em termos financeiros, esta política dedicada à LEO nas bibliotecas escolares significa um aporte equivalente a mais de 600 milhões de reais, a serem utilizados entre 2022 e 2030 (Consejo Nacional de Política Económica y Social, 2021; Ministerio de Educación, 2022a).

O PNLEO, como se pôde observar acima, tem um caráter estruturante de políticas setoriais e territoriais de LEO: compartilha um objetivo específico similar à política LEOBE no tocante à formação de mediadores, mas também visa o fomento de projetos comunitários; ampliação do acesso a materiais de leitura; valorização de produções locais que evidenciem a diversidade étnica, linguística e cultural; colaboração intersetorial e interinstitucional; e suporte na construção de planos regionais de LEO (Ministerio de Cultura; Ministerio de Educación, 2021). Em 2022, ano final do planejamento quadrienal, a prestação

¹⁴³ “[I]) Desarrollar y fortalecer las bibliotecas escolares en las instituciones educativas del país, de tal forma que respondan a las necesidades de la comunidad educativa; contribuyan a la formación de lectores, escritores, hablantes y escuchas autónomos y críticos, y promuevan el fortalecimiento de capacidades para el acceso al conocimiento, la apropiación de la cultura escrita y el desarrollo de una oralidad plena; [II]) Generar las condiciones, a nivel nacional, territorial y local, para el desarrollo de capacidades lectoras y escritoras de los docentes, bibliotecarios, padres, madres y cuidadores, así como su capacidad para ser mediadores de lectura, escritura y oralidad de niños, niñas, adolescentes y jóvenes a lo largo de toda la trayectoria educativa; [III]) Ampliar el acceso a múltiples prácticas de lectura, escritura y oralidad entre los niños, niñas, jóvenes y adultos, desde la primera infancia y a lo largo del curso de vida, favoreciendo su apropiación con énfasis en la transversalidad, heterogeneidad y diversidad de los usos actuales y tradicionales del lenguaje; [IV]) Crear condiciones y oportunidades para avanzar en la gestión del conocimiento sobre la cultura oral y escrita, y sobre la biblioteca escolar, promoviendo procesos de investigación, sistematización y apropiación entre la comunidad educativa” (Ministerio de Educación, 2022a, p. 82-82).

¹⁴⁴ Cf. capítulos 3.1 e 3.1.1.

¹⁴⁵ “aspecto social del intercambio de ideas y la conversación, [como] un potente ejercicio de desarrollo individual y de cohesión colectiva” (Ministerio de Educación, 2022a, p. 99).

de contas do Plano constou que: acompanhou-se a formulação e fortalecimento das políticas regionais de LEO com as secretarias de educação de todos os departamentos do país; atualizaram-se mais de 12 mil professores e bibliotecários escolares; implantaram-se 201 salas de leitura nas escolas de Educação Infantil; investiu-se o equivalente a mais de 31 milhões de reais na *Red Nacional de Bibliotecas Públicas*; implementaram-se 600 bibliotecas rurais itinerantes, que contam com quase 1300 mediadores formados; acompanhou-se todas as 58 redes de bibliotecas públicas; e promoveu-se a *Red de Ferias del Libro* (Ministerio de Educación, 2022b).

Já no nível municipal, encontram-se exemplos de atividades práticas de LEO, sejam as promovidas pelos sistemas de bibliotecas, ou as que partem da sociedade em geral e são contempladas por editais. Nesta capacidade, as redes sociais e os *websites* institucionais são as melhores ferramentas para se encontrar os resultados destas políticas públicas. Em relação à bogotana BiblioRed, pode-se destacar algumas atividades promovidas e relacioná-las aos enfoques propostos pela *Política Pública de Lectura, Escritura y Oralidad*: entre agosto e setembro de 2023 realizou-se em uma das bibliotecas da cidade a exposição “Kubuni”, dedicada a apresentar o trabalho de 50 cartunistas africanos, representando 48 países do continente (Red Distrital de Bibliotecas Públicas de Bogotá, 2023); entende-se que esta ação mobilizou componentes da diversidade textual e linguística ao trabalhar com o gênero de histórias em quadrinhos, produzidas em países de diferentes línguas; além da interculturalidade relativa à visibilização de narrativas e autores que não são tradicionalmente destacados nas bibliotecas (Bogotá, 2023). Uma ação desenvolvida no enfoque de gênero (Bogotá, 2023), prezando novamente pela interculturalidade, foi a participação institucional da BiblioRed na marcha do Orgulho LGBTQIA+ em julho de 2023, em que vinculou-se práticas LEO ao distribuírem-se, junto de materiais temáticos da rede com o evento, excertos literários de autoras e autores pertencentes à essa comunidade (¡ASI..., 2023). Sob o enfoque populacional diferencial, especificamente na seção de grupos etários, e ambiental (Bogotá, 2023), pode-se apontar a atividade desenvolvida em uma biblioteca de bairro, onde há um clube para pessoas da terceira idade compartilharem histórias e conhecimentos sobre plantas medicinais que crescem naquele território — note-se o papel central da oralidade neste programa — (¿QUÉ..., 2023). Por fim, pode-se relacionar uma oficina promovida por uma das bibliotecas da rede, em que artesãos locais foram convidados a ensinar a prática de criar potes de cerâmica (LOS ARTESANOS..., 2022), ao enfoque territorial, por promover condições de apropriação e pertencimento ao território e suas atividades culturais (Bogotá,

2023); ainda, sob a perspectiva do conceito de arquivo oral¹⁴⁶, que envolve as manifestações materiais da oralidade como formas de memória (Souza, 2016; Suescún Cárdenas; Torres García, 2008), torna-se ainda mais evidente a ligação desta atividade com as práticas de LEO.

Finalmente, em relação ao PCLEO deve-se ressaltar duas frentes de atuação. Seu eixo de sensibilização à LEO aponta como um dos objetivos o fomento a eventos da indústria do livro (Medellín; Universidad de Antioquia, 2016): com o apoio dessa política, acontecem todos os anos a *Fiesta del Libro y la Cultura*; a *Parada Juvenil de la Lectura*; e a *Feria Popular Días del Libro*; onde se realizam atividades especiais de LEO, como o *Jardín Lectura Viva*, um espaço itinerante dedicado à exploração infantil das diversas expressões da palavra; o projeto *Adopta a un Autor*, em que a administração dos eventos e as secretarias de educação e cultura mediam a relação entre instituições educacionais e autores escolhidos, para que os estudantes possam se aprofundar em suas obras e entrar em diálogo durante o evento; e o *Cuentódromo*, um palco dedicado à expressão oral — e portanto performática¹⁴⁷ — de contos e outros textos literários (Eventos del Libro, 2023). A outra esfera de ação do PCLEO que merece atenção é o estímulo, por meio de editais, de projetos de LEO que partam da sociedade (Medellín; Universidad de Antioquia, 2016); essa alternativa logra uma *organicidade* das iniciativas, já que em geral pressupõe o conhecimento, por parte dos proponentes, das características e necessidades dos territórios ou grupos que representam. Desse modo, abarca-se tanto o suporte e valorização de organizações que já tem alguma história nas localidades, quanto estimula-se o surgimento de novas. Um destes contemplados em 2022, com o equivalente a 12 mil reais, chama-se “*Sinaí, sin-nada-ahí, o me cuento ahora*” (Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín, 2022): desenvolvido no bairro homônimo, o projeto realiza encontros de educação leitora voltados para a primeira infância — crianças de cinco a oito anos —, em que se escolhem contos que ao serem lidos em voz alta, possam ser vinculados com o cotidiano dos ouvintes; e através da produção criativa posterior, busca-se trabalhar questões de memória e verdade pela perspectiva infantil (SINAÍ..., 2022). A fala do responsável por esta ação demonstra como entende-se a relação de crianças ainda não alfabetizadas, ou em processo de alfabetização, com a leitura e a escrita — que não é distante das perspectivas trabalhadas nos capítulos acima¹⁴⁸:

¹⁴⁶ Cf. capítulo 3.1.1.

¹⁴⁷ Esta ação remete às discutidas características da narrativa oral, especialmente a manutenção do núcleo narrativo concorrente à flexibilidade dialógica dos detalhes, determinados pelos narradores e suas interações com o público (Souza, 2016; Sousa; Sá; Bufrem, 2020; Vivas Hurtado, 2009; Zires, 1994), cf. capítulo 3.1.1.

¹⁴⁸ Cf. capítulos 3.1 e 3.1.1.

Este projeto permite explorar a infância, nesta primeira infância, esses elementos que eles podem identificar em seus entornos, essas *lecturas que pueden hacer de sus contextos*, de suas realidades, também essa potencialidade, também na escrita, certo, porém não desde a escrita como tal em letras, mas *a escrita que puede nacer desde su imaginación*¹⁴⁹ (SINAÍ..., 2022, 1 min 8 s, tradução nossa, grifo nosso).

Uma das ganhadoras, nesse mesmo ano, na categoria de bibliotecas populares e comunitárias foi a “*Ludobiblioteca Manuel Burgos Teofanía*”, atuante desde 2004 em uma comunidade de Medellín formada principalmente por vítimas de despejos forçados pela violência e imigrantes (LUDOBIBLIOTECA..., 2022; Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín, 2022). Um dos conceitos em desenvolvimento ali é a *permalectura*, em que a leitura em seu sentido tradicional se encontra com a leitura do território, da história e da memória das comunidades que compõem aquela população, configurando-se como um espaço de criação permanente (LUDOBIBLIOTECA..., 2022):

Temos pensado que é muito importante, então como ler a própria história, porque se trata de nos encontrarmos com essas raízes, por exemplo, camponesas que eles nunca esqueceram. Então, aí a partir disso temos experiência com as hortas, essa experiência também quisemos que se vincule à uma leitura, uma leitura a partir dos textos, a partir da formação, mas também a partir da experiência própria¹⁵⁰ (LUDOBIBLIOTECA..., 2022, 45 s, tradução nossa).

Um último projeto contemplado que se destacará aqui chama-se “*Nuestras Letras*” — este, diferente dos dois últimos, recebeu o equivalente a 30 mil reais — (Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín, 2022): são escolhidos textos literários de autoras e autores do departamento de Antioquia, realiza-se a adaptação para o formato dramático de forma que possam ser interpretados e musicalizados, e reproduzem-se as gravações pelo rádio (NUESTRAS..., 2022). Já na terceira temporada, o programa expandiu-se da emissora da *Universidad de Antioquia* para um série de emissoras culturais, rurais e também para a *internet*; o conteúdo também variou, indo de escritores dos séculos XVIII e XIX para, na edição agraciada pelo edital, literatura infantil (NUESTRAS..., 2022). Essa ação, além da evidente promoção de acesso a manifestações artísticas, ao passar um texto impresso para um

¹⁴⁹ “Este proyecto permite explorar en la niñez, en esa primera infancia, esos elementos que ellos pueden identificar en sus entornos, esas lecturas que pueden hacer de sus contextos, de sus realidades, también esa potencialidad, también en la escritura, cierto, pero no desde la escritura como tal en letras, sino la escritura que puede nacer desde su imaginación” (SINAÍ..., 2022, 1 min 8 s).

¹⁵⁰ “hemos pensado que es muy importante pues como leer la propia historia porque se trata de encontrarnos con esas raíces, por ejemplo, campesinas que ellos nunca han olvidado. Entonces, ahí a partir de eso hay experiencia con los huerteros, esa experiencia también hemos querido que se vincule a una lectura, una lectura desde los textos, desde la formación, pero también desde la experiencia propia” (LUDOBIBLIOTECA..., 2022, 45 s).

formato verbal, trabalha com uma esfera de expressividades performáticas e sonoras características da oralidade (Gruzinski, 1991; Vivas Hurtado, 2009), que não está ao alcance da escrita.

5 POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÃO À BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA

Em vias de concluir o presente exercício de reflexão, apresentam-se a seguir alguns possíveis pontos de contato entre as questões que foram discutidas até aqui e a realidade brasileira, especialmente sob a perspectiva da Biblioteconomia. O ponto de partida fundamental das concepções mais notáveis de LEO que se desenvolvem na Colômbia sem dúvida é, como tentou se apresentar acima, o entendimento da Oralidade enquanto categoria comunicativa própria, tão válida e expressiva quanto seus outros dois correlatos.

Para alcançar tal reconhecimento necessita-se, incontornavelmente, evidenciar as condições históricas pelas quais consolidou-se a visão hegemônica, na sociedade ocidental e em seus dispositivos culturais, de que a escrita seria superior, mais correta, ou etapa evolutiva da oralidade (Almeida Júnior, 1997; Lienhard, 1990; Perrotti, 2021)¹⁵¹. Isto é, compreender que a colonização, ao mesmo tempo que impôs a escrita alfabética (Gruzinski, 1991; Lienhard, 1990; Vivas Hurtado, 2009) e construiu mecanismos que privilegiam certo tipo — ou certo entendimento — de livro e documento (Menezes, 2021), suprimiu outras formas de pensar, registrar e se comunicar que prosperavam neste território. Alterar o espectro pelo qual se enxerga a oralidade permite, então, identificar dois elementos dos quais o trabalho bibliotecário pode partir: as discursividades que conferem materialidade à fala; e o dialogismo que permeia o ato da narração das tradições orais. O primeiro assenta-se nas formas de escrita — ou elementos de visibilidade — baseadas na oralidade, que mais do que auxiliares mnemônicos (Lienhard, 1990), oferecem um discurso complementar à palavra falada (Gruzinski, 1991; Souza, 2016): “a cestaria, a cerâmica, a pintura corporal, a dança, a sonoridade das palavras, os ritos, os processos enunciativos, a morfologia da língua, a música” (Souza, 2016, p. 41), os supramencionados *quipus* andinos e glifos mesoamericanos, são peças constitutivas da oralidade e guardiãs da memória (Rocha; Silva, 2007; Souza, 2016; Suescún Cárdenas; Torres García, 2008). São esses os documentos, os suportes informacionais das memórias — não só, portanto, gravações de áudio ou vídeo —, com que a Biblioteconomia deve se preocupar em trabalhar neste campo da linguagem.

O segundo elemento, que não pode ser apartado da oralidade — sob a pena de descontextualizá-la —, refere-se às condições narrativas que situam a fala. As circunstâncias sob as quais essas narrações se dão impactam em grande medida os processos de produção de

¹⁵¹ Comentou-se sobre esta pré-condição ao estudo da oralidade no capítulo 3.1, onde se entrou em detalhes sobre a ruptura violenta que a imposição da escrita significou.

significado¹⁵², isto é, configuram-se como um *evento irrepetível* (Zires, 1994) determinado pelo entorno, posição social do narrador, situação discursiva, e reações dos ouvintes (Lienhard, 1990; Souza, 2016; Vivas Hurtado, 2009). Essa plasticidade, como já se apontou, é característica da reprodução das tradições verbais, em que há a constância de um núcleo narrativo, enquanto os detalhes e a forma de se contar são moldados pelo narrador (Vivas Hurtado, 2009): essa troca dinâmica entre falante e público pode ser entendida — aproximando-se dos termos da Biblioeducação — como um processo dialógico de mediação (Pieruccini, 2004).

A face circunstancial da oralidade é, portanto, um aspecto fundamental a ser levado em consideração pelos dispositivos culturais e educativos, sejam voltados para as sociedades de oralidade ou para outros contextos, que desejem trabalhar com essas narrativas. Da mesma forma, faz-se necessário estudar e caracterizar com melhor qualidade as discursividades particulares de cada uma destas sociedades: ao longo do texto trabalhou-se essencialmente com grupos indígenas, de raízes pré-hispânicas, mesoamericanos e andinos; interessaria ao avanço da fundamentação teórica da LEO no Brasil, futuramente, um aprofundamento nas especificidades comunicativas dos grupos Tupi, designação do tronco linguístico que abarca os múltiplos povos falantes de 41 línguas que, em seu auge, ocuparam um território que se expandia do atual Paraguai, passando por toda a costa atlântica brasileira, até a Amazônia (Noelli, 1996) — evidentemente, colocando também sob análise as tensões que surgiram com a invasão da Coroa portuguesa nestes locais, que certamente diferem das originadas nas terras em que os espanhóis desembarcaram.

Similarmente, outro campo fértil para a exploração, assim como abordou-se em uma comunidade afrocolombiana¹⁵³, é o das manifestações da oralidade nas culturas afrobrasileiras: além de olhar para as tradições orais, como Pereira e Faria (2016) fizeram em um quilombo, pode-se voltar também para as expressões musicais. Da mesma forma que Vivas Hurtado (2009) sugere a relevância dos instrumentos de percussão em algumas sociedades de oralidade caribenhas, pode-se observar como a música, especialmente por meio dos tambores chamados *atabaque*, oferece um discurso *complementar, contextualizado, e material* aos rituais de Candomblé — encaixando-se, assim, nos conceitos propostos por Gruzinski (1991), Lienhard (1990) e Souza (2016) —:

¹⁵² Cf. capítulo 3.1.1.

¹⁵³ Cf. capítulo 3.1.1.

Os instrumentos musicais cumprem o papel de comunicar algo e simbolizam a força dos orixás dentro da casa. Dentro dos terreiros os atabaques representam divindades, sendo socializados, vestidos e alimentados, passando por um ritual de batismo em que apenas o maior recebe nome. [...] Um terreiro de Candomblé não restringe-se apenas aos objetos materiais simbólicos que estão presentes no espaço, porque o “coração” do candomblé é a música. [...] No primeiro momento, a entrada é conduzida por cantigas e danças que homenageiam todos os orixás, uma forma de abertura da celebração para o que virá depois. Conforme as cantigas são percutidas, a intensidade dos toques dos atabaques se intensifica e as músicas assumem o objetivo de “chamar o santo”, sendo possível observar nesse momento que algumas pessoas presentes na roda de dança começam a entrar em transe, [...] o orixá se apresenta ao público e aos atabaques e mostra por meio da dança suas principais características em vida [...]. *A personificação do atabaque como divindade representa a criação de símbolos que são exportados à materialidade [...]*, os instrumentos musicais do Candomblé vão, nesse sentido, muito além de uma atribuição ao papel musical, eles passam a representar *o sagrado materializado no espaço* [...]. O momento da chegada de Yemanjá é marcado pelas cantigas de fundamento, que provocam e expressam fortes emoções capazes de chamar o orixá, uma vez que os instrumentos funcionam como um chamado para que as divindades se aproximem (Sampaio; Chagas Júnior, 2018, p. 209-210, grifo nosso).

Ampliar o entendimento sobre o que a Biblioteca pode abarcar — seja alterando noções de categorias como “livro”, “documento”, ou “escrita”, como se indicou acima —, então, requer também que se repense tanto o dispositivo em si quanto seus elementos constitutivos. Durante este trabalho tocou-se nesses assuntos¹⁵⁴ partindo da ideia que não basta insistir em aprimorar um dispositivo que está assentado em formas de exclusão e dominação (Almeida Júnior, 1997; Pieruccini, 2004), mas faz-se necessário reordená-lo sob um novo paradigma para que atenda outros objetivos: é o caso, por exemplo, dos dispositivos informacionais pautados pela ordem dialógica propostos por Pieruccini (2004); e dos dispositivos culturais atravessados pela linguagem política intercultural decolonial, que se utilizam de mecanismos de igualdade e tecnologias do poder decoloniais, de Duque Cardona (2018, 2019). Pode-se extrair ainda uma contribuição de Almeida Júnior (1997) no que diz respeito às práticas bibliotecárias nesses tipos de dispositivos: se já postulou-se que tanto a linguagem escrita, através da norma-padrão¹⁵⁵, quanto as linguagens documentárias¹⁵⁶ retratam de forma privilegiada certos grupos sociais, formas de pensamento e comunicação (Almeida Júnior, 1997; Blanche-Benveniste, 2003; Nunes; Tálamo, 2009), deve-se rever as formas de representação da informação de cunho oral; não só de modo a evitar a perpetuação

¹⁵⁴ Cf. capítulos 3.2 a 3.2.4.

¹⁵⁵ Cf. capítulo 3.

¹⁵⁶ Cf. capítulo 2.1.

de injustiças históricas, mas também para encontrar caminhos que não levem à *descontextualização* da oralidade — que acarreta, como se viu, na diminuição da esfera de significações possíveis. Faria (1999) ressalta esse desafio no contexto da Estação Memória:

A sabedoria do idoso é, muitas vezes, um tom, uma pausa, um silêncio, um não-dito... Nesse sentido, os referenciais e sistemas de recuperação de informação disponíveis na biblioteconomia clássica não dariam conta de representar aspectos essenciais do discurso em questão (Faria, 1999, p. 82).

Entende-se essa questão, então, como outra possibilidade de aprofundamento das pesquisas sobre LEO nesta área do conhecimento. Retomando a referência a Almeida Júnior, pode-se reformular o problema:

a biblioteca não possui mecanismos que permitam o controle técnico da comunicação oral utilizada pelas camadas populares, mesmo porque todo o instrumento técnico que lhes permite trabalhar com as informações, estão baseados na norma-padrão (Almeida Júnior, 1997, p. 38).

Em relação aos conceitos desenvolvidos por Duque Cardona (2018, 2019, 2020, 2022), uma vez que se articulam sob a égide do dispositivo, podem ser tomados como hábeis ferramentas de análise — como sugere a própria ideia de Foucault (Dreyfus; Rabinow, 2013) — das relações de poder e saber que atravessam a biblioteca, de forma a identificar para qual projeto político de sociedade seu funcionamento contribui. Sem intencionar-se estabelecer nexos qualitativos, salienta-se aqui três proposições que parecem ser relativamente estranhas à Biblioteconomia brasileira e, portanto, entende-se que sua difusão e apropriação poderiam favorecer consideravelmente o campo científico — e a consequente formulação de políticas públicas —: ainda que considerar a Biblioteca enquanto dispositivo não seja inédito, como se evidenciou acima, a especificidade de *dispositivo cultural* permitiu a estruturação do resto das categorias trabalhadas pela autora através das visibilidades e enunciações que a teoria foucaultiana implica; ver a LEO como tecnologias do poder — para além de um entendimento que inclui a Oralidade no conjunto da Escrita e da Leitura — implica determinar as intencionalidades que envolvem a linguagem, e observar suas incidências nos processos de construção de subjetividades e verdade, bem como habilita a voltar suas práticas a determinados fins; já a análise da Biblioteca sob as linguagens políticas da leitura, ainda que não seja um conceito completamente original de Duque Cardona¹⁵⁷, merece atenção por

¹⁵⁷ Cf. capítulo 3.2.2.

determinar um quadro ideológico das concepções, e especialmente dos discursos, que cercam o dispositivo. Neste sentido, avalia-se que expandir a capacidade de estudantes, pesquisadores, e bibliotecários de identificar quais instituições, políticas e ações baseiam-se particularmente nas linguagens funcional liberal e republicana, bem como a incentivar a formação de novos dispositivos e reformulação conceitual dos anteriores para que incorporem tanto as linguagens crítica emancipatória (Álvarez Zapata, 2003) quanto intercultural decolonial (Duque Cardona, 2018, 2019, 2022), fortaleceria o campo da Biblioteconomia enquanto ator de diminuição das desigualdade.

Este último ponto liga-se com as experiências práticas de LEO na Colômbia que foram apresentadas. Observa-se que a interculturalidade é abordada, quando não nominalmente, conceitualmente em todas as políticas públicas que foram apresentadas, destacando-se também a importância atribuída aos enfoques diferenciais, especialmente os territoriais: isto é, demonstra-se a preocupação em construir medidas de Estado que sejam efetivas em múltiplas realidades, de acordo com o local e a população envolvida (Bogotá, 2023; Consejo Nacional de Política Económica y Social, 2021; Medellín; Universidad de Antioquia, 2016; Ministerio de Cultura; Ministerio de Educación, 2021; Ministerio de Educación, 2022a). Considera-se então que esse viés, somado às referidas possibilidades de atuação dos sistemas de bibliotecas, das instituições bibliotecárias em si, e das iniciativas cidadãs através do fomento por editais, devem ser tomadas como referências para a formulação de futuras legislações brasileiras encarregadas dessas questões.

Finalmente, em relação às práticas de LEO no ambiente universitário que foram analisadas, pode-se interligar a dimensão de *permanência estudantil* que se tem trabalhado na *Universidad de Antioquia* (Soares Sito; Méndez Rendón; Vázquez Ramírez, 2019) com a crescente centralidade deste assunto nas discussões da comunidade da USP — especialmente após a adoção das cotas raciais em 2018 e a efetiva mudança na composição demográfica dos estudantes (Ferreira, A., 2018; Oliveira; Leal; Lopes, 2022). Tendo em vista que abrir esta frente de atuação institucional possibilita reforçar a permanência em suas faces: financeira, através da concessão de bolsas para monitores; acadêmica, por meio do acompanhamento individualizado, facilitando a introdução à comunicação científica — tanto escrita quanto verbal —; e sociocultural, dando espaço para as múltiplas expressões de LEO que fazem parte da vivência universitária, contemplando os diversos setores sociais que compõe o espaço; recomenda-se à USP considerar a possibilidade de criação de um CLEO, inspirando-se nos êxitos de sua similar antioquenha.

6 CONCLUSÃO

Ao longo do texto tentou-se delinear as concepções que sustentam a LEO enquanto tríade conceitual e suas práticas na Colômbia. Como diagnosticou-se nas seções introdutórias, a adoção da LEO não se encerra em mudanças nos serviços e produtos oferecidos nas bibliotecas, mais do que isso, envolve um reposicionamento do dispositivo em si — assim como sugerido por Duque Cardona (2018, 2019), através das definições atreladas ao *dispositivo cultural* —, uma vez que o reconhecimento da oralidade como componente da linguagem tão significativo quanto a escrita e a leitura implica, necessariamente, dar lugar a uma diversidade de expressões não-alfabéticas relacionadas a saberes e grupos sociais que tradicionalmente são invisibilizados nas unidades de informação (Almeida Júnior, 1997; Duque Cardona, 2019).

Esta equiparação, no entanto, necessita partir da constatação de um estado anterior, em que há um desnível de valorização entre a cultura escrita e a de cunho oral (Almeida Júnior, 1997; Perrotti, 2021). Analisar historicamente essa observação permite, além disso, determinar que esta relação foi constituída intencionalmente na colonização da América Latina, através da uma imposição violenta — que Lienhard (1990) e Vivas Hurtado (2009) denominam de uma *experiência traumática* — da comunicação alfabética concomitante à repressão às manifestações da oralidade (Gruzinski, 1991; Lienhard, 1990; Vivas Hurtado, 2009). É por isso, fundamentalmente, que para Duque Cardona (2019) o propósito das práticas de LEO é a decolonialidade; entender a oralidade como objeto igualmente privilegiado para a Biblioteca, sob esta perspectiva, significa subverter uma prolongada lógica de submissão — presente em diversos aspectos constitutivos das nações do Sul global (Galeano, 2018; Rivera Cusicanqui, 2010) — em favor da visibilização de epistemologias não-hegemônicas.

Nesse sentido, apresentou-se aqui — em consonância com alguns autores da área — sistemas discursivos de matriz oral, originados nas chamadas sociedades de oralidade (Souza, 2016), entendidos como tecnologias capazes de representar formas de pensar, saber, e se relacionar com o mundo (Ferreiro, 2003; Ong, 1982; Vivas Hurtado, 2009). São essas manifestações — apoiadas em múltiplos suportes das memórias —, como cestaria, artesanato, tecidos, pintura corporal, *quipus*, glifos, dança, e música que são reconhecidas como práticas discursivas guardiãs de memórias sociais, “peças que arquivam e constituem a oralidade” (Souza, 2016, p. 48), as quais, argumentou-se durante esta monografia, são os documentos —

ou livros (Menezes, 2021) — que devem compor os acervos das bibliotecas preocupadas com a representação das culturas baseadas na oralidade.

Como se viu ao discutir-se as práticas LEO na Colômbia, essa perspectiva do campo científico não é necessariamente refletida de modo integral nas políticas públicas, ainda que se possa destacar alguns casos de aproximação, como uma oficina de cerâmica realizada em parceria com ateliês locais, e os encontros para o público idoso compartilharem saberes sobre plantas medicinais locais, nas bibliotecas de Bogotá (LOS ARTESANOS..., 2022; ¿QUÉ..., 2023). Similarmente, não se pode afirmar que todas estas experiências correspondam rigorosamente à linguagem política intercultural decolonial de Duque Cardona (2018, 2019, 2022); no entanto, a intenção de apresentar conjuntamente uma série de estudos sobre oralidade, as relações conceituais trabalhadas pela pesquisadora, e as experiências práticas é, como se postulou inicialmente, contribuir para a formação de um quadro teórico em torno da LEO. Desse modo, entende-se que tanto as políticas públicas colombianas, quanto as proposições de Duque Cardona devem ser vistas como referências primárias para o avanço deste campo de estudos e formulação de políticas de Biblioteca no Brasil.

Contextualizou-se também, em suas primeiras páginas primeiras páginas, esta monografia dentro da linha da Biblioeducação: seus pressupostos serviram de ponto de partida, especificamente a busca por alternativas de relacionamento crítico com a Informação frente a um cenário informacional freneticamente mediatizado (Pieruccini, 2004); mais do que isso, buscou-se uma aproximação do que se vem desenvolvendo na Colômbia aos seus conceitos próprios. É o caso do reconhecimento das desigualdades que rondam a cultura letrada não obstante seu caráter ordenador da sociedade ocidental (Perrotti, 2021); ao qual tentou-se aprofundar uma relação com as origens coloniais da escrita no território latinoamericano (Gruzinski, 1991; Lienhard, 1990; Vivas Hurtado, 2009) — categorizado por Gruzinski (1991) em desclassificação, descontextualização e distanciamento, e por Duque Caronda (2019) em hierarquização, exclusão, e distanciamento. Já em relação ao conceito da mediação pautada pela dialogia (Pieruccini, 2004), estabeleceu-se uma ligação ao processo narrativo das tradições orais, em que a produção de significados decorre do contexto, da posição social de quem fala (Lienhard, 1990) e principalmente da plasticidade narrativa, em que o narrador — neste caso, o mediador — mantém um núcleo narrativo fixo, mas modula os detalhes e a forma de contar — sua entonação, silêncios, ritmo, gestos e olhares — de acordo com as reações dos ouvintes (Rocha; Silva, 2007; Souza, 2016; Sousa; Sá; Bufrem, 2020; Vivas Hurtado, 2009; Zires, 1994).

Além das referidas formação de quadro teórico e vinculação com a Biblioeducação, contribui-se com o aprofundamento das pesquisas sobre LEO através da tradução de uma série de citações e do mapa de relações das categorias de tese de doutorado de Duque Cardona¹⁵⁸ (2018), além da sistematização em quadro dos mecanismos de igualdade e possibilidades interculturais sugeridas pela autora¹⁵⁹ (Duque Cardona, 2019), do espanhol para o português. Assim, espera-se dar um passo, ainda que inicial, em sentido à superação dos problemas integrativos da ciência biblioteconômica latinoamericana, condição que demanda abertura ao diálogo com contextos e estudiosos que enfrentam questões semelhantes às problemáticas brasileiras.

¹⁵⁸ Cf. capítulo 3.2.

¹⁵⁹ Cf. capítulo 3.2.3.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis; Associação Paulista de Bibliotecários, 1997.

ÁLVAREZ ZAPATA, Didier. **Exploración de las relaciones entre lectura, formación ciudadana y cultura política**: una aplicación a las propuestas de formación ciudadana de la escuela de animación juvenil (Medellín). 2003. Tese (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Estudios Políticos, Universidad de Antioquia, Medellín, 2003. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10495/25712>. Acesso em: 13 ago. 2023.

ARRUBLA YEPES, Mario. Síntesis de historia política contemporánea. *In*: ORLANDO MELO, Jorge (org.). **Colombia hoy**: perspectivas hacia el siglo XXI. 15. ed. Bogotá: Tercer Mundo, 1995. p. 179-210.

¡ASI vivimos la marcha de del Orgullo LGBTIQ+ en #Bogotá! [...]. Bogotá: Red Distrital de Bibliotecas Públicas de Bogotá, 2023. 1 vídeo (36 s). Publicado pelo usuário biblioredbogota. Disponível em: <https://www.tiktok.com/@bibloredbogota/video/7251582994098441478>. Acesso em: 31 out. 2023.

BLANCHE-BENVENISTE, Claire. A escrita, irreduzível a um código. *In*: FERREIRO, Emilia. **Relações de (in)dependência entre oralidade e escrita**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BOGOTÁ. **Decreto nº 034 de 29 ene. 2023**. Por medio del cual se adopta la Política Pública de Lectura, Escritura y Oralidad, 2022-2040. Bogotá, D.C.: Alcaldía Mayor, 2023. Disponível em: https://biblored.gov.co/sites/default/files/Politica_Publica/Decreto%20034%20de%202023-PPLEO.pdf. Acesso em: 5 out. 2023.

BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos. Mediação oral da Informação e da Leitura: no sofá da sala com três Paulos. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 9, n. 1, p. 259-278, jan./abr. 2023. Disponível em:

<https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/967/739>. Acesso em: 18 out. 2023.

BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 44, p. 173-185, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9854>. Acesso em: 8 set. 2023.

CABALUZ DUCASSE, Jorge Fabian. **Educación y marxismo latinoamericano**: ensayos de pedagogía crítica para proyectos emancipatorios. Buenos Aires: El Colectivo, 2022.

CALLE incendiada y personas corriendo. [1948?]. 1 fotografia. Coleção Fondo Jorge Eliecer Gaitán. Disponível em: <https://www.comisiondelaverdad.co/la-guerra-civil>. Acesso em: 25 set. 2023.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. **A Universidade da Comunhão Paulista**: o projeto de criação da Universidade de São Paulo). São Paulo: Autores Associados, 1982.

CARPIO, Zilbaro *et al.* **Baud mos**: arrullos, cantos, juegos, cuentos y rogativas wounaan = haai khâipieg, meukhaar, jemkhaa, nem igkhaa, Êwandamag jewaag. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 2021. Disponível em: <https://selloeditorial.caroycuervo.gov.co/detalle-libro/aud-mos-arrullos-cantos-juegos-cuentos-y-rogativas-wounaan>. Acesso em: 24 set. 2023.

CASTRO, Edgardo. XAVIER, Ingrid Müller. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CÓDICE Zouche-Nuttall. [Oaxaca]: [15--?]. 47 folhas, color., 113 x 23 x 19 cm. Acervo do British Museum. Número de referência: Am1902,0308.1. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/E_Am1902-0308-1. Acesso em 22 out. 2023.

CONSEJO NACIONAL DE POLÍTICA ECONÓMICA Y SOCIAL. **Documento Conpes 4068**: Política Nacional de Lectura, Escritura, Oralidad y Bibliotecas Escolares. Bogotá: Consejo nacional de política económica y social, 2021. Disponível em:

<https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Conpes/Econ%C3%B3micos/4068.pdf>. Acceso em: 30 out. 2023.

COMISIÓN DE LA VERDAD. Convocatoria a la paz grande: declaración de la Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición. *In*: COMISIÓN DE LA VERDAD. **Hay futuro si hay verdad**: Informe Final de la Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición. Bogotá: Comisión de la Verdad, 2022a. Tomo 1. Disponible em: <https://www.comisiondelaverdad.co/convocatoria-la-paz-grande-0>. Acceso em: 28 set. 2023.

COMISIÓN DE LA VERDAD. El bogotazo. *In*: COMISIÓN DE LA VERDAD. **No matarás**: relato histórico del conflicto armado interno en Colombia. Bogotá: Comisión de la Verdad, 2022b. Disponible em: <https://www.comisiondelaverdad.co/la-guerra-civil>. Acceso em: 24 set. 2023.

COMISIÓN DE LA VERDAD. No matarás: relato histórico del conflicto armado interno en Colombia. *In*: COMISIÓN DE LA VERDAD. **Hay futuro si hay verdad**: Informe Final de la Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición. Bogotá: Comisión de la Verdad, 2022c. Tomo 4. Disponible em: <https://www.comisiondelaverdad.co/no-mataras>. Acceso em: 25 set. 2023.

DEPALLEN, Jacques. La bibliotecología necesita de una revolución cultural. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 10, n. 1, p. 7-14, 1987. Disponible em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/83771>. Acceso em: 03 out. 2023.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA; INSTITUTO GEOGRÁFICO AGUSTÍN CODAZZI. **Patrones de Ocupación**. Bogotá: Instituto Geográfico Agustín Codazzi, 2019. 1 mapa, color. Escala 1:7.500.00. Disponible em: <https://www.colombiaenmapas.gov.co/?e=-74.99461047851818,-3.995929952378668,-73.50046985351857,13.98723085234687,4686&b=igac&u=0&t=36&servicio=2250>. Acceso em: 21 ago. 2023.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. Tomo I — Demográfico. *In*: DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Atlas Estadístico**. Bogotá: Departamento Administrativo Nacional de Estadística, 2012. Disponível em: <https://geoportal.dane.gov.co/servicios/atlas-estadistico/#gsc.tab=0>. Acesso em: 19 set. 2023.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. Población indígena de Colombia: resultados del Censo Nacional de Población y Vivienda 2018. Bogotá: Departamento Administrativo Nacional de Estadística, 2019. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/boletines/grupos-etnicos/presentacion-grupos-etnicos-2019.pdf>. Acesso em 25 ago. 2023.

DREYFUS, Hubert Leder; RABINOW, Paul. **Michel Foucault — uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

DUCASSE, Fabian Cabaluz. **Educación y marxismo latinoamericano: ensayos de pedagogía crítica para proyectos emancipatorios**. Buenos Aires: El Colectivo, 2022.

DUQUE CARDONA, Natalia. El lenguaje, aquel artificio que nos hace comunidad: Lectura-Escritura-Oralidad (LEO), Memoria y justicia social. **Chakíñan**, Riobamba, n. 17, p. 40-56, 2022. Disponível em: <https://chakinan.unach.edu.ec/findex.php/chakinan/article/view/744>. DOI: <https://doi.org/10.37135/chk.002.17.02>. Acesso em: 3 out. 2023.

DUQUE CARDONA, Natalia. Funciones culturales o simbólicas en las bibliotecas y su relación con la desigualdad: el caso de Medellín. **Revista Interamericana De Bibliotecología**, Medellín, v. 43, n. 1, p. e12/1-e12/15, 2020. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/RIB/article/view/336352>. Acesso em: 28 out. 2023.

DUQUE CARDONA, Natalia. La desigualdad, un suceso no ajeno a la biblioteca: lectura, escritura y oralidad, tecnologías de poder como alternativas a la reducción de las desigualdades sociales. **Forum**, Medellín, n. 15, p. 171–200, 2019. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/forum/article/view/74673>. Acesso em: 6 jul. 2023.

DUQUE CARDONA, Natalia. La incidencia de la biblioteca en la reducción de las desigualdades sociales: hallazgos y caminos a seguir. **Códices**, Bogotá, v. 14, n. 1, p. 79-113, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/39551/>. Acesso em: 6 jul. 2023.

DUQUE CARDONA, Natalia; MARÍN, Cristian Daniel; BEDOYA, Santiago; DUARTE, Marcela. **¡Lecturas, Escrituras y Oralidades en la U!**: Programa de Educación Lectora Intercultural. Medellín: Escuela Interamericana de Bibliotecología: Grupo de Investigación, Información, Conocimiento y Sociedad, 2017. Disponível em: <https://www.udea.edu.co/wps/wcm/connect/udea/bf19b432-74ff-4578-9d78-4a73fdc48c45/documento-PELI.pdf?MOD=AJPERES&CVID=IXKeYy4&attachment=true&id=1507242377475>. Acesso em: 30 out. 2023.

DUQUE CARDONA, Natalia; MAZÓN ZULETA, Viviana. **LIJ, memoria política y democracia**: la educación lectora como posibilidad de resistencia y re-existencia. Chile: Centro de Estudios Latinoamericanos de Educación Inclusiva, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=789970>. Acesso: 6 jul. 2023.

DUQUE CARDONA, Natalia; RESTREPO-FERNÁNDEZ, María Camila; VELÁSQUEZ-YEPES, Santiago. Lenguaje, memoria e información: un acercamiento a las categorías del núcleo duro de la ciencia de la información (CI) y la bibliotecología latinoamericana. In: DUQUE CARDONA, Natalia; SILVA, Franciéle Carneiro Garcés da (org.). **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: Bibliotecas desde Abya Yala e as sociedades e culturas na perspectiva Sul. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2021. p. 41-66. Selo Nyota. Disponível em: https://www.nyota.com.br/_files/ugd/c3c80a_5d720b4c13d04502a62178fb87ae7678.pdf. Acesso em: 6 out. 2023.

DUQUINO ROJAS, Luis Gabriel. Epistemología del sur y Movimientos Sociales de Abya Yala en Reexistencia territorial. **Bitácora Urbana Territorial**, Bogotá, v. 33, n. 1, p. 255-267, 2023. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/102382/85589>. Acesso em: 7 out. 2023.

EVENTOS DEL LIBRO. ¿Cómo nos pensamos el fomento LEO? En Eventos del Libro escuchamos. **Eventos del Libro Medellín 2023**. Medellín, 2023. Disponível em: <https://fiestadellibroylacultura.com/como-nos-pensamos-el-fomento-leo-en-eventos-del-libro-escuchamos/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

FARIA, Ivete Pieruccini. **Estação Memória**: lembrar como projeto: contribuição ao estudo da mediação cultural. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FELDMAN, Carol Fleischer. Metalinguagem oral. *In*: OLSON, David Richard; TORRANCE, Nancy. **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática, 1997. p. 55-74.

FERREIRA, Ricardo Alexino. O sistema de cotas étnico-raciais adotado pela USP. **Jornal da USP**, São Paulo, 5 jan. 2018. Artigos. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=140894>. Acesso em: 4 nov. 2023.

FERREIRA, Luiz Antonio **Oralidade e escrita**: um diálogo pelo tempo. São Paulo: Efusão, 2004.

FERREIRO, Emilia. Escrita e Oralidade: Unidades, níveis de análise e consciência metalingüística. *In*: FERREIRO, Emilia (org.). **Relações de (In)dependência entre oralidade e escrita**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 16 ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Tecnologías del yo**: y otros textos afines. Buenos Aires: Paidós, 2008. Disponível em: https://monoskop.org/images/7/70/Foucault_Michel_Tecnolog%C3%ADas_del_yo_y_otros_textos_afines_1990_2008.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989. 23 ed.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

GUIMARÃES, Diego Moraes. Relações de força e disciplina: a tecnologia do poder em Foucault. **Argumento**, Salvador, n. 15, p. 65-76, nov. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/argum/article/view/34598>. Acesso em: 28 out. 2023.

GOUVEIA JUNIOR, Mário; SALCEDO, Diego Andres. Uma arqueologia biblioteconômica: paradigmas e discursos. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 5-27, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8639481/9902>. Acesso em: 8 set. 2023.

GRUZINSKI, Serge. **La colonización de lo imaginario**: sociedades indígenas y occidentalización en el México español, siglos XVI-XVIII. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1991. Título original: *La colonisation de l'imaginaire, Sociétés indigènes et occidentalisation dans le Mexique espagnol XV^e-XVII^e siècles*.

HAN, Byung-Chul. **No-cosas**: quiebres del mundo de hoy. Buenos Aires: Taurus, 2022.

HYLTON, Forrest. **A revolução colombiana**. São Paulo: Unesp, 2010. Título original: *Revolución y contrarrevolución en Colombia*.

INSTITUTO GEOGRÁFICO AGUSTÍN CODAZZI. División político-administrativa. In: INSTITUTO GEOGRÁFICO AGUSTÍN CODAZZI. **Atlas de Colombia**. Bogotá: Instituto Geográfico Agustín Codazzi, 1999. 1 mapa, color. Escala 1:100.000. Disponível em: <https://geoportal.igac.gov.co/contenido/mapas-nacionales>. Acesso em: 21 ago. 2023.

ITIER, César. Quechua y el sistema inca de denominación de las lenguas. **Mélanges de la Casa de Velázquez**, Madri, v. 45, n. 1, p. 37-56, 2015. DOI: <https://doi.org/10.4000/mcv.6113>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/mcv/6113>. Acesso em: 24 out. 2023.

JARAMILLO URIBE, Jaime. Etapas y sentido de la historia de Colombia. *In*: ORLANDO MELO, Jorge (org.). **Colombia hoy**: perspectivas hacia el siglo XXI. 15. ed. Bogotá: Tercer Mundo, 1995. p. 25-56.

KLACHKO, Paula; ARKONADA, Katu. **As lutas populares na América Latina e os governos progressistas**: crises e desafios da atualidade. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2017.

KRAUZE, Enrique. **Os redentores**: ideias e poder na América Latina. São Paulo: Saraiva, 2011.

LA LEO se toma Bogotá: Conversaciones sobre el derecho a la palabra - Sesión 4. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (52 min). Entrevistada: Laura León. Entrevistadora: Paula Andrea Marín. Publicado pelo canal BibloRed Bogotá. Disponível em: https://www.youtube.com/live/-TJfOs_m5XQ?si=5lET89gxPilf5QCS. Acesso em: 24 out. 2023.

LARA RAMOS, Luis Fernando. **Teoría del diccionario monolingüe**. México: El Colegio de México: Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios, 1996.

LEAL BUITRAGO, Francisco. El Estado colombiano: ¿crisis de modernización o modernización incompleta? *In*: ORLANDO MELO, Jorge (org.). **Colombia hoy**: perspectivas hacia el siglo XXI. 15. ed. Bogotá: Tercer Mundo, 1995. p. 397-446.

LEON PORTILLA, Miguel. **Los antiguos mexicanos**: a través de sus crónicas y cantares. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1972.

LIENHARD, Martin. **La voz y su huella**: escritura y conflicto étnico-social en América Latina (1492-1988). Havana: Casa de las Américas, 1990.

LÓPEZ-HERNÁNDEZ, Miguel Ángel. **Encuentros en los senderos de Abya Yala**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2004. Disponível em: https://digitalrepository.unm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1479&context=abya_yala. Acesso em: 7 out. 2023.

LOS ARTESANOS de las localidades de Ciudad Bolívar y Usme presentes en la #Biblioteca Público Escolar Pasquilla. Bogotá: Red Distrital de Bibliotecas Públicas de Bogotá, 2022. 1 vídeo (34 s). Publicado pelo usuário biblioredbogota. Disponível em: <https://www.tiktok.com/@bibloredbogota/video/7125153773088984325>. Acesso em: 31 out. 2023.

LUDOBIBLIOTECA Manuel Burgos. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (1 min 43 s). Publicado pelo canal Plan Ciudadano de Lectura, Escritura y Oralidad. Disponível em: <https://youtu.be/fK057HAunzs?si=xnrM4rjL3vbO7iii>. Acesso em: 1 nov. 2023.

MARTINS, José de Souza. **O Cativoiro da Terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1. t. 1.

MEDELLÍN; UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA. **Plan Ciudadano de Lectura, Escritura y Oralidad Medellín**: En Medellín tenemos la palabra. Medellín: Secretaría de Cultura Ciudadana, 2016. Disponível em: <https://bibliotecasmedellin.gov.co/wp-content/uploads/2017/03/Plan-Ciudadano-de-Lectura-Escritura-y-Oralidad.pdf>. Acesso em: 29 out. 2023.

MENEZES, Vinícius Souza de. Os livros de Abya Yala: uma mirada perspectiva do multinaturalismo ameríndio. In: DUQUE CARDONA, Natalia (org.); SILVA, Franciéle Carneiro Francês da (org.) **Epistemologias Latino-americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: Bibliotecas desde Abya Yala e as sociedades e culturas na perspectiva Sul. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2021. Selo Nyota. p. 113-160. Disponível em: https://www.nyota.com.br/_files/ugd/c3c80a_5d720b4c13d04502a62178fb87ae7678.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.

MILENIOSCURO. **Topografia de Colombia**. [s.l.]: Wikimedia Foundation, 2022. 1 mapa, color. Disponível em:

[https://es.m.wikipedia.org/wiki/Archivo:Mapa_de_Colombia_\(topograf%C3%ADa\).svg](https://es.m.wikipedia.org/wiki/Archivo:Mapa_de_Colombia_(topograf%C3%ADa).svg).

Acesso em: 21 ago. 2023.

MINISTERIO DE CULTURA; MINISTERIO DE EDUCACIÓN. **Plan Nacional de Lectura, Escritura y Oralidad: leer es mi cuento**. 2018-2022. Bogotá: Ministerio de Cultura; Ministerio de Educación, 2021. Disponível em: https://www.mineduccion.gov.co/1780/articles-411450_recurso_01.pdf. Acesso em: 5 out. 2023.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN. **Fundamentos de la Política Nacional de Lectura, Escritura, Oralidad y Bibliotecas Escolares: Plan Nacional de Lectura, Escritura y Oralidad**. Bogotá: Ministerio de Educación, 2022a. Disponível em: https://www.mineduccion.gov.co/1780/articles-411451_recurso_22.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN. ‘Leer es mi cuento’ se consolida como una política nacional de acceso y promoción a la lectura, la escritura y la oralidad. **Ministerio de Educación**. Bogotá: Ministerio de Educación, 2022b. Disponível em: <https://www.mineduccion.gov.co/portal/micrositios-preescolar-basica-y-media/Plan-Nacional-de-Lectura-Escritura-y-Oralidad-PNLEO/410288:Leer-es-mi-cuento-se-consolida-como-una-politica-nacional-de-acceso-y-promocion-a-la-lectura-la-escritura-y-la-oralidad>. Acesso em: 31 out. 2023.

MIRES ORTIZ, Alfredo. La Tierra cuenta: oralidad, lectura y escritura en territorio comunitario. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 40, n. 1, p. 95-103, 2017 Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/RIB/article/view/326825>. Acesso em: 19 out. 2023.

MUSEU CHILENO DE ARTE PRECOLOMBINO. **Quipu**. Chile: [202-?]. 1 foto. Material têxtil. Coleção Inka. Número de referência: 0780. Disponível em: <https://colecciones.precolombino.cl/catalogo/vistaPieza?id=0780>. Acesso em: 23 set. 2023.

NOELLI, Francisco Silva. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 7-53, 1996. DOI:

<https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1996.111642>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111642>. Acesso em: 2 nov. 2023.

NOVAIS, Fernando. Braudel e a “missão francesa”. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 161-166, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/BJssJtQBGWjbhcNRkYfSYNf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 set. 2023.

NUESTRAS Letras - Proyecto LEO. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (1 min 57 s). Publicado pelo canal Plan Ciudadano de Lectura, Escritura y Oralidad. Disponível em: <https://youtu.be/0cPymj5xQoA?si=Eg9LGeK82rM8oiE2>. Acesso em: 1 nov. 2023.

NUNES, Leiva; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Da filosofia da classificação à classificação bibliográfica. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.7, n. 1, p. 30-48, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1973/2094>. Acesso em 9 de set. 2023.

OCLC. **Dewey Decimal Classification**. 23 ed. Ohio: OCLC, 2011.

OLIVEIRA, Isabella; LEAL, Larissa; LOPES, Rosiane. Qual é a cara da universidade? – 10 anos de cotas. **Jornal do Campus**, São Paulo, 30 set. 2022. Diversidade. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2022/09/qual-e-a-cara-da-universidade-10-anos-de-cotas/>. Acesso em: 4 nov. 2023.

ONG, Walter Jackson. **Orality and Literacy: the technologizing of the World**. Londres: Routledge, 1982.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **dataUNODC**: Intentional homicide. Victims of intentional homicide. [Nova Iorque]: Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, [2023]. Disponível em: <https://dataunodc.un.org/dp-intentional-homicide-victims>. Acesso em: 28 set. 2023.

ORLANDO MELO, Jorge. La Republica conservadora. *In*: ORLANDO MELO, Jorge (org.). **Colombia hoy**: perspectivas hacia el siglo XXI. 15. ed. Bogotá: Tercer Mundo, 1995. p. 57-102.

ORLANDO MELO, Jorge. Resumen del acuerdo de paz. **Revista de Economía Institucional**, Bogotá, v. 18, n. 35, p. 319-337, nov. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rei/v18n35/v18n35a18.pdf>. DOI: <https://doi.org/10.18601/01245996.v18n35.19>. Acesso em: 28 set. 2023.

ORLANDO MELO, Jorge. Universidad, intelectuales y sociedad: Colombia 1958-2008. **Colombia es un tema**: Jorge Orlando Melo. Bogotá, nov. 2020. Conferência ditada na Universidad de los Andes, dec. 2008. Disponível em: <http://www.jorgeorlandomelo.com/intelectuales.htm>. Acesso em: 29 ago. 2023.

PATTANAYAK, Debi Prasanna. A cultura escrita: um instrumento de opressão. *In*: OLSON, David Richard; TORRANCE, Nancy. **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática, 1997. p. 117-120.

PEREIRA, Cleyciane Cássia Moreira; FARIAS, Giovanna Guedes Farias. Análise de mitos africanos em uma comunidade quilombola: comunicação, informação e religiosidade. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 19, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/36800>. Acesso em: 18 out. 2023.

PERROTTI, Edmir. Do direito à cultura letrada: cartas de Maria da Graça Teixeira. **Livro**, São Paulo, v. 9/10, p. 557-574, 2021.

PERROTTI, Edmir. Infoeducação: um passo além científico-profissional. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 5-31, 2016. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/28314>. DOI: <https://doi.org/10.5433/2317-4390.2016v5n2p05>. Acesso em: 16 ago. 2023.

PIERUCCINI, Ivete. **A ordem informacional dialógica**: estudo sobre a busca de informação em educação. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-14032005-144512/publico/ivete.pdf>.

Acesso em: 10 out. 2023.

PONTIFICIA UNIVERSIDAD JAVERIANA. Historia. *In*: PONTIFICIA UNIVERSIDAD JAVERIANA. **Institucional**. Bogotá, [2023]. Disponível em:

<https://www.javeriana.edu.co/institucional/historia#COLONIAL>. Acesso em: 28 ago. 2023.

¿QUÉ otras #plantas #medicinales conoces? [...]. Bogotá: Red Distrital de Bibliotecas Públicas de Bogotá, 2023. 1 vídeo (1 min 3 s). Publicado pelo usuário biblioredbogota.

Disponível em: <https://www.tiktok.com/@biblioredbogota/video/7203742793188134149>.

Acesso em: 31 out. 2023.

QUINTERO CASTRO, Nathalia; MENDEZÀBAL RIERA, Enric. Libros y ruralidad: geografías andinas de la Red de Bibliotecas Rurales de Cajamarca, Perú. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 43, n. 1, p. eI3/1-eI4/11, jan./abr. 2020.

Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/RIB/article/view/338851>. Acesso em: 24 out. 2023.

RED DE BIBLIOTECAS RURALES DE CAJAMARCA. Proyecto Enciclopedia Campesina. **Andares de las Bibliotecas Rurales de Cajamarca**. Cajamarca, 2008. Disponível em:

https://bibliotecasruralescajamarca.blogspot.com/2008/05/proyecto-enciclopedia-campesina_21.html. Acesso em: 24 out. 2023.

RED DISTRITAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE BOGOTÁ. ‘Kubuni’, una exposición de cómic africano, llega a la sala LEO Bogotá. **BiblioRed**. Bogotá, 2023. Disponível em:

<https://www.bibliored.gov.co/index.php/noticias/exposicion-kubuni-mirador>. Acesso em 31 out. 2023.

REMENTERÍA PIÑONES, Ariel. Doctorado chileno en bibliotecología: Necesidad nacional. **Investigación bibliotecológica**, Cidade do México, v. 22, n. 44, p. 11-32, 2008. Disponível em:

http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2008000100002&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 15 ago.2023.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

ROCHA, Nilton José dos Reis; SILVA, Kelly Cristina Rodrigues. Oralidade — e o povo sobrevive na sua fala reinventada. **Comunicação & Informação**, Goiânia, n. 1, v. 10, p. 114-125, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/10346>. Acesso em: 20 out. 2023.

SALES, Rodrigo de; GARCEZ, Dirnéle Carneiro. Biblioteca como contradispositivo de resistência e decolonialidade. In: DUQUE CARDONA, Natalia (org.); SILVA, Franciéle Carneiro Francês da (org.) **Epistemologias Latino-americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: Bibliotecas desde Abya Yala e as sociedades e culturas na perspectiva Sul. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2021. Selo Nyota. p. 183-208. Disponível em: https://www.nyota.com.br/_files/ugd/c3c80a_5d720b4c13d04502a62178fb87ae7678.pdf. Acesso em: 4 set. 2023.

SAMPAIO, Yasmin Estrela; CHAGAS JUNIOR, Edgar Monteiro. “Xirê Orixá” : a produção do espaço sagrado nas formas musicais e sons de atabaques em um terreiro de Candomblé em Belém do Pará. **Geograficidade**, Niterói, v. 8, n. Especial, p. 204-216, abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/13161>. Acesso em: 3 nov. 2023.

SÁNCHEZ GÓMEZ, Gonzalo. Prólogo. In: HYLTON, Forrest. **A revolução colombiana**. São Paulo: Unesp, 2010. p. 23-28.

SAYERS, William Charles Berwick. Introduction. In: RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **The five laws of Library Science**. Madras: Madras Library Association, 1931. p. xxv-xxxii. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.%24b99721&seq=13>. Acesso em: 6 set. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE; INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. **GEO cidade de São Paulo**. São Paulo: Prefeitura do

Município de São Paulo, 2004. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/publicacoes_svma/index.php?p=5378. Acesso em: 16 set. 2023.

SHERA, Jesse Hauk; EGAN, Margaret Elizabeth. Exame do estado atual da Biblioteconomia e da Documentação. In: BRADFORD, Samuel Clement. **Documentação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1953. p. 15-61. Título original: Documentation.

SINAÍ, sin nada ahí o me cuento ahora. Proyecto ganador de los Estímulos para el fomento de LEO. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (1 min 46 s). Publicado pelo canal Plan Ciudadano de Lectura, Escritura y Oralidad. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kwhLktj9nt0>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SISTEMA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE MEDELLÍN. Plan Municipal de Lectura: aliados. **Bibliotecas Medellín**. Medellín, 2020. Disponível em: <https://bibliotecasmedellin.gov.co/plan-lectura/aliados/>. Acesso em: 5 out. 2023.

SISTEMA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE MEDELLÍN. Conoce los resultados de los Estímulos de Lectura, Bibliotecas y Literatura 2022. **Bibliotecas Medellín**. Medellín, 2022. Disponível em: <https://bibliotecasmedellin.gov.co/plan-lectura/2022/08/04/conoce-los-resultados-de-los-estimos-de-lectura-bibliotecas-y-literatura-2022/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SOARES SITO, Luanda Rejane; MÉNDEZ RENDÓN, Juan Camilo; VÁSQUEZ RAMÍREZ, Leidy Yaneth. LEO en la práctica: la experiencia formativa en un centro de lecturas, escrituras y oralidades. **Íkala**, Medellín, v. 24, n. 1, p. 419-438, 2019. DOI: <https://doi.org/10.17533/udea.ikala.v24n02a10>. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0123-34322019000200419&lng=en&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: 30 out. 2023.

SOUSA, Ana Livia Mendes de; SÁ, Paloma Israely Barbosa de; BUFREM, Leilah Santiago. Memória e Oralidade: a cantoria de viola e a contação de histórias na Região do Cariri Cearense. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 13, n. 2, p.

619–635, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/28269#>. Acesso em: 20 out. 2023.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. Línguas indígenas: memória, arquivo e oralidade. **Policromias**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 36-55, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/7710>. Acesso em: 19 out. 2023.

STALIN, Josef Vissarionovitch. **Sobre os Fundamentos do Leninismo**: Conferências pronunciadas na Universidade Sverdlov à Promoção Leninista. São Paulo: Vitória, 2008.

SUESCÚN CÁRDENAS, Yolanda; TORRES GARCÍA, Liliana. La oralidad presente en todas las épocas y en todas las partes. **Cuadernos de Lingüística Hispánica**, Boyacá, n. 12, p. 31-38, jul./dec. 2008. Disponível em: https://revistas.uptc.edu.co/index.php/linguistica_hispanica/article/view/350. Acesso em: 18 out. 2023.

TANUS, Gabrielle Francinne. A constituição da biblioteconomia científica: um olhar histórico. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 217-231, mai./ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8643878/pdf>. Acesso em 8 set. 2023.

THERBORN, Göran. Os campos de extermínio da desigualdade. **Novos estudos**, São Paulo, v. 87, p. 145–156, jul. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/FLs4JpnhJfLvLDBjQThdrqt/?lang=pt#>. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000200009>. Acesso em: 28 ago. 2023.

TIRADO MEJIA, Alvaro. Colombia: siglo y medio de bipartidarismo. In: ORLANDO MELO, Jorge (org.). **Colombia hoy**: perspectivas hacia el siglo XXI. 15. ed. Bogotá: Tercer Mundo, 1995. p. 103-178.

TRADICIONES indivisibles. Direção: Luisa Rico. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2020. 1 vídeo (24 min.). Disponível em: <https://filmfreeway.com/IndivisibleTraditions>. Acesso em: 20 out. 2023.

UDC CONSORTIUM. **Classificação Decimal Universal**. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1997.

UNIVERSIDAD CENTRAL. Fortalecimiento de competencias en lectura, escritura y oralidad (LEO). **Escuela de Estudios Transversales**. Bogotá, 2022. Disponível em: <https://www.ucentral.edu.co/escuela-estudios-transversales/fortalecimiento-competencias-lectura-escritura-oralidad-leo>. Acesso em: 30 out. 2023.

UNIVERSIDAD DE LA SALLE. CLEO: Centro de Lectura, Escritura y Oralidad. **Recursos**. Bogotá, 2023. Disponível em: <https://www.lasalle.edu.co/cleo>. Acesso em 30 out. 2023.

UNIVERSIDAD DE LOS ANDES. LEO: Lectura, Escritura y Oralidad en español. **Centro de Español**. Bogotá, 2023. Disponível em: <https://leo.uniandes.edu.co/>. Acesso em: 30 out. 2023.

VÁZQUEZ MARTÍNEZ, Juan Ángel. El amoxcalli o la casa de los libros de las pinturas. **Acalán**, Ciudad del Carmen, n. 73, p. 5-9, set./out. 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.unacar.mx/jspui/bitstream/1030620191/337/1/Articulo-AMOXCALLI.pdf>. Acesso em: 7 set. 2023.

VIVAS HURTADO, Selnich. Vasallos de la escritura alfabética: riesgo y posibilidad de la literatura aborígen. **Estudios De Literatura Colombiana**, Medellín, n. 25, p. 15-34, jul./dec. 2009. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/elc/article/view/9807>. Acesso em: 18 out. 2023.

ZIRES, Margarita. La dimensión oral de las culturas en las sociedades contemporáneas: la voz, letra e imagen en interacción. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, Colima, v. VI, n. 18, set. 1994, p. 83-98. Disponível em: https://www.culturascontemporaneas.com/culturascontemporaneas/contenidos/dimension_oral_en_las_culturas.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.